

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

LIS ANGELIS PADILHA DE MENEZES

**SUD MENNUCCI - EDUCADOR PAULISTA:
Arcaico ou Profeta?**

São Paulo - SP

2015

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

LIS ANGELIS PADILHA DE MENEZES

**SUD MENNUCCI – EDUCADOR PAULISTA:
Arcaico ou profeta?**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Paolo Nosella

São Paulo, 2015.

Menezes, Lis Angelis Padilha de.

Sud mennucci - educador paulista: arcaico ou profeta? ./ Lis Angelis Padilha de Menezes. 2015.

114 f.

Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.

Orientador (a): Prof. Dr. Paolo Nosella.

1. Sud mennucci.
2. Educadores paulistas.
3. Ensino rural.
4. Pedagogia da alternância.
5. História da educação brasileira.

I. Nosella, Paolo. II. Título

CDU 37

LIS ANGELIS PADILHA DE MENEZES

SUD MENNUCCI - EDUCADOR PAULISTA:

Arcaico ou profeta?

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paolo Nosella
Universidade Nove de Julho/UNINOVE/SP
Orientador

Profª. Phd. Carlos Monarcha
Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP/SP
Avaliador Convidado

Prof. Phd. Antônio Joaquim Severino
Universidade Nove de Julho/UNINOVE/SP
Avaliador do Programa

Prof. Dr. Marcos Antônio Lorieri
Universidade Nove de Julho/UNINOVE/SP
Avaliador do Programa

Prof. Phd. Mario Luiz Neves de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá/UEM/PR
Avaliador convidado

Nota: _____ (_____)

São Paulo, 31 de março de 2015.

Aos meus pais, minha gratidão e dedicatória.

À minha família, familiares e amigos pelo carinho e compreensão dos encontros possíveis.

Ao meu orientador Paolo Nosella, que cordialmente, vem acompanhando e guiando meu caminho acadêmico.

Aos Professores da banca examinadora, Carlos Monarcha, Antônio Joaquim Severino, Marcos Lorieri, Mario Azevedo pelos acréscimos significativos a esse estudo,

*À Universidade Nove de Julho que apoiou, por meio de bolsa de estudos, esta pesquisa,
E, especialmente, a André Luiz de Holanda pela solidariedade do seu amor.*

Meus agradecimentos.

RESUMO

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. Sud Mennucci – Educador Paulista: Arcaico ou profeta? *Tese de Doutorado*. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

O presente trabalho analisou e discutiu o pensamento de Sud Mennucci acerca do ensino rural. Apreendemos como lidou com essa questão e, principalmente, identificamos as soluções por ele encontradas. O pensamento de Sud Mennucci se constituiu em nosso objeto de estudo, pelo qual se objetivou responder à seguinte indagação: Quais são as contribuições que esse educador, que a história parece ter esquecido, traz para as discussões atuais sobre o ensino rural? Seria ele arcaico ou profeta? Este estudo colheu dados a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. A vida desse educador foi apresentada por meio de contextualização histórica, do cenário político-educacional, da República Velha aos primeiros anos do Governo Dutra (1889 – 1946). Estudou-se seu posicionamento sobre o ensino rural a partir de cinco obras que tratam especificamente desse tema: A crise brasileira de educação (1930); O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932 (1932); Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935) (1935); Ruralização (1944) e Discursos e Conferências Ruralistas (1946). Em seguida, realizou-se um estudo acerca das contradições e possibilidades do pensamento de Sud Mennucci, destacando os seguintes problemas de análise: 1º problema: A identidade profissional do educador estudado; 2º problema: a postura filosófica; 3º problema: a questão política; 4º problema: a questão pedagógica. Por fim, buscou-se nas considerações finais expor o que apreendemos com este estudo, os principais resultados encontrados, bem como as conclusões e perspectivas identificadas. Comprovamos que nossa hipótese de pesquisa, em outras palavras, o pensamento de Sud Mennucci necessita, de fato, ser mais bem estudado, pois a discussão por ele apresentada, desde a década de 1930, sobre a dialética entre campo e cidade ainda é atual.

Palavras-chave: Sud Mennucci; Educadores Paulistas; Ensino Rural; Pedagogia da Alternância; História da Educação Brasileira.

ABSTRACT

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. Sud Mennucci – São Paulo's Educator: Old fashioned or a profet? *Doctor's dissertation* presented at Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

The present research work analysed and discussed the thought of Sud Mennucci about rural education. We comprehended how this question was dealt, as well as we identified Mennucci's solutions. Sud Mennucci's thought as the object of study in this research was focused in a way to answer the following proposition: What are the contributions offered by this educator, that history seems to have forgotten, that emerge to the uptodate discussions on rural education? Could Mennucci be considered old fashioned or a profet? This study presents a data collecton from a bibliographic study, having both primary and secundary sources. The life of this educator was described by the historical contextualizarion, in the educational and political scenario, from “República Velha” to the first years of Dutra's period (1899-1946). It has particularly studied the positioning of such author about rural education on the topic: The Brazilian Education Crisis (1930); What I have actually done and what I intended to: defense and background on Education Reform of 1932 (1932); For a ruralist sense on civilization: susidiums to the history of rural education in the State of São Paulo (1892-1935) (1935); Ruralization (1944) and Speeches and Rural Lectures (1946). In the following part, a study on contradictions and possibilities of Sud Mennnucci's thought emphasizing the following analytical problems: 1st: Professional identity of the referred educator; 2nd: the philosophycal posture; 3rd: the political subject; 4th: the pedagogical subject. At last it has been presented the apprehensions from such research work and the results obtained, as well as conclusions and identified perspectives. Our hypothesis was comproved and in other words, the though of Sud Mennucci requires as a matter of fact to be better investigated once his discussion from 1930 about the dialectics between the city and rural context is still uptodate.

Palavras-chave: Sud Mennucci; Educators from the State of São Paulo; Rural Education; Alternative Education; History of Brazilian Education.

RESUMEN

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. Sud Mennucci – Educador Paulista: ¿Arcaico o profeta? *Tesis de Doctorado*. (Programa de Postgrado en Educación). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

Este trabajo ha analizado y debatido el pensamiento de Sud Mennucci acerca de la enseñanza rural. Hemos aprehendido como el educador trabajó con esa cuestión y, principalmente, identificamos las soluciones que él encontró. El pensamiento de Sud Mennucci se constituyó nuestro objeto de estudio, por el cual se objetivó contestar a la pregunta: ¿Cuáles son las contribuciones que ese educador, a quién la historia parece haber olvidado, trae para las discusiones actuales sobre la enseñanza rural? ¿Sería él considerado arcaico o profeta? Este estudio ha recogido datos a partir de investigación bibliográfica, basadas en fuentes primarias y secundarias. La vida de ese educador fue presentada por medio de contextualización histórica, del escenario político-educacional, de la República Vieja en los primeros años del Gobierno Dutra (1889 – 1946), en Brasil. Se ha estudiado su posicionamiento acerca de la enseñanza rural a partir de cinco obras que tratan específicamente de ese tema: *A crise brasileira de educação* (1930); *O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932* (1932); *Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935)* (1935); *Ruralização* (1944) e *Discursos e Conferências Ruralistas* (1946). A continuación, se ha realizado un estudio acerca de las contradicciones y posibilidades del pensamiento de Sud Mennucci, poniendo en relieve los siguientes problemas de análisis: 1º problema: la identidad profesional del educador estudiado; 2º problema: la postura filosófica; 3º problema: la cuestión política; 4º problema: la cuestión pedagógica. Por fin, en las consideraciones finales hubo la búsqueda de la exposición de lo que hemos aprehendido con este estudio, los principales resultados encontrados, así como las conclusiones y perspectivas identificadas. Hemos comprobado que nuestra hipótesis de investigación, o sea, el pensamiento de Sud Mennucci necesita, de hecho, de muchas más investigaciones para ser mejor estudiado, pues la discusión por él presentada, desde la década de 1930, sobre la dialéctica entre campo y ciudad todavía sigue actual.

Palabras llave: Sud Mennucci; Educadores Paulistas; Enseñanza Rural; Pedagogía de la Alternancia; Historia de la Educación Brasileña.

LISTA DE SIGLAS

ABL -	Academia Brasileira de Letras
ABE -	Associação Brasileira de Educação
APL -	Academia Paulista de Letras
ARL	Academia Rio-grandense de Letras
CEDES -	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CPP -	Centro do Professorado Paulista
ESALQ/USP -	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FLM -	Frente da Luta por Moradia
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC -	Ministério de Educação e Cultura
MST -	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PC -	Partido Comunista
PRONERA -	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SECAD -	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFSM -	Universidade Federal de Santa Maria
UFScar -	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho
UNICAMP -	Universidade de Campinas
UNINOVE -	Universidade Nove de Julho
USP -	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

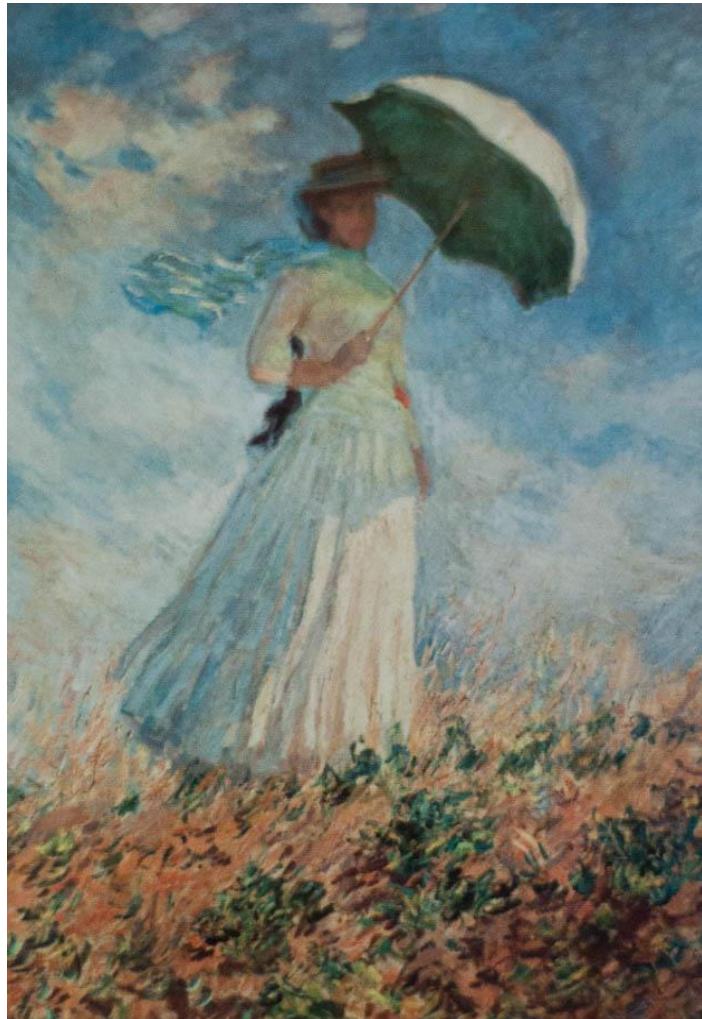
Tabela 1. Estudos específicos sobre Sud Mennucci 22

Tabela 2. Referências sobre Sud Mennucci 23

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPITULO I – PORQUE ESTUDAR SUD MENNUCCI HOJE?	16
1.1 . Origem e justificativa	17
1.2 . Balanço bibliográfico	21
1.3 . Objetivos	24
1.4 . Natureza e método.....	25
1.5 . Âmbito e estruturação	26
CAPÍTULO II – VIDA E OBRA	27
2.1. República Velha (1889-1930)	28
2.2. Era Vargas (1930-1945)	43
2.2.1. O Governo Provisório (1930-1934)	45
2.2.2. O Governo Constitucional (1934 – 1937)	54
2.2.3. O Estado Novo (1937 – 1945)	56
2.3. Governo Dutra (1945-1951)	61
CAPITULO III – PENSAMENTO DE SUD MENNUCCI SOBRE O ENSINO RURAL	64
3.1. A crise brasileira de educação (1930)	65
3.2. O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932	73
3.3. Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935).	76
3.4. Ruralização (1934)	84
3.5. Discursos e conferências ruralistas (1946)	87
3.5.1. A reforma do ensino rural em São Paulo	87
3.5.2. A guerra à zona rural	89
3.5.3. Aspectos Piracicabanos do ensino rural	91
3.5.4. Pensamento de Alberto Torres	92

CAPITULO IV – OS PRINCIPAIS PROBLEMAS	96
4.1. Primeiro problema: A identidade profissional de Sud Mennucci	97
4.2. Segundo problema: A postura filosófica	101
4.3. Terceiro problema: A questão política	103
4.4. Quarto problema: A questão pedagógica	105
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS: Arcaico ou Profeta?	108
CRONOLOGIA	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	128
Anexo 1. Decreto 5.335 de 7 de janeiro de 1932. Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providencias	129
Anexo 2. Decreto nº. 6.047 de 19 de agosto de 1933. Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias	136
Anexo 3. Decreto n. 6.694, de 21 de setembro de 1934. Declara de utilidade pública o Centro do Professorado Paulista, com sede nesta Capital	142



(CLAUDE MONET – Ensaio de figura ao ar livre – 1886)

O professor é como o poeta: não se faz, nasce. (Edgar Mata Machado, 1984)

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é parte integrante do processo de desenvolvimento de minha condição humana enquanto sujeito e pesquisadora. Ela está diretamente relacionada às ações desencadeadas no decorrer de minha história de vida, as quais conduzem à formação de minha imagem e identidade.

No devir desta trajetória pessoal e profissional, percebo-me sujeito desta pesquisa quando me projeto nos grupos de camponeses que deixam sua terra em busca de melhores oportunidades nas grandes cidades.

Nasci e estudei em Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. Após ter concluído minha graduação e pós-graduação em Educação Especial – área de Deficiência Mental, na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, vim para São Paulo. Assim como eu, muitos abandonaram o campo, pois esse local não tinha, assim como ainda não tem, estrutura para mantê-los.

É apropriado o pensamento de Gramsci (1987) quando ele nos esclarece que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora e não assimila a sua camada de intelectuais. Outros grupos sociais absorvem a massa dos camponeses como intelectuais próprios.

Nesse sentido, fui absorvida por São Paulo, e hoje, trabalho como coordenadora de um programa de pós-graduação/*Lato Sensu* em Educação, na Universidade Nove de Julho/UNINOVE. Como pesquisadora, tenho desenvolvido estudos e pesquisas (MENEZES, 2009, 2013, 2014) para preservar a memória de educadores paulistas, considerando suas contribuições teóricas e práticas no cenário educacional.

Com relação ao universo dos educadores paulistas, vi em Sud Mennucci a possibilidade de estudar a correlação entre campo e cidade, destacando questões sobre o ensino rural.

Embora o nome de Sud Mennucci não esteja nas coleções dos grandes educadores brasileiros, seus estudos e pensamentos oferecem a oportunidade de discutir a relação entre campo e cidade, que poderíamos simbolizar pela união entre a foice (campo) e o martelo (cidade), de profundo sentido, mesmo que, às vezes, de trágica memória.

O símbolo dessa tradicional união, utilizado pelo Partido Comunista/PC, representa a ideia de uma realidade única e orgânica entre campo e cidade. Para Nosella (2013), sua desarticulação criou um efeito perverso: o abandono do campo e a inviabilidade urbana. Compete ao homem, criador desse impasse, recompor a organicidade perdida, inclusive, em níveis superiores ao passado.

Hoje, essa relação dialética entre campo e cidade não encontrou ainda a sua síntese. Dois mundos, dois irmãos, dois parceiros, dois Brasis que declararam guerra um ao outro.

Cada vez que revisito o campo, vejo-o da mesma maneira que o via há quinze anos: arruinado na mão da monocultura latifundiária, estagnado arcaicamente, com escolas distantes da modernidade científica e jovens colonos alimentando-se da subcultura urbana.

Dessa forma, Mennucci (1930, 1932, 1934, 1935, 1944) resgata a possibilidade de ampliar esta discussão quando propõe a união entre campo e cidade. Para ele, o problema não está em beneficiar as cidades, mas desconsiderar a população que vive no campo e seus direitos de educação, saúde, transporte, cultura, lazer e moradia. Abandonar o campo implica, dentre outros problemas, fomentar o êxodo rural, o qual conduz a um crescimento frenético nos centros urbanos.

Com efeito, vivenciamos hoje nas grandes cidades uma situação dramática de luta por moradia, transporte, educação e saúde. Têm sido recorrentes, nos anos de 2013 e 2014, movimentos sociais reivindicando moradias na cidade de São Paulo. Podemos encontrar em meio a esses movimentos inúmeros atos de vandalismo: tentativas de saques, pessoas colocando fogo em ônibus, depredando prédios e estabelecimentos comerciais, e demais atos de violência, os quais revelam um verdadeiro campo de guerra.

Assim, camponeses, peões, pesquisadores, músicos, estudantes, militantes, poetas, políticos, biólogos e movimentos sociais, sobretudo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST e a Frente de Luta por Moradia/FLM, evidenciam a necessidade de maior organicidade entre campo e cidade.

A situação de uma interiorana, “forçada” a vir para a metrópole, onde me encontro assustada pelo cenário de guerra em São Paulo, sensibilizou-me para o estudo de Sud Mennucci, que, desde a década de 1930, tanto se preocupou pela educação rural, lamentando o excessivo privilégio da política educacional urbana e anunciando os problemas que seriam desencadeados pela falta de investimentos na zona rural.



(SUD MENNUCCI, 1933 – Fonte: Giesbrecht, s/d)

Neste momento em que São Paulo é um foco de esperanças, em matéria de ensino, e quando nos debatemos aqui num regime de estagnação que faz prever as mais tristes consequências para a obra magnifica que a Revolução encontrou, faz-se oportuno recordar as palavras do ilustre professor paulista, de tão clara visão e de tão decidida energia (...) o Brasil inteiro devia conhecer e meditar. (Cecília Meireles, 1931)

CAPITULO I - PORQUE ESTUDAR SUD MENNUCCI HOJE?

1.1. Origem e Justificativa

O estudo e a preservação da memória de educadores paulistas são relevantes no sentido de fornecer subsídios para a discussão sobre as contribuições teóricas e práticas, destes educadores, na história da educação brasileira. Ressalta-se que muitos destes ainda são pouco conhecidos no cenário acadêmico, sobretudo, nos programas de *stricto sensu* em educação do Estado de São Paulo.

Guiada por tal pressuposto, optei pelo estudo da vida e obra de Sud Mennucci analisando os aspectos filosóficos, políticos e educacionais de seu pensamento com relação ao ensino rural.

Sud Mennucci (1892-1948), professor, jornalista e crítico literário, foi um intelectual de expressivo destaque na sociedade de educação paulista. Formado como professor primário pela Escola Complementar de Piracicaba (1908) iniciou sua carreira como professor da zona rural no interior de São Paulo (1910-1920). Em seguida assumiu o cargo de Delegado de Ensino dos municípios de Campinas e Piracicaba (1921-1925). Entre 1925 a 1931, a convite de Julio Mesquita Filho, trabalhou como redator chefe do Jornal *O Estado de S. Paulo* sendo responsável pela coluna diária *Questões Pedagógicas*.

Durante a Era Vargas, assumiu a diretoria do Jornal a *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo* e fundou o Centro do Professorado Paulista (CPP), os quais dirigiu durante dezessete anos com algumas interrupções (1933-1948). Alcançou um dos cargos mais altos do ensino paulista, como Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo, por três vezes (1931-1932; 1933; 1943-1945), cargo hoje denominado como Secretário de Educação.

Publicou uma vasta obra literária de diversos artigos e livros na área de literatura e educação rural, com destaque para sua obra *A crise brasileira de educação* (1930), livro premiado pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Participou ativamente de inúmeras palestras, conferências e debates de âmbito nacional. Entre outras atividades foi membro da Academia Paulista de Letras (APL) e nomeado como Professor Catedrático de História, Geografia e Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo/USP, embora esta última não tenha sido por ele assumida.

Enquanto o Brasil e, sobretudo a sociedade paulistana, vivenciavam a era da modernidade, da industrialização, da urbanização, da chegada da escola nova, na década

de 1930, Mennucci (1930) defendia a necessidade de integralização da zona rural à realidade brasileira. Argumentando que embora o Brasil fosse, essencialmente um país de economia agrícola, historicamente, a política nacional favorecia apenas a expansão das grandes cidades, desencadeando assim o êxodo rural. Entretanto, o autor deixa claro que o problema não está em beneficiar as cidades, mas em ignorar o campo, fonte primária da riqueza de uma nação.

De acordo com Mennucci (1930, 1935, 1944) o movimento de desvalorização da zona rural, teve suas raízes históricas num conceito colonial de trabalho. Ele explica que a aristocracia brasileira, herdeira da violência escravagista, incorporou a antipatia pelo trabalho agrícola, vinculando-o às classes menos cultas, como os indígenas e afrodescendentes e, depois, quando tentou escravizar o imigrante. Para ele a ausência de um conceito nobre do trabalho, fez com que se ignorasse a profunda ação educativa que este exerce sobre o homem, desencadeando, um efeito desastroso para a economia do país.

A proposta filosófica-política e educacional de Mennucci (1930, 1932, 1935, 1944, 1946) parte da premissa de que para haver a integralização da zona rural à realidade brasileira é necessária a criação de uma consciência agrícola, esta, por sua vez, se construirá por meio da tarefa educativa e da subdivisão de terras, rompendo com o vício cristalizado da monocultura latifundiária brasileira que opõe a formação da pequena propriedade e do pequeno agricultor.

Com relação à tarefa educativa, Mennucci (1930, 1932, 1935, 1944, 1946), chama a atenção para as políticas públicas em favor do ensino rural, reiterando a necessidade de repensar a formação e valorização do professor da zona rural, da educação para o trabalho agrícola, da estrutura e organização da escola seguida de métodos de ensino-aprendizagem condizentes com a realidade e necessidades do campo.

Desta forma defendeu a criação das escolas normais rurais, compostas por uma equipe multidisciplinar de professores, ministrando cadeiras com conhecimento de agricultura, saúde e educação. Ele identificou que os professores formados pelas escolas normais urbanas representam um dos maiores obstáculos para o sucesso do ensino rural, “levamos às regiões do campo uma organização escolar que está profundamente, visceralmente eivada de preconceito urbanista. São simples “escolas de cidade” implantadas ou enxertadas à força em pleno reino do café”. (MENNUNCI, 1930, p.52)

Com efeito, o pensamento do professor Sud Mennucci, destacou-se no cenário da educação brasileira, no que se refere ao ensino rural, e é reconhecido por aqueles que o conheceram no passado e, ainda hoje, pelo seu pioneirismo, como o “Pai do ruralismo”. Seu posicionamento sobre o ensino rural foi e é visto por muitos educadores e intelectuais da época, e da atualidade, como arcaico, mas, para outros, como profeta.

Assim, a escolha pelos estudos da vida e obra de Sud Mennucci além da sua importância para a historiografia da educação que, muito pouco, conta com análise de sua obra foi instigada pelo interesse de conhecer, principalmente, seu pensamento a respeito do ensino rural que, hoje, se evidencia como um problema na educação nacional.

Vale dizer que a desigualdade entre campo e cidade apresentada por Mennucci, desde os primeiros anos do século passado, evidenciam-se na atualidade como demonstram os dados a seguir.

Em março de 2014, a *Folha de S. Paulo*, publicou uma matéria¹ sobre a situação atual das escolas rurais no país. Com base em dados levantados pelo Censo Escolar, entre 2000 e 2009, as escolas rurais estão em queda. A cada dia, em média, oito escolas da zona rural são fechadas em todo o país. Tais dados parecem preocupar o governo federal que se vê diante do fantasma do êxodo rural.

As pequenas escolas rurais que são fechadas são unidas em uma só escola que é denominada de “escola polo”, num movimento, chamado de nucleação. Estas escolas embora localizadas na zona rural são de difícil acesso, tanto para os alunos quanto para os professores. Isto implica para muitas crianças, diariamente, percorrer um longo, perigoso e solitário trajeto de casa à escola, devido à falta de transporte escolar.

A dificuldade de acesso não é a única barreira para as crianças e jovens da zona rural, a falta de investimento na infraestrutura das escolas aparece como outra barreira a ser enfrentada. Dados do Censo Escolar de 2009 revelam que 90% das escolas rurais não possuem biblioteca, apenas 8% destas escolas tem laboratório de informática e menos de 1% dispõe de laboratório de ciências. Mais preocupante ainda é que 20% não possuem ao menos energia elétrica. Segundo a *Folha de S.Paulo*: “Há uma ausência do

¹ CANCIAN, Natália. Brasil Fecha, em media, oito escolas por dia na região rural. Folha de São Paulo, 03/03/2014 . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>

Estado, que não reforma, não amplia [as escolas]. As famílias dizem: como vou dizer para meu filho continuar aqui, se não tem carteira, não tem banheiro?”

Em decorrência, problemas como a repetência e evasão escolar, a baixa qualidade do ensino, problemas de aprendizagem e a defasagem de idade-série, representam os filhos do descaso com o ensino rural.

Em abril de 2014, a *Revista Nova Escola*, publicou um artigo intitulado: Educação no campo sem perspectivas², com base em dados coletados pelo MEC (2010), este artigo mostra que a defasagem idade-série no ensino rural chega a 43,8% enquanto que na zona urbana esta defasagem representa 27,8%. Ou seja, quatro em cada dez alunos estão atrasados na zona rural. E quase 23% de jovens com mais de 15 anos vivem e morrem em condição de analfabetismo.

O estudo³ realizado em 2009, pelo Observatório de Equidade, órgão vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), revela que alunos da zona rural que conseguem concluir o 5º ano do ensino fundamental, e caso, queiram dar continuidade ao ensino fundamental e médio, devem procurar outras cidades, uma vez que as políticas públicas educacionais na área rural priorizam apenas o atendimento escolar até o 5º ano do ensino fundamental. Tal estudo revela ainda que 52,55% de jovens e adultos da zona urbana tem ensino médio ou superior enquanto que na zona rural, apenas 4,3% conseguem concluir esta modalidade de ensino.

O calendário escolar, o currículo, a necessidade de material didático e a formação específica do professor rural, de acordo com a necessidade do campo, começam a ser percebidos como outros problemas a serem resolvidos. Orgãos como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), recentemente criada no ano de 2004, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estão desenvolvendo programas com ênfase na educação do campo e trabalho docente. Dentre estes, podemos citar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) do INCRA, o que além de desenvolver ações de educação básica, tem oferecido, em parceria com

² Publicado em Nova Escola, edição 271, abril 2014.

³ MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. *Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo*. Brasília/DF: Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2019.

universidades e institutos federais, cursos de pedagogia e novas licenciaturas de educação para o campo.

O Programa Escola Ativa da Secad, fundado em 1997, também tem desenvolvido ações voltadas para a formação específica de professores que trabalham com as classes multisseriadas na zona rural, com base nos princípios da Escola Nova.

Entretanto, o problema continua: o ensino rural segue em condição de descaso e abandono. Professores e pesquisadores reclamam da ausência de políticas públicas, bem como da ausência de diretrizes, de uma filosofia e de uma proposta pedagógica específica para o campo.

Neste sentido, questiono se o pensamento de Sud Mennucci, o “Pai do ruralismo” no Brasil poderá trazer luzes para um problema que deixa fora do sistema educacional tantos brasileiros. Quais serão as contribuições que este educador, que a história parece ter esquecido, traria para as discussões atuais sobre o ensino rural? Seria ele arcaico ou profeta?

O pensamento de Sud Mennucci com relação ao ensino rural, constitui-se em meu objeto de estudo, cuja questão norteadora dá o título deste trabalho: Sud Mennucci: Arcaico ou Profeta?

1.2. Balanço Bibliográfico

Conferindo a literatura, identificamos poucas produções acadêmicas realizadas especificamente sobre Sud Mennucci. Ao todo, encontramos quatorze publicações, realizadas no período de 2000 a 2015. Dentre estas, destaca-se uma tese de doutorado em andamento, duas dissertações de mestrado, duas monografias, dois livros, três artigos, duas publicações em anais e encartes.

A Universidade de Campinas/UNICAMP, Universidade de São Carlos/UFSCar, Universidade Paulista Julio Mesquita Filho/UNESP, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISSINOS, Faculdades Integradas Urubupunga/FIU e a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/FE/USP são as instituições de ensino superior que tem desenvolvido estudos e pesquisas sobre Sud Mennucci, especialmente na área de educação.

A tabela abaixo ilustra os dados deste balanço.

Tabela 1. Estudos específicos sobre Sud Mennucci

Ano de Publicação	Produção Acadêmica	Titulo	Autor	Instituição
Em andamento	Tese de Doutorado Educação	Semeando ideias para ruralizar o ensino: a atuação de Sud Mennucci na organização do campo educacional paulista (1926-1944).	Fernando Henrique Tisque dos Santos	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
2014	Dissertação Mestrado Educação	Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional nas décadas 1920 e 1930	Henrique de Oliveira Fonseca	Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM
2013	Encarte	<i>Sud Mennucci: um educador que não pode ser esquecido.</i>	Luiz Gonzaga Bertelli	Academia Paulista de Letras
2012	Artigo	Os rastros de Sud Mennucci	Henrique de Oliveira Fonseca	Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM
2012	Artigo	Cem anos de Instrução Pública (1822-1922): um balanço do educador Sud Mennucci.	Isabel Cristina Rossi Mattos	Universidade de Campinas/UNICAMP
2011	Anais	Ruralismo Pedagógico: Sud Mennucci e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte	Antonio Germano Magalhães Junior	Universidade Federal do Espírito Santo/UFES
2007	Monografia Especialização em Gestão Educacional	Memória e Preservação da EE Sud Mennucci	Angelo Manoel Cobra	Universidade de Campinas/UNICAMP
2007	Artigo	Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci	Carlos Monarcha	Universidade Julio Mesquita Filho/UNESP
2006	Anais	Sud Mennucci e as concepções educacionais que deram origem às escolas normais rurais no Brasil.	Lenir Marina Trindade de Sá Britto e Flávia Obino Corrêa Werle	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISSINOS

2005	Monografia Especialização em Gestão Educacional	O perfil empresário de Sud Mennucci	Ademir Silva	Faculdades Integradas Urubupunga, FIU
2004	Dissertação Mestrado Educação	A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci	Isabel Cristina Rossi Mattos	Universidade de Campinas/UNICAMP
2000	Encarte	Sud Mennucci	Ana Clara Bortoleto Nery	Universidade Federal de São Carlos/UFSscar
Sem data	Livro não publicado	<i>Sud Mennucci: O complementarista</i>	Antônio D'Avila	Instituto Sud Mennucci
Sem data	Livro	<i>Sud Mennucci: memórias de Piracicaba</i>	Ralph Mennucci Giesbrecht	Imprensa Oficial

Todavia, vale destacar, que embora não se disponha de uma vasta produção específica sobre Sud Mennucci, ele tem sido citado e estudado em pesquisas que tratam sobre temas como ensino paulista, ruralismo no Brasil, agronegócio, administração pública, gestão educacional e história da educação brasileira, conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Referências sobre Sud Mennucci

Ano de Publicação	Produção Acadêmica	Titulo	Autor	Instituição
em andamento	Dissertação de Mestrado	Organização e Imprensa Estudantil do Instituto de Educação Sud Mennucci (1952- 1954)	Isis Sanfins Schweter	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP

2014	Artigo	Convocando os Hermenêuticas da República Iliterada: o prêmio Francisco Alves.	Carlos Monarcha	Universidade Julio Mesquita/UNESP
2014	Artigo	As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947).	Rosa Fatima de Souza e Virginia Pereira da Silva de Ávila	Universidade de Pernambuco/UPE
2013	Monografia	A atuação dos alunos da Escola Normal Sud Mennucci na década de 1950.	Isis Sanfins Schweter	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP
2009	Livro	A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931).	Ana Clara Bertolo Nery	Universidade Julio Mesquita/UNESP
2011	Artigo	Crise da Educação Brasileira: problema da Educação Rural (São Paulo, Década de 1930)	Maria Aparecida Franco Pereira	Universidade Católica de Santos/Unisantos
1999	Dissertação de Mestrado	Mensageiros da Ordem e do progresso: A reforma educacional realizada pelos “renovadores” e o início da estruturação do sistema público de ensino no Estado de São Paulo (1930-1937).	Maria de Lourdes Frutuoso	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP

Consideramos que, de certa forma Sud Mennucci foi esquecido pela produção acadêmica. Porém, num certo sentido ele vem sendo objeto de estudo de maior ou menor relevância a respeito da sua obra, principalmente nas questões sobre o ensino rural, sendo ele, muitas vezes, reconhecido como o pai do ruralismo ou idealizador de um Brasil rural. Onde a escola, seja ela de ensino primário ou de ensino superior, não só é adaptada ao meio, mas como esta própria escola produz o meio.

1.3. Objetivos

- Analisar e discutir o pensamento de Sud Mennucci sobre o ensino rural;

- Identificar os aspectos filosóficos, políticos e educacionais de seu pensamento explicitando as possíveis contradições e possibilidades por ele encontradas;
- Colaborar na ampliação do entendimento acerca das propostas para o ensino rural;
- Destacar a necessidade de pesquisas sobre contribuições teóricas e práticas de educadores paulistas, ainda pouco conhecidos no cenário acadêmico, sobretudo nos programas de *stricto sensu* em educação.

1.4. Natureza e Método

Este estudo colheu dados a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes primárias e secundárias, as quais possibilitaram o registro de dados relevantes sobre a vida e obra de Sud Mennucci, bem como os aspectos filosóficos, políticos e educacionais de seu pensamento com relação ao ensino rural.

Para Severino (2007, p.122) a pesquisa bibliográfica é “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados e devidamente registrados.”

O referido autor entende como fontes primárias aquelas que se apresentam e são disseminadas exatamente na forma como foram produzidas, sem interpretação de outros autores. E as fontes secundárias são as interpretações e avaliações das fontes primárias.

Grande parte das fontes primárias estudadas, bem como as obras de Sud Mennucci, encontram-se disponíveis para consulta no Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, criado em 1997. O Instituto é uma extensão do Centro do Professorado Paulista (CPP), cujo objetivo é contribuir com a formação profissional e cultural do professor. Outra parte, significativa, das obras e acervo de Sud Mennucci, encontram-se na biblioteca particular de seu sobrinho Ralph Mennucci Giesbrecht. Outras obras encontram-se disponíveis para consultas nas bibliotecas da Universidade de São Paulo/USP, Universidade de Campinas/UNICAMP, Universidade Federal de São Carlos/UFscar.

As fontes documentais priorizadas neste estudo foram as obras de Sud Mennucci sobre o ensino rural, as quais trouxeram elementos diversos para a compreensão do problema. Foram analisadas cinco obras: A crise brasileira de educação (1930); O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932 (1932);

Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935) (1935); A Ruralização (1944) e Discursos e Conferências Ruralistas (1946). Além de decretos, legislações, anuários de ensino, periódicos, artigos de jornais, dentre outros.

1.5. Âmbito e Estruturação

Esta pesquisa nasceu, inicialmente, no intuito de preservar a memória e valorizar de educadores paulistas. Embora pouco estudado, Mennucci ainda é alvo de críticas e elogios no campo educacional. O pioneirismo de suas propostas para o ensino rural constitui-se como uma referência teórica para uma possível reforma de ensino.

No capítulo I, apresentamos a origem e justificativa de porquê estudar Sud Mennucci hoje. Realizamos um balanço bibliográfico sobre o que já havia sido pesquisado sobre este educador, identificamos as fontes, locais e acervos onde poderíamos reconstruir sua história, levantamos documentos, relatórios, legislações, bem como suas obras, sobretudo aquelas com ênfase no ensino rural. Os objetivos, natureza e método, âmbito e estruturação do estudo foram apresentados.

No capítulo II, registramos a vida e obra deste educador, por meio de uma contextualização histórica, do cenário político-educacional, que se estende da República Velha aos primeiros anos do Governo Dutra (1889 – 1946).

No capítulo III, destacamos seu posicionamento sobre o ensino rural a partir de suas principais obras. Dentre estas, foram analisadas cinco obras que tratam especificamente sobre o tema estudado.

No capítulo IV, apresentamos um estudo acerca das contradições e possibilidades do pensamento de Sud Mennucci, partindo dos seguintes problemas de análise: 1º problema: A identidade profissional do educador estudado; 2º problema: a postura filosófica; 3º problema: a questão política; 4º problema: a questão pedagógica.

Por fim, buscamos, nas considerações finais, expor o que eu aprendi com este estudo, os principais resultados encontrados bem como as conclusões e perspectivas. Dessa forma, comprovei minha hipótese de pesquisa, em outras palavras, como de fato o pensamento de Sud Mennucci necessita ser melhor estudado pois a discussão por ele apresentada, desde a década de 1930, sobre a dialética entre campo e cidade, ainda é atual.



(CANDIDO PORTINARI – Retirantes – 1944)

Enquanto predominar a falta de conhecimento do homem sobre o cultivo da terra bem como a falta de uma política de organização do trabalho da mesma, o Brasil estará condenado a dissolver-se, a desagregar-se e será conquistado pelo surto de um povo mais forte e melhor governado. (MENNucci, 1946)

CAPITULO II - VIDA E OBRA

2.1. República Velha (1889-1930)

Em tempos de transição de um Brasil Império para República, Amedeo Mennucci (1860-1930) e Teresa Lari Mennucci (1866-1937) deixaram a Toscana, região central da Itália conhecida pelas suas belas paisagens, arte e filosofia, para virem para o Brasil. Chegaram ao Porto de Santos no dia 28 de junho de 1888, juntamente com seus familiares e dois filhos, Brasilina e Alarico Mennucci. De acordo com Giesbrecht (s/d), também vieram Palmiro, irmão de Amedeo, que pouco tempo depois voltou para Itália, Assumpta e Erminia, irmã e mãe de Teresa.

Como tantos imigrantes italianos, vieram, para *o Novo Mundo* no momento em que grande parte da Europa vivenciava uma crise, no século XIX. Talvez conduzidos pela ideologia colonialista, que apresentava os “risonhos lindos campos” brasileiros como um mundo em construção, posto ao desenvolvimento civilizacional *a priori* da cultura europeia. Conquanto as tradicionais estruturas políticas do sistema socioeconômico oligárquico brasileiro apresentavam outras realidades.

A família Mennucci estabeleceu-se em Piracicaba⁴, onde Amedeo se dedicou ao ofício de marmoreiro, que já desenvolvia na Toscana. Giesbrecht (s./d) conta que foi um tempo difícil para pagar o aluguel, a comida e a educação das crianças. Nesse mesmo tempo nasceu Sud Mennucci, aos vinte dias do mês de janeiro de 1892.

Quarto filho de um grupo de sete irmãos tinha profunda admiração e respeito por seu pai, embora sem escolarização, um homem culto e um “artista do mármore”. Da mãe, definida por ele como uma mulher dominadora, manteve-se distante durante boa parte de sua vida, sobretudo, no que se refere à juventude e idade adulta. Nas palavras do nosso autor compreendemos a admiração pelo pai: “Foi o tipo de idealista mais puro que eu conheci: obrigado a trabalhar para viver desde os 7 anos, esse homem adquiriu, sozinho, uma bagagem de conhecimentos que me espantava. Era, sem dúvida, uma inteligência privilegiada a que a luta afinou no seu ideal de conquista da justiça” (MENNUNCI *apud* GIESBRECHT, s/d, p.51).

⁴ Piracicaba, do *Tupi* significa “lugar onde o peixe chega”. Localizada na região noroeste de São Paulo, especificamente às margens do Rio Piracicaba. Destacou-se no cenário paulista do século XIX pela produção da cana-de-açúcar. Com o fim do ciclo do café e a queda dos preços do açúcar, tornou-se uma das primeiras cidades do país a investir na industrialização.

Embora Sud tenha aprendido a ler, escrever e fazer contas por iniciativa própria, antes mesmo de ingressar na escola, foi matriculado aos 7 anos de idade, em 1899, na Escola Particular Italiana Prof. Aldo Padovani, onde permaneceu até concluir o 3º ano primário.

Gostava de jogar futebol, fazer cálculos matemáticos e queria cursar a Escola Politécnica em São Paulo para ser Engenheiro-geógrafo, mas o desejo de seu pai era que Sud estudasse na Escola Agrícola pois, “como imigrante, tinha a ideia, muito difundida entre eles, de que o futuro estava na terra” (GIESBRECHT, s/d, p.12).

Afinal, devido aos problemas relativos à sua saúde e às condições financeiras da família, Sud optou por estudar na Escola Complementar de Piracicaba e, aos 16 anos de idade, tornou-se professor primário. A Escola Complementar, fundamentada nos moldes tradicionais de ensino, de bom conceito na época, oferecia tanto o curso ginásial, quanto a formação profissional e também, proporcionava aos alunos acesso aos cursos superiores, além de habilitar para o exercício do magistério primário.

Em função de sua idade, não pôde exercer a profissão; assim, dedicou-se, até completar 18 anos, ao estudo de contabilidade e de francês, por meio de aulas particulares.

A Escola Masculina do Bairro Alvarenga, zona rural do município de Cravinhos revela-se por ser a primeira instituição de ensino na qual Sud iniciou sua docência, por meio de nomeação, ocorrida em 1910.

Os estudos empreendidos por Souto (2005) afirmam que os concursos públicos para o cargo de professor datam de 18 de janeiro de 1993, conforme publicado no Diário Oficial, dia 10 novembro de 1892. Cabe lembrar, entretanto, que nessa época tudo acontecia por meio de nomeações feitas pelos inspetores municipais de ensino, muitas das quais eram publicadas no Diário Oficial.

Giesbrecht (s/d) relata que foi durante a passagem pelo município de Cravinhos que Sud iniciou sua carreira jornalística. Escrevia crônicas e artigos para jornais piracicabanos, como *O Jornal* e *A Gazeta*, com diferentes pseudônimos, Saul Maia, Cyro Fortes, Conde do Luxo em Burgo, dentre outros. Escrevia sobre educação, sobre as guerras dos países europeus, sobre os problemas ferroviários e de telefonia que o Brasil vivenciava.

Dentre as crônicas e artigos publicados nesse período, destacamos: *Reais vantagens de uma ligação férrea*, na qual escreve sobre a morte do Barão do Rio Branco, ocorrida na manhã de sábado de 10 de fevereiro de 1912, fato de que o Brasil

só tomou conhecimento no domingo à noite. A inexistência de ferrovias e as condições meteorológicas que impediam as ligações telefônicas foram por ele denunciadas nesse artigo, como problemas de acesso e ordem pública. (GIESBRECHT, s/d).

Foi também na Escola Masculina do Bairro Alvarenga que teve sua promoção no magistério: lecionar na primeira Escola Urbana e Masculina de Arte de Piracaia e, consecutivamente, no Grupo Escolar de Dourados, onde passou a dirigir, aos 20 anos, dois jornais de oposição da cidade, *A Fita* e *O Imparcial*. O acesso a Piracaia era difícil, “não havia trem e havia que se ir de Atibaia por quatro léguas pela montanha, a cavalo” (GIESBRECHT, s/d, p.13).

Em 1913, Mennucci exonerou-se do cargo de professor do Grupo Escolar de Dourados, para compor a Comissão de Professores Paulistas, chefiada por Arnaldo de Oliveira Barreto, em favor da reforma das Escolas de Aprendizes de Marinheiros da República no Pará.

De navio, viajou durante onze dias até chegar a Belém do Pará. Lá chegando, trabalhou como professor da Escola de Aprendizes. Escrevia para os jornais da cidade e continuava a escrever para *O jornal*, de Piracicaba/SP, artigos intitulados *Cartas de Belém*. Escrevia suas impressões na época em que a Amazônia estava em crise, consequência do fim do ciclo da borracha e, sobretudo, pelo movimento que representava o desejo de separar os Estados do Pará e Amazônia. As *Cartas de Belém* revelam as primeiras percepções de Sud sobre a desunião e as diferenças socioculturais que se revelam no vasto território brasileiro.

A velha ideia de separação está em marcha e só não chegará ao seu termo se a União preceder como deve. (...) Agora (os Paraenses) querem de novo mudar de senhorio, como inquilinos descontentes que não pagam o aluguel, e escolhem para novos padrinhos os Estados Unidos da América do Norte!... E citam Cuba, sem olhar para o México. (MENNUNCI *apud* GIESBRECHT, s/d, p. 19)

Passado um ano, retornou para Piracicaba, sendo nomeado professor adjunto do Grupo Escolar de Porto Ferreira. Ao chegar a Porto Ferreira, conheceu Maria da Silva Oliveira, normalista, filha de imigrantes portugueses, donos do hotel no qual estava hospedado. Sud e Maria se casaram e tiveram cinco filhos: Astarté, Astréa, Aécio, Lélia e Nézia.

Conforme Giesbrecht (1998) Sud era uma pessoa que gostava de fazer amizades. Dentro seus amigos de Porto Ferreira, podemos destacar Manoel Oliveira, irmão mais

velho de Maria, o escritor Thales Castanho de Andrade e Manoel Bergstrom Lourenço Filho.

Além do casamento, dos amigos e do trabalho como professor primário, sua carreira e prestígio como jornalista se fortalecia por meio de publicações em conceituadas revistas e jornais de São Paulo, tais como *A Vida Moderna*, *Cigarra*, *Liga Marítima*, *Correio Paulistano* e, ainda, a revista *Fon-Fon no*, Rio de Janeiro. No período em que esteve em Porto Ferreira, assumiu também a direção do jornal *A folha* (Porto Ferreira/SP).

Em março de 1918, Sud chegou a São Paulo para o lançamento de seu primeiro livro, *Alma Contemporânea: ensaios de estética*, publicado pela editora Cultura Brasileira/SP. Entretanto, Giesbrecht (s/d) pondera que o primeiro livro escrito por Sud Mennucci foi “*Vida Inútil*”, do qual conseguiu publicar apenas alguns trechos nas revistas *Vida Moderna* e *Cigarra*, pois quando apresentou seus escritos para o editor Monteiro Lobato, não teve aprovação por se tratar de um triângulo amoroso, fora dos padrões convencionais da época e talvez por isso não fosse passível ser comercializado.

D'avila (s/d.) considera que os artigos que deram origem à *Alma Contemporânea* datam de cinco ou seis anos antes de 1918, quando Sud tinha por volta de 18 ou 20 anos. Supõe-se que esses artigos, fruto do pensamento de mocidade, foram influenciados pelas barbáries da 1ª Guerra Mundial. O livro trata de questões relacionadas ao problema dos ajuizamentos morais na arte, na religião, na filosofia, na disciplina social, problemas apontados por Mennucci como decorrentes do medo. Segundo Giesbrecht (s/d), a publicação de *Alma Contemporânea* foi um fracasso. Sud ficou frustrado com a rejeição de alguns críticos literários.

Conquanto alguns escritores e críticos literários, como Monteiro Lobato, José Oiticica, João Ribeiro, dentre outros, consideraram que seu livro *Alma Contemporânea: ensaios de estética* pode ser considerado como uma obra precursora da Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo no ano de 1922. Dentre as considerações, destacamos as seguintes:

“Nele a independência do pensamento e de sentimento de princípio comum a todos, à realidade, coisa rara como a fênix. (José Oiticica - *Correio da Manhã* - Rio de Janeiro)

O autor, Sud Mennucci (Saul Maia) é um espírito admirativo e cheio de entranhada simpatia pelos assuntos que desenvolve com distinto garbo e correção. (João Ribeiro – *Imparcial* – 22 de julho de 1928)

O Sr. Sud Mennucci escreveu dois livros que se conservam de todo ignorados do público brasileiro. Porque o nosso público os ignora, porque nosso público não os leu? Nem os poderia ter lido, aliás, tão iletrado que é o pobrezinho. Mas a elite pensante do Brasil, com uma dezena de representantes, no máximo, em cada um dos Estados, leu “Alma Contemporânea”, deliciou-se com o Humor, e os esqueceu rapidamente ante a preguiça de pensar os problemas da estética, da crítica e de filosofia. (Galvão Cerquinho, em artigo (*Correio do Povo* – Porto Alegre, 11 de março de 1928)“

Dois anos mais tarde, em 1920, Sud foi convidado por Sampaio Dória, Diretor Geral de Instrução Pública de São Paulo (1920-1921), para dirigir o Escritório Central de Recenseamento Escolar do Estado, com sede na Escola Normal Caetano de Campos, localizada na Praça da República, centro de São Paulo. Dentre os dados levantados, ressalta o retrato do analfabetismo em São Paulo. As estatísticas apontavam que cerca de 53% da população urbana de São Paulo era analfabeta e 70% da população rural não tinha acesso à escola.

A década de 1920 é historicamente reconhecida como um período em que ocorreram muitas reformas nos Sistemas Estaduais de Ensino, as quais Nagle (1974) define como movimentos de “entusiasmo pedagógico”, em que a preocupação com a ampliação quantitativa de ensino era resultado do crescimento urbano industrial. Vale lembrar a Reforma Paulista de Ensino, assegurada pela lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, também conhecida como Reforma Sampaio Dória, da qual Sud Mennucci participou.

Nery (2001) considera que a Reforma Sampaio Dória não conseguiu resolver o dilema entre a ampliação de escolas versus qualidade do trabalho pedagógico. Descontente com as inúmeras críticas recebidas, Sampaio Dória exonerou-se do cargo. O qual foi assumido por Guilherme Kuhlmann (1921-1924), até então assistente de confiança de Sampaio Dória. Ao assumir a Diretoria, Kuhlmann relatou no Anuário de Ensino (1920-1921) que o ensino paulista se encontrava em estado caótico.

Embora alvo de inúmeras críticas, a referida autora considera também que a Reforma Sampaio Dória deve ser considerada como um referencial dos movimentos de modernização educacional desse período. Foi na Reforma de 1920, regulamentada pelo Decreto nº. 3.356, de 31 de maio de 1921, em seu artigo 31, que tivemos a criação das Delegacias Regionais de Ensino no Estado de São Paulo, organizadas por território e núcleos de analfabetismo.

Artigo 31. O Estado fica dividido em 15 delegacias regionais do Ensino, com sede nos seguintes logares: Araquara, Bauru, Botucatú, Campinas, Capital, Casa Crancas Catanduva, Guaratinguetá, Itapetininga, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos e Taubaté.

De acordo com Almeida Junior apud Nery (2001, p.174):

Antes da reforma de 1920 a inspeção do ensino estava centrada na capital, de onde os inspetores saiam pelo interior em viagens apressadas. [...] A reforma de 1920 criou as delegacias regionais, que permitiam fiscalização efetiva. Infelizmente, o seu funcionamento se ressentiu, mais tarde, na ingerência repetida e absorvente dos mandões políticos locais.

Segundo Giesbrecht (s/d), após a Reforma Mennucci assumiu, inicialmente, a direção da Delegacia de Ensino de Campinas⁵, sendo posteriormente transferido para a Delegacia de Ensino de Piracicaba⁶, onde colocou em prática o início de suas ideias ruralistas, ampliando o número de grupos escolares e escolas municipais. Em decorrência da ampliação de escolas, luz, água e estradas foram implantadas, beneficiando, assim, a população rural, que não dispunha de tais recursos.

No período em que Sud atuava como Delegado de Ensino de Piracicaba, São Paulo sediava, no Teatro Municipal, a Semana da Arte Moderna, realizada de 11 a 18 de fevereiro de 1922, um movimento que clamava pelo fim da vanguarda e o início do modernismo no Brasil. A Semana contou com o apoio do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, e teve a participação de literários, intelectuais e artistas consagrados como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia, Heitor Villa-Lobos, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, dentre outros. Mennucci não participou e, em suas palavras, evidenciamos sua crítica:

Nunca acreditei em arte feita por intermédio de meetings e cartazes e muito menos de programas (...). Ademais, os modernistas pregavam a liberdade total. Não queriam escolas que eram jaulas. Não queriam, mas fundaram uma (...) não podia eu ser desse grupo. Pertencia (...) à categoria daqueles que fazem da compreensão o seu maior instrumento de pesquisa dos fenômenos da vida e que se esforçam, portanto, em entender todas as iniciativas e todos os tentames, embora

⁵ A Delegacia de Ensino de Campinas compreendia os seguintes municípios: Campinas, Amparo, Pedreira, Serra Negra, Socorro, Monte Mor, Mogi Mirim, Espírito Santo do Pinhal, Itapira e Mogi Guaçu.

⁶ A Delegacia de Ensino de Piracicaba compreendia os seguintes municípios: Piracicaba, Itu, Cabreúva, Capivari, Indaiatuba, Rio da Pedras, Salto, São Pedro, Limeira, Araras, Rio Claro e Santa Bárbara.

não aceitem como definitivos a nenhum deles. (MENNUCCI *apud* GIESBRECHT, s/d; p.32)

No de 1922, foi fundada em São Paulo a Sociedade de Educação. De acordo com Nery (2009), o intuito da referida Sociedade era legitimar a atuação de seus associados no campo educacional que estava se estruturando. Por meio das revistas pedagógicas, membros da elite intelectual paulista afirmavam seu monopólio da autoridade científica, definindo, assim, seu lugar na hierarquia socioeducacional. Dentre seus associados, destacam-se, na primeira fase (1922 - 1924), os nomes de Sampaio Dória, Renato Jardim, Antônio F. de Almeida Junior, Cymbelino Freitas, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Sud Mennucci participou dessa Sociedade na segunda fase (1927 - 1931).

No que se refere ao cenário político brasileiro, vale lembrar que neste período também tivemos muitas rebeliões e revoltas. No dia 05 de julho de 1922, aconteceu no Rio de Janeiro a Primeira Revolta do Movimento Tenentista, historicamente conhecida como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana⁷.

Dois anos após a 1ª Revolta Tenentista, aconteceu em São Paulo, maior centro industrial brasileiro do século XX, a Revolta Paulista de 1924, também conhecida como a Segunda Revolta Tenentista, liderada pelo General Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Juarez Távora, dentre outros.

Para Romani (2009), tratou-se de um dos maiores conflitos bélicos, em que as tropas do governo federal de Arthur Bernardes bombardearam bairros operários da zona leste de São Paulo, como Belém, Belenzinho, Mooca e Brás. Nas cidades do interior do Estado, também houve inúmeras rebeliões, prefeituras foram tomadas, cidades destruídas, mais de 1.000 mortos e 4.000 feridos, a maioria civis. O autor considera ainda que a revolução foi:

⁷ Um grupo de militares composto por tenentes, sargentos, cabos e soldados manifestaram-se contra o conservadorismo econômico da oligárquica política café-com-leite. A Revolta foi ofuscada pelo poder político dos dominantes, isto é, os latifundiários uniram forças com os militares de alta patente e aparentemente combateram a revolta. Importante mencionar que os ideais tenentistas contra a política do coronelismo influenciaram posteriormente outros movimentos antioligárquicos, sobretudo na Era Vargas. A maior parte dos rebeldes sobreviventes foi viver em São Paulo com identidades falsas. MEIRELLES (2002) relata que o Capitão Juarez Távora, um dos acusados de liderar a revolta no Rio, vivia na capital paulista com o nome de Otávio Fernandes, conceituado eletricista de profissão. O Tenente Eduardo Gomes era o Dr. Eugênio Guimarães, advogado e professor primário.

A prática política mais agressiva empreendida pelo Estado brasileiro. (...) A matança indiscriminada de civis pobres foi praticamente ignorada e quase esquecida em todo o país, principalmente pelos próprios historiadores paulistanos. Talvez, porque a revolta que recebera a desaprovação da burguesia paulista tenha sido apoiada pelo proletariado descendente de imigrantes, em grande parte simpatizante do anarquismo. (ROMANI, 2009, p.1)

A revolta de 1924 durou aproximadamente 23 dias e também foi derrotada pelo poderio militar das tropas de artilharia do exército legalista. Os revoltosos, derrotados, marcharam sob o comando de Isidoro Dias e Juarez Távora em direção ao sul do Brasil, onde se encontraram com as tropas de Luiz Carlos Prestes, originando, assim, mais um movimento político-social brasileiro contra a república oligárquica do coronelismo, então conhecido como a Coluna Prestes.

Enquanto Delegado de Ensino de Piracicaba, Sud vivenciou os reflexos da Revolta de 1924 quando esta se estendeu pelo interior de São Paulo, implicando também conflitos, desordem e tumultos nas prefeituras, escolas e delegacias de ensino, sobretudo, no interior paulista.

Foi diante deste cenário, mediado por revoluções políticas, que Mennucci publicou seu segundo livro literário, intitulado ***Humor***. O livro foi considerado pela crítica como um estudo de referência sobre modalidade literária em amostras de humorismo inglês, francês e italiano.

Sobre *Humor*, Fernando de Azevedo considera a obra uma expressão da língua portuguesa. Em suas palavras,

O Sr. Sud Mennucci faz pensar longe de limitar-se a repetir opiniões e deixar-se envolver por esta tendência geral de psitacismo literário, peculiar aos críticos de manga larga, sujeito a sua teoria interpretativa do humor a uma análise inquieta, atraente, as vezes aguda (...) O autor de *Humor* teve bom gosto de refutar todo pedantismo científico.” (Jornal *O Estado de S. Paulo* (1924-1926))

Embora descontente com a Reforma Paulista de Ensino de 1920 e as mudanças educacionais que privilegiavam as regiões urbanas, sobretudo, as regiões economicamente favorecidas do Estado de São Paulo, Mennucci permaneceu como Delegado de Ensino de Piracicaba até 1925.

Recebeu, então, o convite de Julio Mesquita Filho (Julinho), proprietário, diretor e redator-chefe do jornal *O Estado de São Paulo*, para assumir a redação do jornal e a coluna diária intitulada *Questões Pedagógicas*.

Giesbrecht (s/d) relata que, inicialmente, recusou o convite, mas após cartas e pedidos de Julinho, exonerou-se do cargo de Delegado Regional de Ensino de Piracicaba em 1925, e mudou-se para a cidade de São Paulo, dando início a uma série de importantes atividades como professor de História e Geografia, jornalista e crítico literário.

Acrescentamos que Mennucci já contribuía com publicações de artigos para o referido jornal desde março de 1918 e mantinha profunda admiração pelo jovem revolucionário Julinho, sentimento que parece ser recíproco. Em uma das cartas, Mesquita Filho diz:

(...) A época é dos corajosos e não estou propondo a você a escalada do Himalaia ou a jornada de Verdun. Meu velho Sud (...) tem você o talento equilibrado e profundo que requer a chefia de uma casa como esta. (...) São todos nossos ideais de remodelação do Brasil e criação de uma mentalidade forte e elevada que se abrem diante de nós.(...).

Julinho.São Paulo, 2 horas e meia da madrugada de 12 de janeiro de 1925.

Excerto da carta escrita por Julio Mesquita Filho) (GIESBRECHT, s/d, p.37)

Os estudos de Nery (2009) afirmam que no ano seguinte, em 1926, Julio Mesquita Filho, envolvido com as questões político-educacionais, propôs a Fernando de Azevedo, Renato Jardim, Sud Mennucci e Lourenço Filho que realizassem um Inquérito Situacional do Ensino Público no Estado de São Paulo. O Inquérito tinha como alvo a Reforma de Ensino de 1925, que fora idealizada por Pedro Voss, então Diretor Geral de Instrução Pública/SP (1924-1927), sucessor de Guilherme Kuhlmann (1921-1924).

Tal Inquérito, considerado pela autora, como um dos momentos de intenso debate no campo educacional desse período, criticava e analisava as principais deficiências do ensino paulista atrelado à Reforma de 1925. Por meio de uma enquete de autoria de Fernando de Azevedo, foram publicadas diariamente no Jornal *O Estado de São Paulo* opiniões dos principais representantes da educação da época, sobretudo, dos Membros da Sociedade de Educação de São Paulo, sobre a situação do ensino público paulista.

A autora prossegue seus estudos esclarecendo que o Inquérito foi organizado em três partes. A primeira parte tratava sobre o ensino primário e normal. A segunda, sobre o ensino técnico e profissional, e a terceira, sobre o ensino secundário e superior. Sud

Mennucci, Lourenço Filho, Renato Jardim, José Escobar, Francisco Azzi e Almeida Junior participaram da primeira parte do Inquérito.

Antes de apresentar a opinião de cada entrevistado, Fernando de Azevedo apresentava o perfil de cada um. No excerto abaixo, encontramos o perfil de Sud Mennucci, apresentado pelo organizador do Inquérito:

[...] Espírito crítico, - na acepção defensiva e ofensiva da palavra, - sobre não aceitar coisa alguma sem análise, tem a malícia e a mordacidade dos bons observadores, mas sem o azedume que vem da luta e o travo que deixa, nos irresignados, a experiência dos homens. As suas palavras porventura nem sempre exprimirão para todos a inteira verdade da doutrina, mas sempre a “sua” verdade. (AZEVEDO, 1960, p.87)

Para Nery (2009), o Inquérito descortinou as disputas pela legitimidade no campo educacional paulista. Os entrevistados, embora simpatizantes de diferentes correntes pedagógicas, tradicionais e decorrentes do movimento da Escola Ativa, posicionaram-se em relação às principais deficiências do ensino paulista. A referida autora ressalta ainda que “os testemunhos e as opiniões sobre a Reforma de Ensino de 1925 foram moldadas pela própria forma de elaboração do Inquérito” (p.165).

A autora afirma ainda que Renato Jardim foi um dos entrevistados que mais criticou a Reforma, elogiando de forma incisiva Fernando de Azevedo. Defendeu a autonomia didática do professor, a oferta do ensino primário pelo setor privado e a criação de um Conselho de Ensino autônomo, enquanto que Sud Mennucci limitou suas críticas aos aspectos gerais do ensino primário e normal. No excerto abaixo, destacamos parte do depoimento de Mennucci:

A falha mais grave do ensino primário e normal, na sua organização atual, isto é, depois da Reforma de 1925, é o refluxo ao passado. Houve o propósito intenso de volver o ensino às bases de 30 anos atrás, como se pudesse adaptar, à mentalidade de nosso tempo, as aspirações e os ideais daquele, como se entre 1892 e 1926 não houvesse mediado o tremendo, destruidor, e por isso mesmo renovador, furacão da grande guerra. (MENNUNCI *apud* NERY, 2009, p.180)

A ausência da participação de membros da Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA no Inquérito, sobretudo, do Diretor e autor da Reforma, Pedro Voss, é analisada por Nery (2009) como “no mínimo estranho que Fernando de Azevedo desconhecesse e/ou

desconsiderasse a trajetória de Pedro Voss e passasse a tratá-lo como um burocrata autoritário” (p. 169).

Mais tarde, em 1937, o Inquérito teve sua primeira edição publicada, na forma de livro, com autoria de Fernando de Azevedo, intitulado: *O ensino em São Paulo: problemas e discussões*. A segunda edição foi publicada em 1960 com o título *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*.

Após o término do Inquérito⁸, Fernando de Azevedo assumiu, em 1927, a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, e convidou Sud Mennucci para chefiar o movimento censitário escolar na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com Renato Jardim, Paulo Maranhão e outros. (GIESBRECHT, s/d)

Ao chegar no Rio de Janeiro Mennucci defrontou-se com a hostilidade dos jornais locais que o criticaram como “estrangeiro membro da colônia italiana de São Paulo”. Os jornais defendiam que o censo deveria ser feito pelos cariocas justificando que, além de otimizar verbas, os cariocas conheciam melhor seu território. Abaixo segue alguns excertos das críticas publicadas nos jornais cariocas da época.

Tratando-se de estatística e existindo uma repartição aparelhada e dirigida por um funcionário competente, como o Sr. Mário Freire, conhecedor das dificuldades que apresenta esse serviço, numa cidade como a nossa, de topografia complicada, estranhamos que se possa privar S. Paulo da colaboração do Sr. Sud Mennucci para pô-lo à frente de um serviço que podia, com êxito ser efetuado economicamente, com a prata da casa.

O Sr. Sud Mennucci, a quem rendemos todas as homenagens, não conhece os hábitos da nossa população, ignora as dificuldades que oferece um serviço censitário entre nós e é alheio à esquisita topografia da nossa cidade. E a prova do que asseveramos é que S.S. desejava iniciar esse serviço desde já, esquecendo-se que nesta época, o pessoal docente está no gozo das férias regulamentares, que muitas famílias estão afastadas da cidade e que a canícula não permite percorrer as estradas suburbanas e rurais, nesse penoso serviço censitário. (“Chronica do ensino.” *O Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1927)

Estamos diante de uma verdadeira comédia, sem utilidade prática. Um inquérito urgente demonstraria a pouca consistência do que se está fazendo. Há detalhes que não entram nas cogitações dos teóricos que

⁸ Mais tarde, em 1937, o Inquérito teve sua primeira edição publicada, na forma de livro, com autoria de Fernando de Azevedo, intitulado: *O ensino em São Paulo: problemas e discussões*. A segunda edição foi publicada em 1960 com o título *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*.

imaginaram resolver o problema com cataplasmas de decretos. Não dispomos de escolas em número correspondente à afluência de matriculandos. Uma boa parte da população infantil, em idade de escola, não tem recursos para vestuários e calçado, como se exige geralmente nas mesmas escolas. Não basta, portanto, fazer a estatística. (“Um recenseamento escolar!” *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1927)

Todavia, Sud permaneceu durante quatro meses no Rio de Janeiro visitando escolas, bairros e subúrbios, muitas vezes acompanhado pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Sr. Fernando de Azevedo. (GIESBRECHT, s/d).

Em companhia do professor Sud Mennucci, chefe da comissão do Recenseamento Escolar e do jornalista Agripino Grieco, o Dr. Fernando de Azevedo, diretor da Instrução, esteve ontem na Ilha do Governador, em visita às escolas municipais que vem percorrendo uma a uma, a fim de melhor conhecer o seu funcionamento e as suas necessidades. (“O diretor da Instrução visita as escolas.” *A Pátria*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1927)

Os resultados do recenseamento escolar de 1927, chefiados por Mennucci, não agradaram aos membros da sociedade carioca, uma vez que estes foram de encontro aos dados do recenseamento escolar de 1920, o qual apontava a existência de mais de 200.000 crianças com idade entre 6 e 12 anos. Contradicitoriamente, os dados do recenseamento de 1927, indicavam aproximadamente 141.000 crianças nessa mesma faixa etária, ou seja, 30% a menos do que os dados apontados sete anos antes. (GIESBRECHT, s/d).

Vale lembrar que durante o período de permanência no Rio de Janeiro, Sud Mennucci publicou, seu terceiro livro: *Rodapés*, resultado de uma compilação de artigos sobre crítica literária publicados nos últimos dois anos no jornal *O Estado de São Paulo*.

Nesse período, o cenário educacional paulista vivenciava a exoneração de Pedro Voss da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo. Tanto Nery (2009) quanto Giesbrecht (s/d.) relatam que o cargo de Pedro Voss era para ser ocupado por Sud Mennucci, conforme atesta o excerto da carta de Lourenço Filho para Fernando de Azevedo:

Aqui não há dois boatos sobre a futura direção: ou (Guilherme) Kulmann (sic) ou Sud (Mennucci). Este último amigo. Dá-se ares de já convidado, declarando que não aceitou o cargo que você lhe ofereceu aí, em vista da direção em São Paulo. Esperemos e o que for ... suaremos! (LOURENÇO FILHO *apud* NERY, 2009, p. 103)

O fato é que o cargo foi assumido pelo conciliador e representante da Sociedade de Educação, Amadeu Mendes.

Após o término do Recenseamento Escolar do Rio de Janeiro, GIESBRECHT (s/d.), ressalta que Mennucci retornou para a redação do jornal *O Estado de São Paulo* e fundou, em setembro de 1928, o *Gymnásio Moura Santos*, juntamente com seu cunhado, Maneco, e o amigo, Máximo de Moura Santos. Além do curso ginásial, a escola oferecia o serviço de classe especial para alunos com Síndrome de Down. Mennucci permaneceu como sócio-proprietário e diretor até o final do ano de 1929, quando a escola foi fechada. Suas palavras sintetizam essa experiência: “uma odisseia de dissabores”.

Em 1929, Sud Mennucci foi eleito como Membro da Academia Paulista de Letras (APL), ocupando a cadeira nº15, cujo patrono foi Luiz Gama⁹.

Outro fato relevante, salientado pelo referido autor, aconteceu em 1929, quando refere-se a eleição de Sud Mennucci como Membro da Academia Paulista de Letras (APL), cadeira nº15, cujo patrono foi Luiz Gama acontecido no ano de 1929, foi a eleição de Sud Mennucci para membro da Academia Paulista de Letras(APL), cadeira nº15, cujo patrono foi Luiz Gama. (GIESBRECHT, s/d.).

Nesse mesmo ano, quando ainda atuava como redator do Jornal *O Estado de São Paulo*, foi convidado para participar como membro da Comissão Executiva Paulista da III Conferência Nacional de Educação, realizada em São Paulo, em setembro de 1929, cujo debate educacional da época tinha o propósito de difundir os modelos pedagógicos da Escola Ativa. A Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE)¹⁰, acontecia anualmente nas capitais dos Estados Brasileiros.

⁹ Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) - nasceu em Salvador (BA), filho de uma negra africana e de um aristocrata baiano de origem portuguesa. Foi vendido como escravo pelo pai, levado ao Rio de Janeiro e, posteriormente, para São Paulo. Liberto, autodidata, iniciou sua carreira jurídica, mas nunca obteve o diploma de bacharel. Escritor e jornalista publicou diversas obras humorísticas. Destacou-se como uma das figuras mais expressivas que lutaram em favor da abolição da escravatura.

¹⁰A Associação Brasileira de Educação/ABE foi fundada em 1924 por um grupo de intelectuais cariocas, com o intuito de reunir interessados na causa da educação. Embora se apresentando como uma associação independente de concepções filosóficas, religiosas ou políticas, também buscou espaço para consolidar sua hegemonia no campo educacional brasileiro.

A participação de Sud Mennucci provocou aplausos e polêmicas no cenário educacional paulista, desencadeando inclusive um debate por meio de réplica e tréplica com o amigo e presidente da Sociedade de Educação, Sr. Renato Jardim.

Na ocasião, Mennucci publicou um artigo no jornal *O Estado de São Paulo* comentando os resultados da III Conferência Nacional de Educação, sob o título “*A Escola Paulista*”, no qual defendia a existência de uma escola mista, resultante da convergência entre a escola clássica e a escola ativa, de acordo com a realidade histórica, política e social brasileira.

Para Mennucci (1929), não havia em São Paulo nem escola ativa nem tradicional, mas sim, uma escola dinâmica, do tipo mista, criada pela inteligência do professorado paulista com base na escola clássica.

Tenho-me declarado sempre partidário da escola nova, mas sem nunca me haver comprometido com a aceitação de um determinado tipo dos que existem pelo mundo. Reportei sempre o meu assentimento, em prol das medidas innovadoras, á obrigatoriedade de criar a escola brasileira. As escolas dos outros paizes, por muito que me suscitem a admiração, nunca me fizeram esquecer que são figurinos para outros corpos e para outros talhes. Ainda neste passo me inspira um grande inovador, Dewey, naquelle seu luminoso conceito de que “a unidade de todas as sciencias se encontra na geographia”. E a geografia de meu paiz me ensina que a roupa que se encommendasse de fora para a nossa gente, seria typicamente de carregação, diferente daquela outra que Claparedé quer, “a roupa sob medida... (Sud Mennucci, 02/10/1929, *O Estado de São Paulo / A Escola Paulista*)

Renato Jardim, que não participou da Comissão Executiva da III Conferência Nacional de Educação por motivos de divergências com membros da seção carioca da ABE, presidida por Fernando de Magalhães, durante a II Conferência realizada em Belo Horizonte, em dezembro de 1928, manifestou-se contrário ao posicionamento de Sud Mennucci. Pontuou que o “distinto professor de firmada reputação”, Sr. Sud Mennucci, estava equivocado e não explanava coisa alguma sobre a distinção entre a “escola clássica” e a “escola ativa”; apenas defendia a nacionalização da escola nova, porém, em moldes conservadores e tradicionais.

O autor do artigo, o nosso amigo Sud Mennucci, tomando conhecimento do que então escrevemos, e das perplexidades em que o seu interessante trabalho nos deixou, escreve a propósito, neste mesmo órgão, uma série de notáveis artigos, em que analysa a exposição em que à Sociedade fizemos; e pondo em relevo a nossa extrema fraqueza quanto a conhecimentos nos assumptos tratados...

deixa-nos na mesma dificuldade de saber o que é a nossa “escola dynamica”, qual o pensamento do ilustre escriptor sobre a distincão entre a chamada “escola clássica” e a “escola activa”, qual o seu pensamento sobre a significação desse mundial movimento em prol da “escola nova” e sobre outros tantos pontos a respeito de quaeas importaria interpretar as suas palavras para bem ajuizar da razão, que de certo lhe sobra, em sustentar, contra os inovadores, com entusiasmo de christão novo, a necessidade de não tocar na nossa escola modelo pedagógico “que representa uma verdadeira obra de inteligência do professorado paulista.” (Renato Jardim – Revista Educação - Através de Revistas e Jornais – Volume X – Janeiro – Março, 1930, A Escola Paulista, p.210)

O fato é que esse debate teve uma repercussão significativa na imprensa, espaço de grande importância onde circulavam as principais ideias pedagógicas da época. *O Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo* e a *Revista Educação* publicaram o debate durante três meses, especificamente no período de dois de outubro a dezenove de dezembro de 1929. O debate foi encerrado pela réplica *A Escola Paulista VIII*, de Sud Mennucci, publicada no Jornal *O Estado de São Paulo*, em dezembro de 1929.

Após o debate, Renato Jardim adoeceu. Fernando de Azevedo e Lourenço Filho posicionaram-se a favor de Jardim e da escola nova, rompendo amizade com Sud Mennucci.

O estudo sobre a polêmica entre Sud Mennucci e Renato Jardim pode ser encontrado no livro de Ana Clara Bortoleto Nery, *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional* (1922-1931), resultado de sua tese de doutorado.

Após a polêmica, Sud Mennucci continuou se dedicando à educação; fundou juntamente com Cymbelino de Freitas, membro da Sociedade de Educação, o Centro do Professorado Paulista - CPP, em março de 1930, o qual assumiu a presidência por sucessivos mandatos, a ele concedido, durante 17 anos (1931-1948). (GIESBRECHT, s/d)

Mennucci justificou a fundação do CPP mediante a necessidade da criação de um órgão de representatividade dos professores, pois até então não existia nenhuma entidade que defendesse os direitos da categoria do professorado paulista. “o governo fazia o que queria, tomava medidas e constantemente as mudava e os professores sofriam e não opinavam nada. (...) classe sem voz, sem representante, sem programa. Nunca disse o que quer, o que deseja e o que precisa.” (GIESBRECHT, s/d, p.49).

Neste cenário de intensos debates educacionais e manifestações políticas, Sud que acabara de assumir a diretoria do CPP, continuou na redação do Jornal *O Estado de S. Paulo* apenas por mais alguns meses.

Das inúmeras palestras e conferências que proferiu neste período, em favor de uma escola mista e do ensino rural, resultou a sua obra: *A Crise Brasileira de Educação*, publicada em 1930. Segue o parecer de Roquete Pinto sobre a obra.

A solução de Sud Mennucci é a campanha pelas oportunidades de repartir a terra. Juntem-se a União, os Estados, os Municípios, às Associações particulares nesse objetivo. [...] O sistema de Sud Mennucci para divulgar o ensino primário no Brasil é, destarte, um todo harmônico, antes social do que pedagógico [...] no terreno da prática, a primeira dádiva a conceder ao meio rural seria destruir-lhe o isolamento [...] indica, pois de maneira realmente superior, todas as condições sociais em que se define o problema considerado. E indica, com clareza, simplicidade, entusiasmo, de maneira prática, soluções modernas e possíveis. Deve receber o primeiro prêmio Alves.

Cabe registrar que esta obra recebeu em julho de 1933, o 1º prêmio do concurso da série “Francisco Alves” – Qual o melhor meio de disseminar o ensino primário no Brasil – realizado pela Academia Brasileira de Letras – ABL.

2.2. A Era Vargas (1930 – 1945)

Os estudos de Romani (2009) ponderam que dada a crise do sistema político e econômico do Brasil, envolvendo os interesses das oligarquias cafeicultoras¹¹ culminou na Revolução de 1930. Os latifundiários e militares de alta patente dos Estados de Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, os quais não eram beneficiados com a política do café-com-leite, promoveram um Golpe de Estado, no qual Getúlio Vargas assumiria provisoriamente a presidência do país até que fossem elaboradas reformulações e criações de novas leis constitucionais da República do Brasil a partir de 1930.

O referido autor destaca que nesse período, Vargas conquistou a simpatia de grande parte dos parlamentares e conseguiu ser eleito por eles como presidente até 1938, momento em que a política brasileira levantou a bandeira do

¹¹ Oligarquia foi o título empregado para denominar os coronéis de São Paulo e Minas Gerais que se revezavam no comando do país, durante a República Velha -1889-1930. Esse período é conhecido como “política do café-com-leite” durante o qual se revezavam no poder políticos de Minas, produtores de leite e São Paulo, produtores de café.

desenvolvimentismo, de cunho industrial e do nacionalismo. Getúlio caminhou politicamente com passos estratégicos; não desagradava aos interesses da elite, a qual o apoiara, e fazia uso de forte poder político-econômico que não podia ser provocado, ao menos nos primeiros anos. Juntos promoveram o desenvolvimento da urbanização e a ascensão da industrialização.

Nesse sentido, Mennucci (1934) ressalta que com a industrialização das descobertas científicas criou-se o conceito do direito ao conforto proporcionado pela ciência. Em decorrência, houve o aumento das necessidades do homem e, consequentemente, o aumento do custo de vida. O trabalho, então, perdeu o seu princípio educativo mediante a necessidade de produção em larga escala, justamente para atender ao conforto e ao aumento do capital humano.

Estudos realizados por Romanelli (1987) apontam que o modo de produção do Brasil se tornou cada vez mais industrial; as cidades cresciam e o trabalho operário se constituía massivamente. Este último representava uma demanda populacional crescente e desprovida de amparo social. Paralelamente, os movimentos de cunho iluminista e comunista permeavam os sindicatos e grupos trabalhistas que lutavam por um Estado mais justo e igualitário.

Romanelli (1997) analisa que no período entre 1930 e 1937, Getúlio procurou agradar tanto a classe operária quanto a elite. Implantou propostas políticas de amparo aos trabalhadores, mas que também não prejudicavam a elite. Contudo, as condições para conciliar essa difícil tarefa diminuíam constantemente, ao mesmo tempo em que aumentavam as pressões de ambos os lados, ou seja, das massas e da elite. Assim, em 1937, um ano antes de terminar seu mandato como presidente da República, executou um golpe político instituindo outorgadamente o Estado Novo.

Conquanto no pós-guerra de 1945, os tempos eram de agitações e transformações imprescindíveis em grande parte do mundo, assim como no Brasil. Esse ano marcou o final do Estado Novo e o início da República democrática brasileira.

2.2.1. O Governo Provisório (1930-1934)

Apoiado pela elite brasileira, que incluía diferentes grupos entre latifundiários, militares e a Igreja Católica, Vargas instalou o modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização. Esta, por sua vez, acelerou veementemente o trabalho

operário oferecido nas grandes cidades, o que de certa forma contribuiu para o esvaziamento do campo.

Durante o governo provisório Getúlio governou junto com os parlamentares que representavam os interesses da elite. Por meio de uma gestão centralizadora o governo nacional extinguiu os órgãos legislativos nas esferas federais, estaduais e municipais, nomeando interventores para cada estado brasileiro e diminuindo, assim, a autonomia dos estados, ou seja, das antigas províncias que eram controladas pelos latifundiários locais, isto é, os coronéis (ROMANELLI, 1997).

No que se refere ao cenário educacional, o Estado vivenciava uma época de turbulências devido às marcas deixadas pelo fim da Revolução de 1930. Nery (2009) relembra que muitas escolas haviam sido tomadas; não havia professores suficientes, pois muitos tinham sido exonerados sob a acusação de serem traidores, e jovens estudantes eram contratados para ministrar aulas, sem preparo e formação.

Ao assumir a Diretoria Geral de Ensino (1930-1931), Lourenço Filho, com o apoio de Renato Jardim e Fernando de Azevedo, afirmou sua fidelidade ao Governo Provisório. Embora por curto espaço de tempo, realizou ações em favor da escola nova. Dentre estas, podemos destacar a criação do Gabinete de Psicologia Aplicada, a criação do Instituto Pedagógico, além da mudança do nome da Revista Educação para Escola Nova, periódico educacional editado pela Diretoria Geral de Ensino. Nery (2009) considera que a mudança não se restringia apenas ao nome da revista, mas à ideologia escolanovista subjacente que circulava nesse periódico educacional.

O movimento em favor da escola nova se fortalecia cada vez mais no Brasil e sobretudo no Estado de São Paulo. Em contrapartida o ensino rural, seguia silencioso e ignorado.

De acordo com Saviani (2011), uma das principais medidas tomadas pelo Ministro da Educação Francisco Campos foi a então denominada Reforma Francisco Campos, sistematizada por uma série de sete decretos. Estes tratavam sobre a criação do Conselho Nacional de Educação e reformas envolvendo o ensino superior, profissional e secundário.

O autor esclarece ainda que dentre as medidas tomadas pelo Ministro, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas oficiais do Estado resultou num conflito entre católicos e adeptos da escola nova. De um lado, a pequena burguesia de intelectuais renovadores que defendiam a escola nova, sobretudo, membros da

Sociedade de Educação, e de outro, os católicos, representados por Fernando Magalhães, então presidente da ABE.

A questão foi levada para discussão na IV Conferência Nacional de Educação, realizada de 13 a 20 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, a qual teve a participação de Getúlio Vargas, Francisco Campos, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Sud Mennucci dentre outros representantes da elite educacional.

Embora a pauta da IV Conferência fosse as Diretrizes da Educação Popular no Brasil, surgiram inúmeros desdobramentos, debates e manifestos, principalmente entre Carlos Alberto Nóbrega da Cunha e Fernando Magalhães, presidente da Conferência. Essas discussões resultaram no documento intitulado *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, redigido por Fernando de Azevedo e mais vinte e seis signatários.

Sud Mennucci, que acabara de assumir pela primeira vez a Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA (novembro/1931 a maio/1932) em substituição a Lourenço Filho, também participou da IV Conferência como representante da delegação paulista e conferencista. Conquanto não participou do manifesto; seu nome nem ao menos consta como um dos signatários. Por quê?

Seria ele um retrógrado? Arcaico? Avesso à escola nova?

Ou talvez porque na hierarquia dos problemas educacionais, o ensino rural não tivesse tanta importância quanto a escola nova? Talvez, decerto, ele andava na contramão da história ou a penteava no contrapelo?

O fato é que Sud Mennucci estava cada vez mais distante dos ideais escolanovistas de seus amigos que compunham a elite intelectual paulista. As relações com Lourenço Filho, Julio Mesquita, Fernando de Azevedo e Renato Jardim, por exemplo, não eram mais aquelas dos bons tempos. Além de discordarem em relação à implantação da escola nova no aparelhamento escolar do Estado de São Paulo, a nomeação de Sud para o cargo de Diretor Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA estremeceu ainda mais a amizade.

Ao assumir o cargo, Sud foi severamente criticado por Lourenço Filho, Sampaio Dória, Fernando de Azevedo e pelos jornais da época. Uma das críticas, de acordo com Nery (2009), deve-se ao fato de Sud ter retirado da legislação tudo o que dizia respeito à escola nova, inclusive o direito à autonomia didática e o escotismo, defendido e implantado por Lourenço Filho, Sampaio Dória e Renato Jardim nas gestões anteriores.

Mennucci, por sua vez, assim se posicionou com relação às críticas recebidas:

Diga-se, logo de entrada, que não me animou, ao assumir as rédeas da instrução paulista, nenhum intuito destruidor ou iconoclasta. Levava para a repartição o firme propósito de respeitar os bens de raiz, que representavam as contribuições do passado e constituíam, portanto, um espólio digno de acatamento. Assim, ampliei as seções subordinadas que me foi possível, criei as que o orçamento permitia, mas não demoli coisa alguma. (MENNucci apud DAVILA, s/d. 52)

Embora do lado oposto dos escolanovistas, Sud encontrava-se na condição de um dos expoentes intelectuais da sociedade paulista que defendia o ruralismo no Brasil. Além da Diretoria Geral de InSTRUÇÃO Pública, havia assumido, em janeiro de 1931, a diretoria da *Imprensa Oficial*, cargo que ocupou por dezessete anos (1931-1948), com algumas interrupções para assumir outros cargos administrativos dentro do governo Vargas.

Com efeito seu prestígio e críticas cresceram consideravelmente. Giesbrecht (s/d) salienta que, ainda em 1931, Sud foi nomeado membro da Comissão da Nova Divisão Municipal, criada para reorganizar os territórios e os municípios do Estado de São Paulo. Como membro da referida comissão, defendeu a continuidade territorial entre os municípios de acordo com critérios geográficos, e não mais políticos, como até então faziam os grandes fazendeiros do interior.

Durante o Congresso da Legião Revolucionária de São Paulo, realizado de 24 a 27 de setembro de 1931, apresentou um programa de ensino, de caráter nacional, com ênfase no ensino rural. O programa estava organizado partindo da premissa geográfica de compreensão do homem.

Giesbrecht (s/d) esclarece que o pensamento geográfico de Sud Mennucci com relação ao homem brasileiro estava compreendido em três tipos: o homem urbano, o homem rural e o homem marítimo. Partindo dessa percepção, Mennucci afirmava que pelo primeiro se fazia tudo, pelo segundo, quase nada, e pelo terceiro, nada. Destarte, justifica que a educação popular deveria ser organizada por zonas territoriais, respeitando as particularidades e necessidades de cada território. Assim, criar-se-iam Escolas de Pesca, Universidades Clássicas, Universidades para o Trabalho, Cursos Profissionalizantes em nível Superior, Cursos Profissionalizantes após os quatro anos iniciais do primário e Cursos de Cultura Popular, sob a execução e responsabilidade dos Estados e Municípios. O programa foi aprovado pelo Congresso embora não foi implantado.

Das ações políticas-educacionais tomadas por Mennucci, durante os seis meses que ocupou o cargo de Diretor Geral de Ensino (novembro/1931 a maio/1932), destacamos sua proposta de reforma de ensino. Documentada no Decreto 5.335, de 7 de janeiro de 1932 (Anexo 1) e no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936)¹². Estas fontes documentais revelam três eixos fundamentais de seu plano administrativo de reorganização do sistema escolar do Estado de São Paulo:

- 1) Reorganização das instituições precisadas de melhoria e criação de outras novas que estavam fazendo falta;
- 2) Reajustamento do quadro do magistério;
- 3) Organização do ensino rural.

Dentre as principais medidas asseguradas por Sud Mennucci, no Decreto 5.335/32, destacamos:

Art. 1º. Para o efeito da orientação e fiscalização lo ensino, o corpo de inspeção da Diretoria Geral do Ensino compreenderá:

- a) 18 assistentes técnicos residentes na Capital, distribuídos pelas várias especialidades, dentre os quais será escolhido um assistente administrativo;
- b) 22 delegados escolares, responsáveis pelo trabalho das 22 regiões em que se dividira o Estado, sendo 2 com sede na Capital – a do Norte e a do Sul – e as demais localizadas nas seguintes cidades: Araraquara, Bauru, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté;
- c) – 24 inspetores escolares para servirem nas regiões da Capital;
- d) – 70 inspetores escolares das Delegacias do interior.

O Serviço Técnico de Inspeção, Fiscalização e Orientação Escolar foi o primeiro departamento a ser reorganizado. Mennucci manteve a estrutura anterior de Lourenço Filho, mas mudou a estrutura de funcionamento, aumentando o numero de assistentes técnicos e fiscalização, fato que limitou a autonomia didática do professor.

O aumento das delegacias de ensino e consecutivamente o pessoal administrativo necessário para atuar nestes novos organismos, como delegados, inspetores e assistentes técnicos já citados, foi severamente criticada pelos opositores de

¹² Relatório da Administração do Prof. Sud Mennucci. In: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1935 – 1936). Disponível no site:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/anuario_pdf.php?pdf=AEE19360000.pdf

Sud Mennucci, como “macrocefalia da direção de ensino”. Sobre esta critica, Mennucci assim se posiciona:

No tempo em que assumi a Diretoria, eram quase oito mil as unidades escolares do estado, afora cerca de quatrocentas escolas municipais e mil e seiscentos estabelecimentos de ensino particular. Para fiscalizar e orientar este formidável quadro, existiam apenas setenta inspetores escolares distritais e dez delegados, ao todo oitenta pessoas. (...) Conclui-se, portanto, que elevando o numero de delegados para vinte e dois e para noventa e quatro o de inspetores, eu não tinha resolvido o problema. Havia-o melhorado sensivelmente, mas deixando-o sempre em aberto, por que os recursos orçamentários não me concediam folga mais larga¹³.

Para ele a falta de recursos humanos que encontrou na Diretoria Geral de Ensino, é o retrato do descaso para com a educação: “tem cabelos brancos em São Paulo e no Brasil o vício de não criar, nos departamentos públicos, os cargos que as necessidades dos serviços reclamam. Ficamos sempre abaixo do numero realmente indispensável, valendo-nos da vetutissimo praxe de resolver tudo pelo “à prés”¹⁴.

Outro ponto a observar no seu projeto de reforma de ensino é Serviço de Psicologia Aplicada, criado na administração de Lourenço Filho, o qual Sud manteve e ampliou:

“Artigo 4º. O Serviço de Psicologia Aplicada terá dois sub-assistente dois adjuntos e dois auxiliares efetivos para as secções da estatística e arquivo, medidas mentais, medidas do trabalho escolar e orientação profissional, sob a direção do assistente técnico de psicologia aplicada.

1º - Será aproveitado num dos lugares de sub-assistente o atual encarregado do Gabinete de Psicologia do Instituto “Caetano de Campos”, cujo cargo fica suprimido.

2º - Serão admitidos, mediante concurso de psicologia educacional, vinte auxiliares em comissão.”

Novos serviços também foram criados. Dentre estes citamos: A Delegacia Geral do Ensino Privado, cujo objetivo era assegurar a nacionalização da educação infantil (art 6º); O Serviço de Antropometria Pedagógica, com vistas à inspeção médico-escola

¹³ Relatório da Administração do Prof. Sud Mennucci. In: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1935 – 1936), p. 308.

¹⁴ Idem, p. 313-314

(art. 5º) e Arquivo Geral de Classificação dos estabelecimentos de ensino de São Paulo (art. 24º), embora estes dois últimos não chegaram a ser implantados.

Outra medida tomada por Sud Mennucci que teve grande repercussão foi a delimitação de um numero mínimo de alunos por classe.

Art. 13º O número de alunos de cada classe de grupo escolar e de escolas reunidas é fixado num mínimo de 36, não podendo estabelecimento algum desse gênero ter mais de duas classes com matrícula inferior àquela e nenhuma inferior a 30.

Único – A matrícula e frequência mínima legais das escolas isoladas urbanas são fixadas, respectivamente, em 32 e 26 alunos, e em 28 e 32 a das escolas rurais.

Segundo Mennucci esta medida foi tomada considerando a exploração e invenção de classes inexistentes que existia em São Paulo para garantir a colocação de professores recomendados. “Como as classes dos grupos escolares podiam funcionar com qualquer número de alunos (...), regorgitavam de professores desnecessários, mantidos apenas para efeitos orçamentários.”¹⁵

Com relação ao segundo eixo de sua gestão, o reajustamento do quadro do magistério, Mennucci manteve as exigências de nomeação por merecimento e tempo de exercício por meio de concurso público, mas também deixou assegurado a autonomia da nomeação, a critério do Diretor Geral de Ensino. Fato que abriu brechas para críticas com relação ao apadrinhamento político.

No Anuário Geral de Ensino (1935-1936)¹⁶, Mennucci afirma que o reajustamento do quadro do magistério foi regulamentado, especificamente no que se refere ao regime de férias, à fixação de remuneração do professor substituto e à nova tabela de vencimentos dos professores primários. Até então, o professor de escola rural recebia bem menos do que o professor de grupo escolar, independente dos anos de magistério. Partindo dessa premissa, Sud criou o regime de majoração automática e quinquenal.

Devido ao seu afastamento do cargo, em 24 de maio de 1932, não foi possível nenhuma ação no que se refere ao ensino rural, embora tenha assegurado melhorias nos artigos 14º e 16º, em suas palavras, “teria, portanto que entrar no capítulo das intenções”. (DAVILA, s/d, p. 85)

¹⁵ Idem, p. 310

¹⁶ Idem.

Após o seu afastamento, o cargo de Diretor de Ensino do Estado de São Paulo foi assumido pelo seu amigo João de Toledo, o qual prometeu dar continuidade ao programa de ensino rural.

Estudos empreendidos por Monarcha (2013) esclarecem que desde a Revolução de 1930, aguçada pela instabilidade da Revolução Constitucionalista, houve uma alternância nos cargos de professores a dirigentes gerais do aparelho escolar do Estado de São Paulo. Dentre estes, o autor destaca os nomes de Sud Mennucci, Lourenço Filho, João de Toledo e Fernando de Azevedo. Para o referido autor, foi num “clima de transe revolucionário” que Lourenço Filho se destacou, conquistando o poder e a autoridade administrativa (2013, p.71).

Nesse período, a oposição, ligada aos interesses dos latifundiários e liberais econômicos, lutava contra a gestão centralizadora de Getúlio Vargas, que retirara a autonomia dos estados brasileiros. Comícios e manifestos espalhados pelas ruas de São Paulo reivindicavam a volta do país à normalidade constitucional, exigindo eleições para uma assembleia constituinte. No dia 9 de julho de 1932, estourou, no Estado de São Paulo, a Revolução Constitucionalista.

Giesbrecht (s/d) relata que Sud refugiou-se, por mais de dois meses, no sítio de seu cunhado em Embu. Nesse período, escreveu cartas a pessoas-chave nesse impasse, como Julio Mesquita Filho e Rodrigues Alves Sobrinho. De acordo com o autor, as cartas nunca foram entregues, e seu teor revelava a preocupação de Sud com as consequências de mais uma revolução.

[...] vejo os dois contentores fortes e aguerridos, dispostos a não ceder o passo, e vejo as dolorosas, dolorosíssimas consequências que desse estado de ânimo advirão a São Paulo e ao Brasil. Deixe que lhe diga todo meu pensamento: temo pelo futuro, pela grandeza, pela integridade e... não sei, talvez mesmo pela autonomia do paiz. [...] Não seria possível concertar uma combinação entre os contentores, que leve a assignatura de um acordo honroso para ambas as partes, dentro de uma forma airosa que produza e proporcione, ao mesmo tempo, a pacificação geral do Brasil? Se essa ideia não lhe desagrada, não tenho o menor constrangimento em oferecer-me para ajudar a concretiza-la, no mais absoluto sigilo e não visando outro interesse que o bem de São Paulo e a paz do Brasil. Afigura-se-me que duas circunstâncias facilitar-me-iam a tarefa: insuspeito ao governo provisório, ninguém pode supor que eu deseje a derrota e o sacrifício de minha terra ou deseje, amanhã, cessada a luta desta ou daquela forma, ficarem entre irmãos brasileiros malquerenças, ressentimentos ou mesmo ódios. Por isso tudo, poderia ir ao Rio de Janeiro verificar a possibilidade de lançar as bases do entendimento, desde que tivesse ciência das condições em que os paulistas estariam dispostos a dar

por terminado o conflicto e desde, está claro que eu pudesse falar por eles nas negociações preliminares com o governo central. [...] repito que só me move, nessa proposta, evitar a sangueira que antevejo próxima e os enormes prejuízos que São Paulo e o Brasil vão sofrer, em perda de homens indispensáveis e em perdas materiais. (MENNUNCI *apud* GIESBRECHT, s/d, p.74)

Ainda segundo o referido autor, cabe lembrar que após o término da Revolução, foram anulados todos os decretos que haviam sido promulgados no Estado durante a Revolução. Com efeito, a reforma educacional de Sud Mennucci, assegurada no Decreto 5.335, de 7 de janeiro de 1932, também foi anulada.

Romani (1987) esclarece que mediante o insucesso da Revolução deu-se continuidade ao Governo Provisório, acompanhado pelo descaso e negligência de Vargas aos interesses paulistas.

Após o término da Revolução, mais precisamente no final do ano de 1932, Mennucci publicou as seguintes obras:

Cem anos de Instrução Pública (1822 – 1922), resultante de um artigo que havia escrito para o jornal *O Estado de São Paulo*, quando se comemorou o centenário da Independência do Brasil. Nesse livro, Mennucci analisa a história da educação brasileira do período colonial à República.

Brasil Desunido trata sobre a divisão territorial brasileira em sete estados e várias províncias e territórios. Por meio dessa obra Sud foi nomeado Membro da Comissão Revisora da Divisão Territorial (1938 - 1943) e também foi eleito membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932. Por meio de depoimento, fundamenta e defende as reformas realizadas no início do ano de 1932, as quais receberam inúmeras críticas. Além de descrever a situação em que se encontrava o sistema escolar do Estado, denunciando as falhas por ele encontradas, destaca ações bem sucedidas de educadores na República Velha.

De acordo com os estudos de Giesbrecht (s/d), logo no início do ano de 1933, Sud retomou suas atividades como diretor da *Imprensa Oficial*, colaborando na organização do *Diário Oficial*, jornal destinado à publicação de notícias, decretos e

portarias do governo. Reassumiu também a diretoria do CPP e se candidatou a Deputado Constituinte, mas perdeu as eleições.

Ainda em 1933, foi convidado pelo Interventor Daltro Filho para assumir, pela segunda vez, a Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo, agora em substituição a Fernando de Azevedo. Sua segunda gestão durou apenas dezessete dias, de 7 a 23 de agosto de 1933.

Giesbrecht (s/d) relata que embora por um curto intervalo de tempo, Sud assumiu a Diretoria de Ensino mediante a possibilidade de assegurar a aprovação de suas propostas em favor do ensino rural que não foram concretizadas em sua primeira gestão. Tanto é que no dia 19 de agosto de 1933 foi promulgado o Decreto 6.047 (Anexo 2). Este Decreto, elaborado por Sud Mennucci assegurou a criação da Escola Normal Rural, em Piracicaba e propôs a instalação de grupos escolares e escolas vocacionais rurais com o objetivo de formar uma mentalidade escolar voltada para as atividades da zona rural, marítima e ribeirinhas, além de dar outras providências em favor do professorado paulista.

Ao deixar o cargo de Diretor Geral de Ensino, que foi assumido por Francisco Azzi, continuou na diretoria da Imprensa Oficial, reassumindo também a presidência do CPP.

Logo no início do ano, em janeiro de 1934, a pedido do Ministério da Educação, Mennucci publicou pela editora Imprensa Oficial o livro: *História do Diário Oficial* (1891- 1933), estudo que relata a história da Imprensa Oficial do Estado, desde a sua fundação, em 1891 até 1933.

Nery (2009) considera que os jornais e as revistas da época representavam os principais meios de comunicação e veiculação das ideologias que buscavam afirmar seu espaço, sobretudo, no campo educacional. Sud Mennucci, por sua vez criou e assumiu a direção da *Revista do Professor*, vinculada ao CPP e de periodicidade mensal. Seu primeiro exemplar saiu em março de 1934. Giesbrecht (s/d) esclarece que a revista era uma continuidade da série *Boletim do Professor*, um informativo dos atos sociais do CPP, porém mais abrangente. Publicava notícias e artigos do interesse do professorado, além de informar aos leitores o movimento financeiro mensal do Centro.

Nesse ano, por meio do Decreto nº 6.694, de 21 de setembro de 1934 (anexo 3), Sud Mennucci encaminhou o projeto que assegurou o CPP como uma organização de classe de utilidade pública.

Dedicando-se ainda mais ao movimento educacional denominado ruralismo, tendo como base a sua experiência como Delegado de Ensino, publicou mais um livro

no ano de 1934: *Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural*. O livro compila o registro da conferência de encerramento feita por Sud Mennucci no Congresso Pedagógico Regional, em 28 de março de 1934, no Teatro Santo Estevão, em Piracicaba. Congresso, previsto anualmente, pelo Código de Educação. Compareceram no evento, representantes dos municípios que compunham a Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba, para discutir questões para o aperfeiçoamento dos trabalhos educacionais da região.

2.2.2. O Governo Constitucional (1934 – 1937)

Romani (2013) considera que embora a Revolução Constitucionalista de 1932 tenha sido um movimento malogrado, foi em sua decorrência que tivemos a promulgação da Constituição Federal (1934), a Constituição Estadual (1935) e a organização da Assembleia Legislativa. Além do direito ao voto secreto, o voto feminino, e a obrigatoriedade do ensino primário. Por meio de votação na assembleia constituinte Getúlio Vargas foi reeleito, iniciando um novo capítulo da história então denominado Governo Constitucional (1934 – 1937).

Nesse período, consolidava-se no Brasil o movimento educacional denominado Ruralismo Pedagógico, que também ficou conhecido como Movimento Ruralista dos anos de 1930. Mennucci, que já se assumia como “ruralista”, dedicou-se a disseminar seus estudos sobre o ensino rural, tendo como referência os estudos de Alberto Torres e Émile Durkheim. Publicou livros, artigos, participou de congressos, palestras e eventos em diferentes estados e municípios das regiões nordeste, sul e sudeste do Brasil.

Nos primeiros seis meses do ano de 1935, Sud, que já era membro da Comissão Reorganizadora da Divisão Municipal desde a sua fundação, em 1931, participou ativamente da reforma municipal do Estado de São Paulo. Por meio da promulgação de inúmeros decretos muitos municípios foram criados e outros extintos. Giesbrecht (s/d, p. 93) considera que a reforma se embasava nos aspectos geográficos compilados na obra *Brasil Desunido*. Entretanto, além da pressão política, o autor reconhece que muitos erros foram cometidos durante a reforma municipal.

Mediante o término dos trabalhos a comissão foi extinta em julho de 1935. Sud Mennucci foi convidado pelo Secretário da Agricultura, Luiz Piza Sobrinho, para trabalhar nessa Secretaria, com o objetivo de organizar e regulamentar os Clubes de Trabalho.

De acordo com Mennucci (1935), os Clubes de Trabalho eram instituições formadas próximo das escolas localizadas em áreas rurais, voltadas para o atendimento de meninos e adolescentes de 9 a 18 anos, cuja escola regular se mantinha como instituição de base. Os clubes estavam organizados por seções: agrícola, industrial e comercial, e tinham como eixo de trabalho o cooperativismo ligado a educação sanitária, pois “sem homem sadio, não há rendimento em proporção como esforço” (p.72).

Além de maquinários industriais, sementes, material informativo, os clubes contavam com o apoio de agrônomos, professores, escolas primárias rurais, repartições técnicas da Secretaria, como Instituto Agronômico, Instituto Biológico, Departamento Geográfico e Geológico, Serviço Florestal, Escola Superior de Agricultura, dentre outros. O trabalho dos pequenos associados seria remunerado a partir do que fosse arrecadado com a venda dos produtos. Para Mennucci:

O Clube representa o prolongamento da escola, e permite estender as áreas de cultura num círculo muito maior, em que se envolvem as residências dos alunos, ao mesmo tempo que passa a a responsabilidade de sua direcção os cuidados com o encaminhamento da produção. Realiza a formulação do ensino profissional que Ford estabeleceu – não produzir trabalho que não tenha fácil colocação no mercado - e estimula a sede do ganho, que é fundamental no homem, dentro do espírito associativo. (MENNUNCI, 1935, p. 70)

Embora reconhecendo a diversidade das preferências e aptidões humanas, Mennucci também identificava a fragilidade do Clube a partir de sua feição unilateral. Para ele, os Clubes deveriam dar mais ênfase às questões comerciais, pois sem o comércio não haveria continuidade de produção. Acrescentava ainda que:

Os Clubes agrícolas não tratam de explorar as aptidões de seus associados, e logicamente, não lhes interessa ensinar e desenvolver technique commercial, embora todos reconheçam que é muito grande a porcentagem dos homens com preferência marcada para esse gênero de atividade. E ademais esquece também que, no meio agrícola, há outros homens cujas tendências são mais para a industria que para a lavoura e que se dedicariam com vivo afan à especialização da industria agrícola. (MENNUNCI, 1935, p. 71)

Sud permaneceu na direção dos Clubes de Trabalho até o início do ano de 1938, quando estes foram transferidos para a Secretaria de Educação. Ainda no ano de 1935, publicou mais três obras:

Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935). Nessa obra, Mennucci apresenta as contribuições do serviço dos Clubes de Trabalho em favor de uma educação humana, rompendo o estigma de que o trabalho agrícola é destinado a escravos e homens incultos.

Corografia do Estado de São Paulo. Com dados geográficos e históricos do Estado de São Paulo, o livro é ilustrado e se destina ao ensino da Geografia nas escolas. Organizado em três capítulos, trata inicialmente sobre o cenário geográfico, onde destaca questões sobre o relevo, terras, planalto, recursos naturais do Estado. A viação férrea, a imigração, a população, a capital e cidades são abordadas como agentes povoadores, e as atividades de povoação são apresentadas numa perspectiva histórica que se estende do café à indústria.

No final do ano de 1936, a pedido de Luiz Piza, escreveu o **Memorial sobre o Café**. Conforme Giesbrecht (s/d, p. 111), esse memorial apresenta um histórico sobre o café, sinalizando o que os principais veículos de comunicação da época, a imprensa e o rádio, o cinema, os Clubes de Trabalho, poderiam fazer pela publicidade desse produto de mercado interno e externo.

2.2.3. O Estado Novo (1937 – 1945)

Os estudos de Romanelli (1997) relatam que no final do ano de 1937, Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição, configurando, assim, um período ditatorial na história da estrutura político-social brasileira, denominado Estado Novo. A Assembleia Legislativa, criada em 1935, foi rescindida e Getúlio atribuiu aos interventores o poder de legislar cada estado. Essa situação perdurou até 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto.

Os estudos empreendidos por Giesbrecht (s/d) consideram que as propostas nacionalistas de Getúlio Vargas buscavam o desenvolvimento de atividades econômicas no meio rural a fim de combater a exacerbada migração para zona urbana que iniciava-se no país. Entretanto, a elite educacional paulista mantinha seu descaso com o ensino rural. Embora existisse a implantação de algumas escolas rurais, não havia ações de formação para seus professores.

Com efeito, as ideias ruralistas de Sud Mennucci não ecoaram em São Paulo; contudo, foram implantadas em alguns estados do nordeste brasileiro, sobretudo, nos Estados do Ceará e Bahia, que solidificaram ações de formação de docentes para o campo.

Em dezembro de 1937, Sud Mennucci foi parainfo homenageado como o “Pai do Ruralismo no Brasil” pela primeira turma de professoras da Escola Normal de Juazeiro do Norte. Viajou durante dias de carro, por um sertão tomado pelos cangaceiros de Lampião, para receber a sua homenagem: “Disseram, Senhores, numa frase generosa e imerecida, mas que apesar de tudo me alagou de vaidade e felicidade, que o campeão do ruralismo sou eu. Mentira, professoras. As campeãs do ruralismo brasileiro são vós, que acudistes pressurosas e confiantes ao chamamento do idealista da primeira hora” (MENNUNCI *apud* D’AVILA, s/d, p. 101).

Quando os Clubes de Trabalho passaram para a Secretaria de Educação (1938), Sud Mennucci foi transferido para a Secretaria de Justiça, ficando responsável pelas redações das regulamentações de leis e decretos. Concomitantemente, continuou a se dedicar ao CPP, a diretoria da Imprensa Oficial e a publicação de seus livros.

Bertelli (2012) analisa que as ideias ruralistas de Sud Mennucci e seu empenho em defendê-las na educação, não o impediram de estender seus horizontes intelectuais para outras áreas do conhecimento, como política, geografia, estatística, história e, sobretudo, na literatura.

Fato que pode ser evidenciado pela sua atuação junto a Academia Paulista de Letras. Em abril de 1938, quando se comemorava o cinquentenário da abolição da escravatura no Brasil, Sud publicava pela Editora Nacional o livro *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luis Gama*. Essa obra literária apresenta a biografia de seu patrono, cadeira nº15, da Academia Paulista de Letras (APL), Luis Gonzaga Pinto da Gama. Sobre Luis Gama, escravo, jornalista, advogado e abolicionista, Mennucci assim descreve sua chegada a São Paulo:

Vendido por este ou aquele motivo, já hoje impossível de apurar ao certo, à distância de quase um século, veio Gama para o sul, inaugurando a via-crucis que ele narra mais espaçadamente na Carta: curta demora no Rio de Janeiro, enquanto trocava de senhor, embarque para Santos, subida, a pé, da Serra do Cubatão, peregrinação pelo interior da província, na oferta contínua de seu corpo para pagem de filhos dos ricaços do tempo, recusa ostensiva dos fazendeiros em o aceitarem pelo fato de ser baiano. (Mennucci, 1928, p. 44)

No final do ano de 1939, afastou-se da direção da *Imprensa Oficial* para assumir a direção do Recenseamento Geral do Brasil no Estado de São Paulo, cuja sede dos trabalhos censitários foi no CPP. Esse trabalho durou aproximadamente dois anos e teve a Diretoria de São Paulo como destaque dos demais estados brasileiros pelos resultados obtidos. Giesbrecht (s/d) relata que enquanto o Estado de São Paulo realizou quase 2.400 publicações sobre o recenseamento, o Distrito Federal atingiu somente 1.300 publicações.

Durante o período de realização do Censo, Mennucci publicou, no ano de 1940, mais um livro: ***O Pensamento de Alberto Torres***. Obra que apresenta a transcrição de suas conferências, realizadas no ano de 1939, sobre o pensamento de Alberto Torres.

Com o fim do recenseamento, em janeiro de 1942, reassumiu a diretoria da *Imprensa Oficial*. E em abril deste mesmo ano, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Representou o Estado de São Paulo no 8º Congresso Nacional de Educação, realizado em Goiânia, apresentando o trabalho: *O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência*. Giesbrecht (s/d) relata que além de apresentar um diagnóstico situacional das escolas rurais brasileiras, Sud reivindicou ao Governo Federal a instalação de uma Escola Normal rural em cada circunscrição política do país e criticou severamente a não instalação da Escola Normal Rural de Piracicaba, que já havia sido criada no Decreto 6.047/33 durante sua segunda passagem pela Diretoria de Ensino.

No final do ano de 1942, publicou o livro: ***À Margem das Cartas Chilenas***. Obra de caráter literário dedicada ao problema da autoria dos poemas satíricos denominados: *Cartas Chilenas*. Giesbrecht (s/d) salienta que nessa época, vários autores discutiam sobre o anonimato e autoria das referidas *Cartas*, escritas no final do século XIX. Muitos autores consideram que estas cartas, que tratam sobre a mediocridade do governo, influenciaram a Inconfidência Mineira. Tampouco se sabia se as Cartas haviam sido escritas no Chile ou em Ouro Preto, quanto a sua autoria. Alguns afirmavam que as Cartas haviam sido escritas por Thomaz Antônio Gonzaga, outros, por Claudio Manoel da Costa, ou ainda por Alvarenga Peixoto. Sud foi o primeiro a concluir que a autoria poderia ser dupla, ou seja, de Gonzaga e Costa juntos.

Buscando um de seu parecer de livro, Sud o enviou a Monteiro Lobato, amigo de mais de três décadas, mas que por questões políticas e ideológicas também havia se

distanciado. Segue excerto da carta enviada por Monteiro Lobato à Sud Mennucci em resposta ao parecer do livro:

[...] Você continua o mesmo de sempre, apenas mais apurado, mais aperfeiçoado pela maturidade – como um vinho já com uns decênios de adega. Também mais prudente, ou com imprudências que Censura nenhuma do mundo (nem a alemã) percebe. Seu senso crítico e seu toque literário, senhor Sud duma figa, está como um fio de navalha. Você nunca esteve tão em ponto de bala – mas como para castigo de ter evitado a cadeia em que todos nós (quasi todos nós) tivemos o nosso “Retiro Espiritual Libertador do Medo à Cadeia”. Você está condenado a parar em Minas, a não passar do tempo dos Gonzagas e Manoeis da Costa da “Imprudência” daquela época. Se transpõe aquela linha divisória, escorrega nalguma coisa, compromete-se e faz a Censura espichar a orelha. Mas a “Nota” que você com a remessa do livro me pede, eu a dou tirada do coração da sinceridade: DEZ COM LOUVOR. DISTINÇÃO. [...] O seu livro está tão bom que vou le-lo todo – não pelo assunto, que não me interessa de maneira nenhuma, mas pelo gosto de ver com que prodígio de habilidade você prova a “certas pessoas” que ainda está no zênite... embora não possa falar. (LOBATO *apud* GIESBRECHT, s/d, p. 128)

Giesbrecht (s/d) relata que após o recebimento da carta de Monteiro Lobato, Sud que já apresentava saúde debilitada seguida de pressão alta, adoeceu. Ficou acamado por um período relativamente longo, retomando sua atividade, como diretor da *Imprensa Oficial*, somente em fevereiro de 1943.

Foi em meados deste ano, que Sud publicou o livro literário: *Machado de Assiz*, obra originada da transcrição de suas conferências proferidas pelo Estado de São Paulo. Trata sobre o humorismo do escritor Machado de Assis.

No descortinar da vida de Sud Mennucci, outro fato relevante que deve aqui ser registrado, foi a sua nomeação enquanto diretor superintendente do Jornal *O Estado de São Paulo*. Cabe lembrar que o jornal estava sob a intervenção do governo federal desde 1940¹⁷. Embora Giesbrchel (s/d) afirme que a família Mesquita tenha aceitado a nomeação de Sud, assim posicionando-se: “Melhor que seja Sud do que qualquer outro” (p.134), o fato é que Sud foi julgado como vira-casaca, bajulador, aproveitador de situações, dentre outras acusações difamatórias. Certamente o fato minou qualquer possibilidade de aproximação entre Sud Mennucci e Júlio Mesquita Filho.

¹⁷ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente a governo do Estado Novo, mantinha o controle dos meios de comunicação censurando a divulgação daquilo que não fosse de interesse do governo. Muitos jornais e revistas sofreram com a intervenção do Estado, dentre estes o Jornal *O Estado de S.Paulo*.

Ainda de acordo com o referido autor, em maio desse ano, Mennucci participou, no Rio de Janeiro, de uma reunião com os diretores das Imprenas Oficiais de todos os Estados Brasileiro. Apresentou a proposta de que a impressão dos livros didáticos das escolas do ensino público deveria ser de responsabilidade da *Imprensa Oficial*. Essa proposta tinha o objetivo inicial de baratear os custos dos livros didáticos, que estavam nas mãos da iniciativa privada, mas também utilizar os referidos livros como veículo de propaganda do governo. Proposta que vigorou no Estado de São Paulo na sua terceira e última gestão na diretoria geral de InSTRUÇÃO pública.

Todavia, Sud Mennucci estava no zênite dos educadores paulistas, e no dia 1º de dezembro de 1943, foi convidado para assumir, pela terceira vez, a Diretoria Geral de InSTRUÇÃO Pública do Estado de São Paulo, agora denominada Diretoria Geral do Departamento de Educação. Administrou, concomitantemente, os cargos de Diretor Geral do Departamento de Educação e Diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*, até novembro de 1945.

As ações realizadas por Mennucci podem ser estudadas no Relatório Geral das Atividades Escolares da 1ª Delegacia Regional do Ensino da Capital (1943)¹⁸. De acordo com o referido relatório, destacamos as seguintes:

- Aumento do número de matrículas e ampliação do número de escolas e classes nos grupos escolares já existentes;
- Aumento da frequência dos alunos e redução da porcentagem de reprovações;
- Criação de novas Escolas Normais urbanas;
- Reuniões pedagógicas de natureza prática com caráter de círculo de estudos ou grupos de discussão;
- Assistência ao escolar (material, alimentação, sanitária, médica e dentária);
- Autonomia didática aos professores para elaboração dos planos escolares;
- Aumento dos vencimentos dos professores primários.

¹⁸ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/instrucao_pdf.php?pdf=RDRSP1944.pdf

No que se refere ao ensino rural, em sua última passagem pela Diretoria de Ensino, Giesbrecht (s/d) destaca a criação do Departamento de Assistência Técnica ao Ensino Rural, o Curso de Especialização Rural para professores primários além de escolas e grupos escolares rurais.

No ano de 1944, Sud publicou, pela *Imprensa Oficial do Estado*, o livro sob o título **Ruralização**. Coletânea de artigos e trabalhos publicados no decorrer de suas palestras e conferências. O livro aborda os seguintes temas: os pródromos do ruralismo; a influência psicológica e social do campo; a disseminação da escola rural; o despreparo do mestre; a ação do governo; a iniciativa paulista; a formação do professor; o braço rural infantil.

2.3. Governo Dutra (1946 – 1951)

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e substituído, inicialmente, por José Linhares, que assumiu a presidência do Brasil no período de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, quando foi eleito Marechal Eurico Gaspar Dutra para a presidência do Brasil.

Logo em seguida à saída de Vargas do governo, em novembro de 1945, Sud se desligou dos cargos de Diretor Geral de Ensino e Diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*; que acabara de ser devolvido à família Mesquita.

Reassumiu a direção da *Imprensa Oficial* do Estado e do CPP. Continuou recebendo inúmeras homenagens, participando de congressos e eventos, ministrando palestras em favor da ruralização do ensino. Nas quais afirmava que a economia nacional era sustentada pelo campo, uma vez que 4/5 da população brasileira vivia na zona rural, e 92% da exportação do país era produto do campo. Em contrapartida, o Brasil se dedicava muito pouco à educação da população rural. O ensino urbano funcionava como uma “bomba de sucção” a povoar as cidades e despovoar o campo. (GIESBRCHET, s/d).

Dentre as inúmeras homenagens recebidas, a nomeação de Sud pelo Interventor Macedo Soares como Professor Catedrático de História, Geografia e Sociologia da recém-fundada Faculdade de Ciências Econômicas da USP, em julho de 1946, trouxe outra grande polêmica em sua vida.

Os estudos de Giesbrchet (s./d.) afirmam que tal homenagem foi veementemente criticada por alguns intelectuais paulistas e pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, o qual

exigia que as vagas para professores, sobretudo, os catedráticos, fossem realizadas por meio de concurso público, e não por nomeação. Além disso, Sud Mennucci foi severamente criticado por ser diplomado apenas em escola complementar, como professor primário, por não ter diploma de curso superior, por suas obras não possuírem o rigor científico acadêmico, enfim, foi julgado pela crítica como um ignorante, avesso à academia.

Entretanto, outros professores e jornais se posicionaram a favor de Sud Mennucci. Dentre estes, Giesbrchel (s/d, p. 154) destaca o artigo publicado pelo Professor Mauricio de Medeiros – livre docente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – no jornal *A Gazeta*. Segue excerto desse artigo:

[...] a base de toda essa carreira do magistério é a livre docência, na qual, pode tornar conhecidos seus dotes de professor. Não havendo livre-docentes em ciências econômicas, nem estando ainda formada a carreira do magistério, supre-se a indicação provinda dos frutos do ensino como livre docente por informações outras, entre as quais a notoriedade do saber (...) Nunca vi, em minha longa vida de magistério e de interesse pelas questões de ensino, ser nomeado para o professorado um ignorante (...) A mocidade deveria refletir sobre estes aspectos da questão. Concurso não é a solução infalível para a seleção de bons professores. O caminho de chegar até lá é o trabalho continuado, é a pesquisa, é a publicação. Esse caminho está aberto a todos, sem reserva. (...) Sabe-se hoje que os nomes sobre os quais recaiu a escolha do Interventor de S. Paulo para as nomeações incriminadas foram indicadas por quem poderia fazê-lo. Gozam certamente desse bom conceito que é o fruto do trabalho porfiado. Nisso é que deve estar o importante. O resto é preconceito, sem fundamento algum.

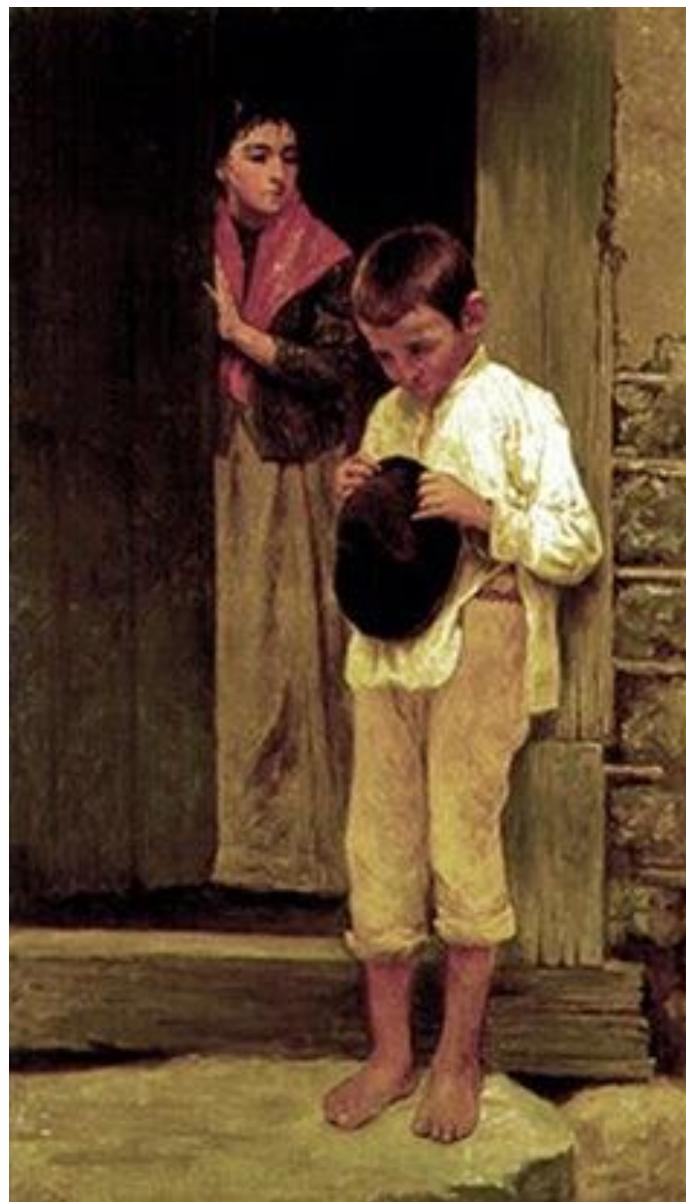
O referido autor relata que a polêmica, seguida de ofensas ao nome de Sud Mennucci, foi de tamanha proporção que ele mesmo se demitiu do cargo no dia 23 de outubro de 1946. Acredita-se que mediante tamanha decepção seus problemas de saúde se agravaram de forma constante.

Mesmo com a saúde debilitada, permaneceu trabalhando na *Imprensa Oficial* e no CPP. No ano seguinte, 1947, foi nomeado para assumir, cumulativamente, o cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística.

Publicou, ainda nesse ano, seu último livro: *Discursos e Conferências Ruralistas*, no qual apresenta uma compilação de suas palestras proferidas na década de 1930 em favor do ensino rural.

Em janeiro de 1948, mediante diagnóstico de pressão alta maligna, seguida de fortes dores de cabeça e excesso de trabalho intelectual, foi afastado dos cargos de Diretor da Imprensa Oficial, Diretor do CPP e Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, para tratamento médico. Permaneceu em casa nos últimos meses de sua vida, aos cuidados da família e de seu filho.

Sud Mennucci faleceu na noite do dia 22 de julho de 1948, aos 56 anos de idade, na sua casa, Rua Capitão Valente, 116, Vila Mariana, São Paulo.



(ALMEIDA JUNIOR – Recado Difícil – 1895)

Escola brasileira assim não se improvisa, não pode nascer do acaso e menos ainda da cópia de formulas alheias. (MENNUCCI, 1930, p. 75)

**CAPITULO III - PENSAMENTO DE SUD MENNUCCI SOBRE O
ENSINO RURAL**

Considerando que boa parte do pensamento é originada pelas situações que vivemos em determinados tempos históricos, o pensamento de Sud Mennucci sobre o ensino rural foi analisado a partir de suas obras, escritas e publicadas no período de 1930 a 1946.

Dentre as obras estudadas, selecionamos cinco que tratam, especificamente, sobre o tema investigado. Foram analisadas *A crise brasileira de educação* (1930); *O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino* de 1932 (1932); *Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935)* (1935); *Ruralização* (1944) e *Discursos e conferências ruralistas* (1946), no sentido cronológico de publicação.

3.1. A Crise Brasileira de Educação (1930)

Essa obra foi considerada pela crítica da época como leitura básica para o estudo da história da educação brasileira, uma vez que sintetiza o caminho percorrido da Colônia à República, relacionando a crise brasileira de educação com a crise mundial, originada no período industrial, a qual implicou mudanças, tanto na ciência quanto na organização da sociedade, bem como em suas categorias de trabalho e educação.

Para ele, a transição do regime do trabalho agrícola para o trabalho industrial colocou a questão educativa em crise, visto que a escola brasileira não se preparou para atender às exigências criadas no contexto social da urbanização e industrialização. Dessa forma, defendia a reestruturação da escola brasileira para acompanhar as mudanças sociais e econômicas da sociedade, mas discordava de que essa reestruturação devesse seguir os modelos da Escola Nova. Segundo ele, o Brasil, país essencialmente agrícola, não acompanharia o sistema escolar dos países industrializados; necessitaria de uma educação condizente com o seu território.

No que se refere ao ensino rural, Mennucci, inicialmente, apresenta um estudo sobre a origem do desrespeito e descaso para com a educação do campo. Para ele, o preconceito e ojeriza pela zona rural e, consecutivamente, pelo trabalho agrícola, devem-se a mais de dois séculos de escravidão que tivemos no Brasil. Tanto a escravidão do índio quanto a escravidão do negro contribuíram para a elaboração de um conceito escravagista, hostil e colonial sobre o trabalho agrícola.

Todo o edifício econômico do nosso passado, pela conjunção de dois fatores incontornáveis, a desmesurada extensão territorial e a pequena densidade demográfica, baseara-se no latifúndio. E o latifúndio descansava há séculos sobre o lombo do negro.

Quando a tormenta estalou e derrubou o edifício, verificamos que havíamos cometido este absurdo e este crime: havíamos desonrado a única forma de energia verdadeiramente nobre do planeta, a energia humana. (MENNucci, 1930, p. 37)

Todavia, esse conceito colonial de trabalho, historicamente construído, resultou na criação de duas categorias: a aristocrática, digna dos homens livres, e a servil, feita para os escravos. Enquanto o caboclo era o homem que ia para a lavoura, o homem urbano se isentava dessa atividade, desprezando-a, mas alimentando-se e dependendo dela.

O referido autor pondera que foi justamente no momento em que o Brasil se encontrava em crise, devido à queda do império econômico dos latifundiários, após a abolição da escravatura, que centenas de milhares de homens do campo abandonaram as lavouras e migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Como a mentalidade escravagista brasileira não tinha elaborado um conceito da superioridade e nobreza do trabalho, e tampouco conseguia compreendê-lo como um princípio nobre e educativo, tratou de substituir o trabalho escravo e reorganizá-lo em novas categorias. Dessa forma, a aristocracia brasileira, sobretudo, a paulista, que não estava satisfeita com a mão-de-obra do caboclo, promoveu a imigração estrangeira.

O autor considera que o conceito de nobreza e aperfeiçoamento do trabalho foi construído a partir da chegada dos imigrantes. Tendo eles como referência os países da “Europa-agrícola”, trouxeram modelos de produções para uma nova vida rural, reabilitando e enobrecendo, assim, o conceito e sentido do trabalho.

Mennucci lembra que na década de 1930, quando o mundo vivenciava a era da velocidade e as indústrias brasileiras cresciam exorbitantemente nas cidades, a política nacional de atenção ao campo, de proteção à lavoura, de serviços de utilidade coletiva, como energia elétrica, telefone, luz e água, seguia silenciosa e ignorada. Embora 70% da população brasileira, nessa época, fosse essencialmente rural, as leis de proteção às cidades potencializavam apenas a expansão das grandes urbes. Em suas palavras:

Na elaboração das leis, na constituição de nossa disciplina social, é sempre a cidade que leva a melhor. Toda a organização de nossos serviços públicos ou de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural e como se ela não existisse. E os nossos reformadores

estão tão fortemente imbuídos desse conceito fundamental da “polis” que nem sequer chegam a percebê-lo. É-lhes uma segunda natureza, tal qual a dos gregos dos bons tempos de Alcibiades. (MENNucci, 1932, p. 44)

Pare ele, o problema não está em beneficiar as cidades, mas desconsiderar a população que vive no campo e seus direitos de educação, saúde, transporte, cultura, lazer, enfim. Esquecer o campo é esquecer que a cidade se mantém por meio dele.

Em tese, Mennucci considera a necessidade de integração da zona rural à realidade brasileira. Ressalta que sendo o Brasil um país essencialmente agrícola, é necessário voltar-se para o meio rural para, então, solidificar-se como um país desenvolvido, no sentido educacional, social, cultural e econômico.

Para ele, os homens da cidade ignoram que toda a riqueza e prosperidade de uma nação estão no campo. Ignoram que sem a produção rural, a cidade não terá condições satisfatórias de sustento, pois a terra é a fonte primária de alimentação do homem.

Em decorrência do descaso com o meio rural, Mennucci relata que a situação do ensino rural paulista, nos primeiros anos de República, restringia-se a raras e isoladas escolas rurais. Enquanto isso, as escolas urbanas encontravam-se em processo de ampliação, ensinando sem a menor preocupação com o valor educativo do trabalho. A preocupação era com o aumento do custo de vida e a obrigatoriedade da produção em larga escala, para garantir a remuneração e sobrevivência do operário nas grandes cidades.

Partindo desse cenário, Mennucci aponta que um dos erros da estrutura e organização do ensino brasileiro foi basear-se em modelos de ensino-aprendizagem europeus, que não condiziam com a realidade brasileira.

Escola Brasileira assim não se improvisa, não pode nascer do acaso e menos ainda da cópia de fórmulas alheias. Por isso mesmo que se propõe fazer o brasileiro o homem mais solidamente e mais sabiamente adaptado ao seu meio, essa escola tem de brotar do conhecimento seguro e completo de toda a série de fatores econômicos, antropológicos, psicológicos a que estamos submetidos para que se cuide de organizar, ou de modificar dentro do humanamente possível, aquela mentalidade capaz de dar à raça a sensação de sua força criadora e o anseio de uma crescente melhoria da vida, em qualquer que seja o seu aspecto. (MENNucci, 1930, p. 75)

À luz do pensamento de Émile Durkheim (1858-1917), Mennucci considera ainda que a escola deve ser percebida como fruto e reflexo da organização do trabalho

da sociedade a que serve. Quando as relações de trabalho se modificam, a escola deve transformar-se.

Os sistemas educativos são conjuntos de atividades e instituições lentamente organizados no tempo, solidárias com todas as outras instituições sociais, que a educação exprime ou reflete, instituições essas que, por consequência, não podem ser mudadas à vontade, mas só com a estrutura mesma da sociedade. (MENNucci *apud* DURKHEIM, 1930, p. 19)

Entretanto, as políticas públicas de atenção ao ensino rural percorriam o caminho inverso, desqualificando-o cada vez mais. Haja vista, por exemplo, as condições de trabalho, remuneração e valorização do professor do ensino rural.

Sobre essa questão Mennucci chama a atenção para o perfil dos professores que são encaminhados para as escolas rurais. Segundo ele, os professores que vão para as escolas rurais são os professores jovens, com menos de vinte anos, recém-formados nas escolas normais urbanas, “com aquela psicologia de laboratório que nos chega empacotadinha de fora” (MENNucci, 1930, p.60), inexperientes e com menores salários. Vale lembrar que os professores que lecionavam nas escolas da zona rural recebiam menos do que aqueles que lecionavam na zona urbana, tendo ainda que ministrar todas as matérias do curso primário em salas de aula multisseriadas. Enquanto isso, nas escolas urbanas, sobretudo, nos grupos escolares, eram contratados professores para cada disciplina, com direito a professores auxiliares e com melhores vencimentos.

O resultado só pode e só será um: essa criança nunca será um professor que os meios rurais reclamam. Sentir-se-á num inferno, de que precisa sair o mais depressa, custe o que custar. Ali ele se estiola, atrasa e azeda.

Mas enquanto espera a oportunidade de remoção, que lhe restituirá a liberdade, vai difundindo como um portador de bacilos insidiosos, ideias de hostilidade e combate à vida rural, mostrando-lhes as imperfeições, as inferioridades, a incultura, todos os lados feios. E dramatizando, quando puder, o seu apostolado negativo com exemplos que calam fundo nas almas que doutrina (...) levará a cabo uma tremenda campanha cujas desastrosas consequências ele, o mestre, é incapaz de prever. (MENNucci, 1930, p.60-61)

O autor sustenta sua tese afirmando: “organizamos uma instrução pública que, da escola primária às academias, não é senão um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo” (MENNucci *apud* TORRES, 1930, p. 56), em que é posto na cabeça da juventude o desejo de se libertar do trabalho agrícola.

Afirma ainda que a lógica da estrutura e da organização do ensino brasileiro, politicamente pensada, criava grupos escolares nas cidades mais importantes, geralmente nas cidades que eram cabeças de comarcas. As escolas reunidas, uma espécie de grupo escolar em escala reduzida, localizavam-se nas sedes dos municípios e distritos de menor relevância, mas que apresentavam uma população urbana significativa. Já as escolas rurais funcionavam poucos meses por ano, e eram localizadas próximas das estações das antigas estradas de ferro e/ou em núcleos de campo próximo das cidades, de fácil acesso para o mestre-escola. Ou seja, quase não existiam escolas rurais situadas nas zonas rurais.

Nessa obra, Mennucci apresenta uma espécie de proposta de trabalho com vistas à integralização do campo à realidade brasileira. Sua proposta contempla questões referentes à formação de professores para a zona rural, à formação de uma consciência agrícola e à necessidade da subdivisão da terra.

No que se refere à subdivisão da terra, Mennucci considera que os pequenos agricultores deveriam se sentir integrados à sociedade pela identidade dos interesses econômicos. Para isso, tanto a União quanto os Estados deveriam vender lotes de terra cultiváveis, em prestações que o pequeno agricultor pudesse pagar, preferencialmente, em longo prazo, com juros baixos, apenas para compensar a demora do reembolso.

Esse método de compra e revenda é o que habitualmente emprega a iniciativa privada, inclinando-se, porém, para os lotes urbanos ou para aqueles que, mesmo rurais, pretende transformar em cidades. Não há nele de ordinário senão o fito do lucro rápido e avultado, quando, no outro, o intuito seria o de valorizar o nosso capital humano.
(MENNUNCI, 1930, p. 91)

Partindo de tal pressuposto, podemos pensar que Mennucci defendeu políticas públicas de estímulo à subdivisão da terra e desagregação do latifúndio. Todavia, ponderou que sua proposta de trabalho se viabilizaria somente por meio da criação de uma consciência agrícola, vinculada diretamente à tarefa educativa das escolas primárias rurais.

Realizada a etapa inicial de subdivisão da terra, o próximo passo seria pensar na formação do professor da zona rural. Almejava ele formar professores com o olhar voltado diretamente para o campo, trabalhando em favor de uma consciência agrícola. Professores que conhecessem a história, modo de vida, valores morais, afetivos e espirituais de seus alunos.

Para ele, a questão da formação de professores para o ensino rural descortinava outro problema a ser tratado: os materiais didáticos de que os mestres dispunham para ensinar. Logo, as cartilhas, por exemplo, não poderiam ser as mesmas utilizadas nas escolas urbanas, pois, sendo elas importante veículo de comunicação e formação de opinião, consciência e ideias, deveriam ao menos contemplar questões sobre a vida rural, e não desqualificá-la.

Ensinar a ler, a escrever, a contar, valendo-se de compêndios e material didático, que, noventa vezes sobre cem, não tem a menor relação, ou mesmo a menor referência para com a vida rural e com a zona em que se utilizam. Os livros de leitura, então, como os instrumentos de mais largo e demorado emprego diário, são as nossas baterias urbanistas mais aperfeiçoadas. Não há metralhadoras militares com um poder destrutivo igual ao deles. (MENNucci, 1930, p. 95)

Os estudos empreendidos por Mennucci apontam a inexistência da formação de professores para o ensino rural. Segundo ele, as Normais urbanas formavam professores apenas para trabalhar na cidade. Desconsideravam o campo e não sabiam formar professores rurais preparados para trabalhar com três fatores imprescindíveis:

1. As necessidades econômicas referentes à subsistência de um povo que vive no campo;
2. As necessidades higiênicas desse povo, que não dispõe dos mesmos recursos e serviços de saúde existentes na cidade;
3. As necessidades espirituais, que dizem respeito à ambição, anseios e aspirações.

Complementa seu pensamento apresentando a seguinte indagação: Se o sistema educativo de um povo reflete a organização do trabalho, que professores são esses que não conhecem o trabalho agrícola? Se o professor do campo não tiver o mínimo de conhecimento sobre questões de saúde, como será sua atuação em um lugar onde não existem médicos? E se a ambição é a mola propulsora que impulsiona o homem a prosperar, o que dizer do professor que rouba luz elétrica para atender às suas necessidades básicas, ao ser designado para trabalhar em um lugar tão atrasado quanto o campo? (MENNucci, 1930, p. 97)

Diante de tais indagações, o autor amplia a discussão lançando mais um problema a ser repensado: Como formar professores rurais e como fazê-los permanecer ativamente no meio onde irão atuar, se o modelo de escola Normal que temos só forma professores para atuar nas escolas urbanas?

Partindo de tais problematizações é que Mennucci apresenta sua defesa em favor da criação das escolas Normais rurais. Sua proposta pedagógica, poder-se-ia dizer, de caráter multidisciplinar, defende a formação de professores com conhecimento de agricultura, higiene, enfermagem, psicologia e pedagogia, pois acreditava que tais conhecimentos incentivariam o progresso do meio rural.

As cadeiras de agricultura e higiene, por exemplo, deveriam ser ministradas por médicos e agrônomos.

O engenheiro-agrônomo dar-lhe-ia que pensar nas questões econômicas da produção (...) Ensinar-lhe-ia que não há justaposição de músculos sem tecido conjuntivo que encha as cavidades e que não há construção alguma sem argamassa para as juntas. Que ninguém pretende substituir o café, cujas lavouras são as pedras do edifício econômico brasileiro, mas, sim, que o cimento de suas juntas deve ser de outros gêneros cultiváveis, possivelmente de primeira necessidade, desde que uma casa não se faz exclusivamente de pedras.

O médico (...) apontar-lhe-ia os avisos gritantes da nossa fisiologia, mostrando-lhe que nós somos diversos e diferentes dos outros, pondo-lhe sob os olhos índices cruciais, como esses da medicina alienígena que, no aplicar a sua terapêutica entre nós, faz mais mal do que bem.

Ensinar-lhe-á que nós, no afã de imitar os homens de fora que nos parecem deuses, esquecemos o conselho e o exemplo do índio, a respeito da vida ao ar livre, para importar em troca a civilização europeia, através de Portugal, mal saído ainda da Idade Média.

E o professor aprenderá por fim (...) que nas obras humanas, só a observação sagaz e a cultura são capazes de resolver casos que a vida apresenta. (MENNUNCI, 1930, p.120-121)

Esclarece ainda que as escolas Normais rurais não deveriam ser oferecidas apenas nas zonas rurais, mas também nas cidades do interior, onde já existem Normais urbanas. Assim, o aluno teria o direito de escolha da modalidade de ensino em que iria atuar. Acrescenta que as Normais rurais poderiam funcionar juntamente com as Normais urbanas, desde que houvesse um anexo para as atividades práticas que envolvessem o aprendizado agrícola. Algumas unidades de ensino, de fato, seriam mais simples, outras mais amplas, mas todas trabalhando em favor do empreendedorismo nas áreas da agricultura, pecuária, indústria e pastoril.

Em seguida, defende ainda o acesso às descobertas científicas para o campo, como rádio, TV, telefone, luz elétrica. Para ele, o rádio deveria ser aproveitado como um recurso de comunicação, educação, cultura e lazer. Em suas palavras justifica-se a proposta:

O rádio substitui o jornal com vantagens: alcança a população analfabeta, que não sabe ler, mas que sabe ouvir; chega instantaneamente a pontos que os jornais não atingiram senão com dias e dias de trajeto; educa o gosto musical, o que o outro não pode fazer; e destrói, muito mais que os diários, o sentimento da distância pela sua presença constante, solícita, habitual (...). Cada homem, perdido no mais longínquo e deserto e inóspito rincão da terra, pode sentir-se, pelo alto-falante, integrado à comunhão da Pátria. (p.101)

Juntamente com o rádio, defende a urgência de luz, força elétrica e telefone, uma vez que tais descobertas científicas contribuem para a chegada de outros elementos imprescindíveis para o processo educativo, como o cinema e o teatro, por exemplo.

Assim, salienta Mennucci que, embora as soluções por ele apresentadas tenham suas bases na Sociologia, o centro do processo é a ação educativa e, portanto, o professor. Para ele, “o aspecto social da questão brasileira é inseparável do aspecto pedagógico. São intimamente conexos.” (MENNUNCI, 1930, p.111), sendo que qualquer ação isolada invalidaria qualquer possibilidade de resultados bem sucedidos.

O plano apresentado, e muito do que foi escrito nessa obra, segundo Mennucci, é quase uma autobiografia, fundamentada a partir de sua experiência como jovem professor de ensino rural. Por fim, finaliza seu pensamento sinalizando que:

Importa, entretanto, e urgentemente, à nacionalidade resolver a crise depressa, pelo restabelecimento do espírito indispensável entre a cultura dos meios urbanos e o preparo da zona campesina – equilíbrio rompido pela absurda desproporção entre os cuidados e solicitudes que se prodigalizaram àqueles em detrimento desta – vamos nos encontrar pela frente com o terrível espantalho da incapacidade orçamentária dos Estados. (MENNUNCI, 1930, p.114)

Por fim, encerra a discussão afirmando que a sua proposta de trabalho só poderá ser viabilizada mediante uma política pública de atenção à zona rural. Dessa forma, considera que se evitaria um problema grave, recorrente e degenerativo: a crise brasileira da Educação.

3.2. O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932

O livro apresenta uma fundamentação e defesa das reformas realizadas por Sud Mennucci quando assumiu, pela primeira vez, a Diretoria de Ensino Paulista (24/11/1931 a 24/05/1932).

O livro está organizado em duas partes: na primeira - o que fiz - fala sobre o que foi feito durante o período de sua gestão. Na segunda - o que pretendia fazer - não pôde realizar em função de seu desligamento do cargo. As questões sobre o ensino rural constam da segunda parte do livro.

Nessa parte, denominada por Sud o capítulo das “intenções” ou “o que pretendia fazer”, o autor propõe uma reforma no sistema de ensino primário, normal e profissional, e defende a formação de professores como um dos eixos de mudança. Para ele, os professores que atuam nesses segmentos deveriam ser formados de maneira distinta, de acordo com a modalidade de ensino e território em que iriam atuar. Logo, a escola rural deveria ser organizada a partir de seus próprios princípios e demandas, e não mais como cópia ou reprodução da escola urbana.

A lógica de organização da escola rural a partir dos princípios da escola urbana é metaforizada por Mennucci como uma “insídia organizada”. Como se fosse uma espécie de cilada, de emboscada, que pode ser constatada mediante a repulsa do mestre, do aluno e do pai pela escola rural. O mestre, porque no início da carreira, é posto para trabalhar num local que ele não deseja. Do aluno, porque este não é motivado pelo mestre e muito menos pelos conhecimentos ensinados. Do pai, que vê na escola um elemento desagregador do núcleo familiar. Para ele, é essa cilada organizada que determina e alimenta o fracasso do ensino rural, problema historicamente imbricado na cultura brasileira:

(...) insinuou no mais íntimo da consciência coletiva o errôneo julgamento de que os labores agrícolas são de sua própria natureza desprezíveis e humilhantes, pensamento que domina ainda o subconsciente de uma boa parte da população indígena, principalmente nos caboclos e caipiras. Determinou destarte uma crise psicológica de horror e antipatia pelo trabalho dos mais maléficos efeitos e das mais deploráveis consequências, que nós nem chegamos entender, pois livros relativamente modernos, como os de Monteiro Lobato, insistem em crismar, ingenuamente, de preguiça ou de moléstia um fenômeno normal de puro psiquismo coletivo. E, por cima de tudo, deixou-nos a falsa ilusão de que tínhamos uma base

econômica estável – trezentos anos de escravidão! – e que sobre ela podíamos descansar o edifício social brasileiro. (MENNucci, 1932, p.150)

Pensando em reverter a inferioridade econômica do Brasil e diminuir o êxodo dos campos, Mennucci apresenta, na segunda parte do livro - o que pretendia fazer - sua segunda proposta de reforma de ensino¹⁹, cujo objetivo era a reconstrução e transformação do nível cultural da zona rural. Segundo ele, essa proposta foi apresentada ao Secretário da Educação e Saúde Pública, em fins de março de 1932, na forma do projeto de decreto, sem numero e data, o Decreto nº.... dede ...1932, o qual não foi aprovado por motivo de falta de verba.

Com efeito, Mennucci propunha no referido projeto de decreto uma reforma administrativa, pedagógica e filosófica do ensino rural no Estado de São Paulo.

Todavia, seu projeto de decreto defendia a formação de professores especializados para o magistério rural. Uma proposta coerente com seus princípios de formar professores com consciência agrícola, convededores das necessidades de seu território e, sobretudo, conscientes da importância da fixação do homem na terra.

No sentido de estruturar uma carreira para o magistério rural, uma das medidas asseguradas nesse decreto se refere à regulamentação dos vencimentos dos professores e diretores, estabelecendo uma tabela única baseada no tempo de exercício e com os mesmos direitos das normais oficiais.

Para ele, o sucesso da escola rural depende tanto das políticas públicas de atenção ao campo, quanto da formação de uma consciência agrícola de todos os atores que compõem a instituição escolar: gestores, técnico-administrativos, serventes e professores em geral. Reitera, nessa obra, e, sobretudo, nesse decreto, a formação de uma consciência de que a riqueza e a prosperidade da nação brasileira estão no campo, pois, sem a produção rural, a cidade não terá condições satisfatórias de sustento.

Para tanto, defende que o funcionamento das escolas rurais deveria ser em regime de tempo integral. Justifica sua proposta devido à necessidade de aulas teóricas e práticas para a formação integral tanto do mestre quanto do estudante rural.

Para Mennucci, o trabalho de campo, a horta no lar, a zootecnia, os laboratórios asseguram que as Normais rurais não ensinariam apenas conhecimentos teóricos, uma vez que o princípio educativo da escola é o trabalho, e este deve estar presente desde o

¹⁹ Sua primeira reforma de ensino foi por meio do Decreto 5.335, de 7 de janeiro de 1932 (anexo 1).

ensino primário, para que o aluno não saia da escola com a formação de um capataz. Para isso, o professor deve ser também um incentivador de experiências inovadoras, proporcionando aos estudantes melhores conhecimentos sobre o trabalho e economia no campo do que tiveram seus pais e antecessores.

Para ele, uma das maiores dificuldades na criação das Normais rurais seria a organização do corpo docente. Professores urbanistas, sem consciência agrícola, conduziriam o plano de trabalho ao fracasso. Em suas palavras, evidencia sua proposta:

Se não soubermos selecionar um corpo de mestre capaz de modelar e afeiçoar ao ideal visado a cera virgem dos moços que procuram a carreira, se não soubermos eleger, na massa do magistério, aqueles poucos que possuem as qualidades requeridas para engendrar e fixar de modo indelével essa *consciência agrícola* que se almeja, a obra já falhou antes de começar. (p. 159)

No que se refere à seleção dos professores-agrônomos, Mennucci não observa nenhum obstáculo, visto os incentivos e apoio que a Diretoria Geral de Ensino recebia da Secretaria de Agricultura. Para ele, os agrônomos são profissionais que se empenham em favor do desenvolvimento do campo, logo somariam com a educação.

Difícil, entretanto, seria a escolha de professores-médicos, pois, além dos conhecimentos técnicos da medicina, para tratar o camponês, é necessário um professor-médico com uma visão lúcida e lógica dos problemas mais frequentes na zona rural. Dessa forma, o autor considera a possibilidade de selecionar esses professores, dos quais as Normais rurais necessitam nas pequenas cidades do interior, pois muitos já trabalham nas fazendas das redondezas e conhecem a vida e a saúde do homem do campo.

Por fim, destaca, nessa obra, que a tarefa mais difícil é a escolha dos professores para as cadeiras pedagógicas, visto que “as normais que existem em São Paulo, desde 1880, só têm produzido o mesmo tipo *estandardizado* de professor, aquele que a monarquia, fidalga, aristocrata e escravocrata, reclamava: o mestre da cidade.” (MENNUNCI, 1946, p.161)

Diante de tal problema, Mennucci considera que seriam necessários no mínimo três anos para compor o corpo docente das cadeiras pedagógicas com o princípio filosófico da consciência agrícola desejada. Como alternativa, sugere a criação de grupos escolares rurais e escolas isoladas vocacionais rurais, nas quais os professores seriam formados por matérias e disciplinas de sua escolha, e não por ano de curso. No

entanto, não há nenhuma novidade em tal proposta, considerando a similaridade com a formação de professores, por exemplo, que atuam no Ensino Médio. Esses professores, especialistas de uma determinada disciplina, ensinam a todos os estudantes independentemente do ano de escolarização.

Em seu projeto de Decreto, Mennucci também defende a permanência do professor em seu território de atuação, ou seja, na sede do estabelecimento escolar e com maiores vencimentos dos que os professores das escolas urbanas. A reivindicação por melhores vencimentos justifica-se pelo fato de o mestre da escola rural ser obrigado a ter mais horas de contato com seus alunos, pela perda do conforto da cidade e, principalmente, pelo estímulo ao professor que se dispõe a trabalhar na zona rural.

Entretanto, o projeto de Decreto de reorganização do ensino rural não foi aprovado por motivo de falta de verba. A inspeção pública do Estado alegava ser um projeto muito dispendioso em contrapartida às dificuldades financeiras do Estado. Sud rebateu dizendo que para o magistério sempre houve falta de orçamento, fato que colocou o Brasil em uma condição de subdesenvolvimento.

Por fim, finaliza sua obra afirmando que a melhoria econômica do país só poderia ser alcançada por meio da educação, com base na consciência agrícola.

3.3. Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892 – 1935)

Nessa obra, Mennucci se propõe a apresentar o histórico do ensino rural no Estado de São Paulo, com referência ao período de 1892 a 1935.

Relata, inicialmente, que a primeira manifestação legal sobre o ensino rural pode ser evidenciada na Lei nº. 26, de 11 de maio de 1892, a qual assegurava a criação de uma Escola Superior de Agricultura. Para ele, a Lei nº 26 foi uma iniciativa de Luiz de Queiroz (1849-1898), considerado como o precursor do agronegócio, o qual almejava a criação de uma instituição de referência de ensino agronômico no país. Para isso, Mennucci relata que Luiz de Queiroz cedeu ao Estado sua fazenda, denominada São João da Montanha, situada no município de Piracicaba, para a criação de uma escola agrícola ou instituto de educação profissional com ênfase no campo. Entretanto, passaram-se três anos e a escola não foi construída.

Mennucci descreve que de um lado, havia um grupo que se manifestava contrário à criação da escola de ensino superior em Piracicaba, alegando que desde

1893, a capital já oferecia o curso de engenharia agrícola na Escola Politécnica. Logo, caberia a Piracicaba a oferta de uma escola primária, com ênfase na prática de agricultura e organizada na modalidade internato para atender cem alunos. De outro lado, existia outro grupo que defendia a criação de uma Escola de Ensino Superior de Agronomia, conforme o desejo e os princípios de Luiz de Queiroz.

O fato é que, somente em 1899, após a promulgação da Lei nº. 678, de 13 de setembro de 1899²⁰, é que o Estado, incontestavelmente, determinou a criação da Escola Prática de Agricultura de Piracicaba e o curso superior na Escola Politécnica da Capital.

Porém, os estudos de Mennucci afirmam que a Escola Agrícola de Piracicaba só iniciou seus cursos em junho de 1901, nove anos após a aprovação da Lei nº. 26. E somente no ano de 1931, a escola teve o seu reconhecimento como escola superior de agricultura, passando a ser incorporada como uma unidade da Universidade de São Paulo/USP. Nesse ano, recebeu a atual denominação de Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), em homenagem ao seu idealizador.

Para Mennucci, a fundação da Escola Agrícola de Piracicaba representou o início de uma política de valorização do campo, no sentido de educar o colono investindo na sua cultura e preparo profissional. Embora o Brasil tivesse perdido muito tempo para esboçar a sua primeira tentativa de organização do trabalho livre, a Escola Agrícola de Piracicaba representou, de forma inicial, uma mudança de mentalidade.

No entanto, a descontinuidade política, considerada por Mennucci como um dos maiores defeitos da democracia, estampava o fracasso no ensino brasileiro, pois cada administração desconstruía tudo o que a administração anterior havia construído.

O cenário educacional da época mostrava que o ensino industrial nem havia nascido, enquanto o ensino primário se organizava sem iniciativas de caráter inovador, e o ensino rural, da escola primária ao ensino superior, num país considerado economicamente agrícola, nem existia. Sobre a descontinuidade de políticas públicas de atenção ao ensino rural, Mennucci assim esclarece:

A ojeriza pela agricultura, que três séculos de escravidão haviam crystallizado na alma da nacionalidade, criando, principalmente, nas suas mais baixas camadas, o preconceito de que esse gênero de atividade humana era reservado aos parias, por alvitante e degradante, não permitia ver que a substituição do braço escravo pelo braço livre

²⁰ Lei nº 678, de 13 de setembro de 1899 - Organiza o ensino agronômico no País. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-678-13.09.1899.html>

exigia dos obreiros outro cabedal de conhecimentos e das lavouras, outra porcentagem de rendimento. A tarefa de transformação psicologica que havia mister empreender para repor, como nos bons tempos da antiguidade clássica, a agricultura como profissão nobre por excellencia, precisava de começar nas escolas primárias. Mas o ambiente não o consentia. (MENNucci, 1935, p. 19)

O autor prossegue seu pensamento esclarecendo que, historicamente, a mentalidade colonial brasileira se alimentou da ojeriza para com o trabalho no campo, mantendo, única e exclusivamente, uma concepção urbanista da vida coletiva. O governo, por sua vez, também detentor dessa mentalidade colonial, dedicava as verbas orçamentárias exclusivamente para as cidades, como se o trabalho e a educação rural, bem como seu território, fossem destinados para os escravos.

Prossegue denunciando que a zona rural e, consecutivamente, as escolas rurais surgiram nos mapas da geografia brasileira por meio de intenções políticas partidárias. Da necessidade de alocar afilhados e protegidos políticos, nasceram as escolas rurais como fruto de um favoritismo, e não da necessidade do homem que habita o campo. Tais escolas nasceram fadadas ao fracasso, uma vez que estas foram organizadas como cópia das escolas urbanas, “(...) os nossos administradores habituaram-se a copiar o que nos vinha do estrangeiro, principalmente das civilizações industriaes, mantendo o typo único de ensino, sem a menor preocupação quanto às diversidades regionais” (MENNucci, 1935, p.22).

Com base nos estudos de Mennucci (1935), a primeira ação política em favor do ensino rural e combate ao êxodo dos campos, que assustadoramente crescia em São Paulo, ocorreu na gestão do Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Oscar Thompsom, fato que pode ser analisado no Anuário de Ensino (1909-1910). Dentre as ações realizadas por Oscar Thompson, Mennucci destaca o programa de formação de professores para o ensino rural, coordenado pelo agrônomo americano, Dr. Clinton D. Smith, então contratado para assumir esse trabalho.

Outra ação citada por Mennucci nessa obra foi a tentativa de formação de uma consciência agrícola, a qual ele exemplifica por meio da circular que Thompson enviou para todos os diretores de Grupos Escolares, sinalizando as novas diretrizes para o ensino rural, cujo inteiro teor é o seguinte:

Snr. Director do Grupo Escolar,

Venho lembrar-vos a conveniência de aproveitardes, como base de interesse das matérias do programma, os factos agrícolas que, bem o sabeis, constituem verdadeiros mananciais de assumptos sempre proveitosos para os exercícios escolares.

Convém que, sob a vossa direção, este carácter seja imprimido, desde já, a titulo de ensaio, ao ensino dos alunos do 4º anno de ambas secções.

No estudo das plantas, o fenômeno da germinação dá lugar a experiências que mostram, ao vivo, á criança, a razão de ser dos trabalhos da lavoura. São experiências typicas, que, realizadas pelo alumno, lhe desenvolvem a observação pessoal e lhe fornecem intuições concretas, que lhe servirão, mais tarde, para a inteligência dos fatos agrícolas mais complexos. Por essas experiências, algumas das quaes vêm estampadas no proximio numero da Revista do Ensino, o alumno observa os fenômenos indicativos das condições que as sementes exigem para germinar. Estas experiências são muito simples e podem ser realizadas até no próprio recinto da sala de aula. Melhor será, entretanto, que algumas se effectuem ao ar livre, em canteiros preparados no pateo do recreio.

Para maior interesse, clareza e utilizade das noções relativas ás partes do vegetal, este ensino deve ser feito á vista de plantas que se cultivam na zona onde esteja localizado vosso Grupo Escolar, de preferencia aquellas cujos produtos tenham maior importância na lavoura do município.

Na aula de linguagem, a redeação de cartas sobre motivos da vida agrícola e pequenas composições sobre scenas campestres, cujos assumptos tenham servido de thema ás palestras do professor com a classe; na aula de arithmetic, a resolução de problemas que interessem o agricultor; na aula de geographia, o estudo analytico dos produtos do município do Estado e do paiz; na aula de historia, a procedêncie de algumas de nossas plantas mais importantes (o cafeiro, a canna de assucar, o algodoeiro, etc.); na aula de geometria, algumas medições e divisões no pateo de recreio; na aula de sciencias physicas, o estudo de observação dos ventos, da chuva, da geada, da luz e do calor nas suas relações com a lavoura, darão ao ensino este caráter agrícola sem que dahi resulte sobrecarga para o programma ou perturbação no desenvolvimento deste.

Sem a necessidade da presença da agricultura como disciplina especificada em nossos programas, apenas por uma interpretação exacta e mais educativa das noções de sciencias physicas e naturaes que nelle figuram, poderemos, com a boa vontade e inteligência dos senhores professores, formar nas classes dos Grupos uma atmosphera agrícola desejável, predispondo-se o espírito de nossa clientela escolar para o estudo e amor do meio em que vive.

Tal resultado esta Directoria espera de vossa dedicação, levando á conta de serviço relevante, quanto conseguirdes a respeito, nesse Grupo Escolar.

Saudações

Oscar Thompson

O autor analisa que, quando Thompson foi afastado do cargo, a descontinuidade política evidenciou-se na prática dos gestores dos Grupos Escolares, uma vez que as diretrizes propostas na circular acima apresentada não foram seguidas.

Somente seis anos depois, mais precisamente no final do ano de 1916, quando Oscar Thompson retomou o cargo, desenvolveu-se um programa de ensino para as escolas rurais, o qual foi assegurado no anexo 1 do Decreto nº. 2.944, de 18 de agosto de 1918²¹. O anexo 1 do referido Decreto estabeleceu disposições sobre a Instrução Pública do Estado para o ensino rural. Entretanto, Mennucci pondera que o problema não estava em assegurar o ensino rural por meio de decreto e legislações, mas no fato da resistência e ojeriza para com os problemas do campo e, principalmente, na falta de professores com formação para ensinar a cultura que o governo estava a assegurar. Em suas palavras, destaca-se:

Sim, para ensinar nossas culturas, criação de animaes uteis, conhecimento dos animaes e vegetais nocivos; moléstias dos animaes e vegetais, noções práticas de arboricultura, horticultura e jardinagem, é preciso saber agricultura geral e especial, zootechnia, veterinária. E para ensinar utilmente pouco – é axioma velho em pedagogia – é preciso saber muito. Onde iam os professores aprender estas novidades? Nas Escolas Normaes Urbanas de onde tinham provindo, de nada disso se cuidara. Nas Normaes Urbanas não só é prohibido, mas é motivo de ridículo falar em agricultura e em zootechnia. (...) Não consta, porém, haja sahido qualquer alumno dessas escolas, com conhecimentos rudimentares dessas aplicações. (MENNUNCI, 1935, p.39)

Todavia, evidencia-se mais uma vez que um dos problemas do ensino rural apontados por Mennucci se refere à formação de professores. Identificou ele que havia um corpo docente formado exclusivamente pelas escolas normais urbanas, assentado nos princípios da produção industrial urbana. De fato, como podiam professores formados por essas escolas ter consciência agrícola para ensinar os filhos dos colonos? Com efeito, atingiu-se a lógica do resultado: o fracasso do ensino rural.

²¹ Decreto nº 2944, de 8 de agosto de 1918, *Approva o Regulamento para a execução da Lei n. 1.579, de 19 de Dezembro de 1917, que estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado.*
Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2944-08.08.1918.html>

O autor prossegue esclarecendo que para remediar a ignorância e ojeriza do mestre para com o ensino rural, além da circular, do anexo 1 do Decreto nº. 2.944/1918, das oficinas de formações de professores realizadas pelo Agrônomo Clinton Smith, foi elaborado uma espécie de “Manual do Mestre Rural”. Entretanto, nenhuma dessas iniciativas conseguiram com que os professores urbanos trabalhassem em favor da elevação do nível cultural do homem do campo.

Para Mennucci, a resistência e a cegueira da época eram tão grandes, que não se conseguia olhar para o campo como fonte primária de economia. Talvez essa falta de visão, alimentada pela mentalidade colonial brasileira, tenha arruinado a economia agrícola do Brasil; produtos como a borracha, algodão, cana-de-açúcar, cacau, erva-mate e café entraram em crise.

Em consequência, a cegueira para com o campo também estava cristalizada no cenário educacional. Segundo ele, até o ano de 1920, além dos professores, o material didático e os livros utilizados nas escolas rurais eram obrigatoriamente de caráter urbanista. Exaltavam a beleza, o prestígio, o *status*, o conforto e a vaidade das cidades, projetando nos pequenos colonos o sentimento de inferioridade e atraso.

Mennucci explica que no período de 1920-1924, houve algumas iniciativas de valorização do campo. Dentre estas, cita o aumento do número de escolas rurais durante a gestão de Guilherme Kuhlmann, então Diretor Geral de Ensino (1921-1924). Segundo ele, o Estado chegou a possuir 352 estabelecimentos, enquanto que até o ano de 1921, havia apenas 51. Além do aumento das escolas, também foi assegurada na Lei 1.750, de 08 de dezembro de 1920, a flexibilização do calendário escolar e o cargo de professor adjunto para as escolas rurais.

Todavia, Mennucci ressalta que os avanços assegurados na Lei 1.750 foram perdidos mediante a descontinuidade política, fato que pode ser evidenciado quando Pedro Voss assumiu a Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA (1924-1927). Segundo Mennucci, muitas escolas rurais foram dissolvidas, e aquelas que permaneceram foram transformadas em escolas reunidas, com um diretor regendo, concomitantemente, uma classe escolar e a direção da escola, fato que colocava o professor-diretor em duas contingências: ou abandonar a classe ou abandonar a direção da escola.

O autor relembra, nessa obra, que muitos professores adjuntos das escolas rurais foram descomissionados, e aqueles que lecionavam em lugares afastados da cidade presenciavam uma atmosfera urbanista. Muitas pessoas lamentavam, *penalizadamente*, a obrigação desses professores em trabalhar em locais tão distantes dos jornais, do

conforto e da beleza da cidade. Em contrapartida, não havia mais professores para a zona rural.

Para amenizar esse quadro de repulsa e de ausência de professores para lecionar no campo, o então Diretor Geral de Instrução Pública, Amadeu Mendes (1927-1930), retomou o regime de nomear professores leigos que pertencessem ao próprio território de atuação. Para Mennucci, foi uma tentativa desesperada do governo que, de um lado, favorecia os protegidos políticos, sem profissão, mas que, de certa forma, conseguiu estabilizar os professores nos territórios de atuação. Pois até então, os professores normalistas, ao serem nomeados para trabalhar na zona rural, ou pediam licença ou pediam remoção para uma escola de mais fácil acesso. Segundo ele, nas últimas nomeações dos anos de 1933 a 1934, apenas 10% dos professores normalistas permaneceram nos núcleos rurais.

Todavia, Mennucci não acreditava que os professores leigos solucionariam o problema do ensino rural; embora reconhecendo a complexidade do problema da falta de professores, ponderava que:

O leigo é apenas um paliativo. Tem duas vantagens sobre os normalistas: garante a estabilidade da escola e não faz contra o bairro a tenaz e implacável propaganda das belezas da cidade que o diplomado, mercê de seu espírito arraigadamente urbanista, faz quotidianamente. O leigo não carrega para as cidades a massa da população infantil cuja educação lhe é confiada. Regra geral, pertence ao bairro, sente-se bem ali, está dentro da psychologia do ambiente.

Mas a sua escola não avança um passo além do que ele sabe e que é, normalmente, muito pouco. A nossa tentativa de reforma do ensino rural não é para manter a rotina milenária das zonas agrícolas. É ao contrário, para arranca-las desse marasmo, para elevar-lhes o nível mental, para melhora-lhes os processos e métodos profissionais, para criar-lhes na alma os anseios de vida melhor. (MENNUNCI, 1935, p. 51)

Diante de tal impasse, Mennucci se posiciona apresentando a seguinte indagação: Se formamos professores para uma única escola, baseada nos moldes urbanistas, como iremos exigir deste mestre que ensine crianças de territórios tão diversos como a zona rural, marítima e ribeirinha? Complementa sua problematização afirmando que: “depois quando fracassam, começamos a inventar uma porção de justificações pueris: que o meio é atrasado, que o ambiente é hostil, que o professor não se dedica, que não há casa para a escola, que não há pensão para o mestre, que não há

comunicações fáceis, que não seguem os programas, que o professor vive de licença...” (MENNucci, 1935, p. 53).

O autor relembra, nessa obra, que nos primeiros anos de 1930, o Estado de São Paulo teve muitas ações que culminaram numa campanha em favor do ensino rural. Dentre essas, cita, inicialmente, a publicação de seu livro “A crise brasileira de educação”, no qual analisou a situação do ensino nas zonas rurais, apontando as causas do insucesso e propostas de melhoria.

Destaca também a fundação do Centro do Professorado Paulista/CPP, espaço onde se realizou, no período de 21 de dezembro de 1931 ao final de janeiro de 1932, o Curso de Férias sobre Agricultura, mediante o apoio da Diretoria de Ensino. O curso contou com a participação de mais de 300 professores da rede estadual de ensino, muitos vindos do interior de São Paulo. Em um momento, os professores tinham aulas teóricas por meio de conferências, e em outro, aulas práticas, que foram realizadas nas instituições oficiais da Secretaria de Agricultura, com a participação de renomados técnicos dessa Secretaria.

Outra ação que se somou à campanha foi a experiência da Escola Rural Fazenda da Barra, localizada no município de Casa Branca. Tal escola destacou-se pela primeira tentativa experimental no sentido de criar uma escola rural voltada inteiramente para as atividades agrícolas como, por exemplo, a cultura de plantas, flores, criação de hortas e de aves.

No que se refere às ações políticas, destaca o Decreto nº. 6.047, de 19 de agosto de 1933 (anexo 2), por ele organizado e aprovado durante sua segunda gestão na Diretoria de Instrução Pública (de 7 a 23 de agosto de 1933), o qual assegurou a criação da Escola Normal Rural de Piracicaba e organizou o ensino rural.

A Sociedade Amigos de Alberto Torres, criada em novembro de 1932, aderiu à campanha paulista em favor do ensino rural. Implantou a criação dos Clubes Agrícolas, semanas ruralistas, fundando as primeiras Escolas Normais Rurais no Ceará, Pernambuco e Bahia.

A Sociedade Luiz Pereira Barreto foi fundada em maio de 1935, sob esforços da Professora Francisca Pereira Rodrigues, então deputada da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Implantou a prática de plantar nas cidades e vilas do Estado o “Bosque do Mestre”. Realizou Semanas e Conferências Ruralistas; das “Semanas Ruralistas” resultou a inclusão de um agrônomo no quadro do magistério para lecionar agricultura nas Escolas Normais Livres nos municípios que fossem possíveis. Das

“Conferências Ruralistas” publicou-se o Decreto nº 7.268, de 2 de julho de 1935, o qual revalidava parcialmente o Decreto nº.6.047, de agosto de 1933, assegurando a organização do ensino rural nas classes primárias.

Por fim, Mennucci destaca a criação dos Clubes do Trabalho, instituições vinculadas à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, criadas em favor de uma educação que contemplasse os três eixos intersecretariais e preparasse o jovem aprendiz para o mundo do trabalho.

Com efeito, as ações brevemente aqui apresentadas registram a história do ensino rural no Estado de São Paulo; entretanto, o autor lembra que embora o pioneirismo do movimento em favor do ensino rural tenha se iniciado em São Paulo, as ações oficiais aqui realizadas aconteceram de forma tímida, não alcançando nem a *ruralização* do ensino e muito menos do Estado.

3.4. Ruralização (1944)

Livro publicado no ano de 1944, final do Governo do Estado Novo (1937-1945), quando Sud foi indicado para assumir pela terceira vez a Diretoria Geral de Instrução Pública (1943-1945).

Essa obra é uma coletânea de artigos e trabalhos publicados no decorrer de suas palestras e conferências em favor do ruralismo no Brasil. O livro aborda os seguintes temas: Os pródromos do ruralismo; A influência psicológica e social do campo; A disseminação da escola rural; O impreparo do mestre; A ação do governo; A iniciativa paulista; A formação do professor.

O autor inicia o livro traçando um histórico do ensino rural no Brasil. Para ele, o ensino rural nasceu com a promulgação da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, quando foi assegurado o fim de mais de três séculos de escravidão.

Durante o período de escravidão, a educação brasileira, além de se restringir às cidades, garantia seu acesso apenas aos homens livres da classe culta. Ou seja, a maior parte da população, composta por operários, artesãos, carpinteiros, alfaiates, costureiras e escravos, vivia à margem do processo educativo.

Ao se desacorrentar o braço que sustentava a economia do país, iniciou-se outra trajetória na história da educação brasileira, pois com o fim da escravidão, o Brasil evidenciou duas grandes ilusões: “a de que nossa exportação seria sempre de fácil

escoamento, porque o custo da produção era insignificante, diante do braço escravo que quase nada custava; e a de que este braço seria eterno" (MENNucci, 1944, p. 5).

O autor prossegue esclarecendo que para amenizar o déficit econômico, substituiu-se o braço escravo pelo braço livre do imigrante. Uma vez que não se haviam formado especialistas para trabalhar com as atividades do campo, agravou-se o problema por meio da política imigratória, a qual não curou o problema, apenas negou mais uma vez que a reorganização do trabalho de uma nação deve ser feita por meio da educação. Nas palavras de Mennnucci: "Faltou-nos a visão clara de que só a obra educativa, corrigindo o erro fundamental dos escravocratas, poderia tornar a dar ao homem do campo brasileiro aquela noção do valor supremo do trabalho, que nós lhe havíamos roubado em quase três séculos de instituição servil." (MENNucci, 1944, p. 8).

Para ele, o diferencial econômico do Brasil estava em sua agricultura; a reorganização do trabalho deveria ter sido pensada, cientificamente, por meio da *ruralização*, tanto no ensino quanto na economia. Esse fato não ocorreu, pois a aristocracia e os dirigentes investiram exclusivamente nas cidades despovoando os campos.

A crítica de Mennucci fundamenta-se além dos fatos históricos, em dados estatísticos que revelam a situação do aparelhamento escolar do Estado de São Paulo na década de 1940.

Tais dados revelam que, no Estado de São Paulo, 25% da população vivia na zona urbana e 75% na zona rural. Em contrapartida, 80% das escolas estavam localizadas na zona urbana e 20% na zona rural. Dessa forma, evidencia-se a desproporcionalidade da oferta entre campo e cidade de acordo com o número de habitantes de cada território. Para Mennucci, o problema se agrava quando, além de oferecer um número mínimo de escolas para a população rural, o tipo de escola instalada nesse território colocava o homem do campo numa condição de inferioridade cultural.

Os números que atrás ficaram, embora injustos, seriam ainda alguma causa se o aparelhamento escolar brasileiro, que nós viemos fornecendo aos homens da roça, representasse de fato um serviço de valia e de eficiência para a vida desses homens. Nós apregoamos que a obrigação da escola é socializar o indivíduo, isto é, integrá-lo no meio a que pertence, torná-lo um fator de trabalho, de concordia e de harmonia, dentro do ambiente em que deve atuar, para que ele acabe sentindo-se legitimamente parte indissolúvel do grupo em que nasceu.

Mas, desgraçadamente, o aparelhamento educativo que nós estamos oferecendo à população campônia, é tudo quanto há de mais contrário de mais contra-indicado para que esse escopo se atinja. (MENNucci, 1944, p. 21)

Amplia a discussão do problema sinalizando que a escola rural tem uma tarefa muito mais difícil que a escola urbana, visto que o aluno da cidade, ao chegar à escola, na maioria das vezes, já teve acesso a uma pré-educação naturalmente oferecida pelo meio em que vive. Enquanto que o aluno da escola rural, devido ao seu isolamento, não se beneficiou de uma pré-educação. Cabe, portanto, ao mestre suprir essa carência.

O autor prossegue afirmando que as desvantagens da criança do campo não acabam por aqui. Vale lembrar que enquanto a escola primária para uma criança que vive na cidade é apenas um grau inicial na sua escolaridade, para a criança do campo, esta, na maioria das vezes, será a única instituição educativa que ela terá. “Logo, a escola rural não pode continuar a ser o que tem sido até hoje: uma escola de cidade enxertada à força no campo. Precisa ser um aparelho educativo organizado em função da produção. E, logicamente, organizado em função da produção do meio a que serve” (MENNucci, 1944, p. 28).

O pensamento de Mennucci chama a atenção para a estreita ligação entre as categorias educação e trabalho. Para ele, os profissionais da educação nunca compreenderam o sentido e a importância da categoria trabalho no ensino. Essa categoria deveria ser bem trabalhada desde a escola primária, uma vez que toda educação é profissional quando se propõe a formar o homem para o mundo do trabalho. Com base no pensamento de Alberto Torres, Mennucci assim define seu pensamento sobre a relação entre educação e trabalho: “a realidade provada pela experiência é que todas as raças degeneram quando não recebem educação para o trabalho” (MENNucci *apud* TORRES, 1944, p. 29).

Dessa forma, defende que além do ensino das disciplinas formais, a escola rural deve oferecer, em seu programa de ensino, a educação para o trabalho, ensinando técnicas de melhor aproveitamento das matérias primas da zona rural. Questões como o desenvolvimento de programas para pequenas lavouras, a criação de animais e pequenas indústrias, a educação higiênica e ambiental, assim como o cooperativismo, a solidariedade social e o amor à terra, também devem estar contemplados num programa de ensino em favor do ensino rural. Entretanto, afirma que nem o mestre e muito menos o ambiente estavam preparados e disponíveis para conduzir tal programa de ensino.

Tanto a falta de preparo dos professores quanto a falta de preparação do ambiente são apontados por Mennucci como os principais fatores do fracasso do ensino rural.

Com relação ao primeiro, denuncia que nunca houve professores preparados para ensinar conhecimentos sobre agricultura, tecnologia agrícola e economia rural, pois as Normais urbanas, instituições responsáveis pela formação de professores, além de não trabalharem com esse tipo de conhecimento, ignoraram a educação para o campo. Para ele, não basta instalar escolas rurais e nomear professores despreparados e resistentes. Em suas palavras: “Professor não se improvisa” (MENNUNCI, 1944, p. 35).

O segundo motivo se refere à falta de preparo do ambiente, visto que o Estado de São Paulo não teve o apoio governamental para uma política oficial disposta a mudar o rumo dessa situação, exceto por algumas ações governamentais isoladas, mas que não se constituíram enquanto uma política pública efetiva em favor da ruralização.

3.5. Discursos e Conferências Ruralistas (1946)

No ano de 1946, já adoentado, Sud publica seu último livro, *Discursos e Conferências Ruralistas*, resultado da compilação de suas palestras e conferências proferidas nos últimos quinze anos em favor do ensino rural.

Dentre elas, foram analisadas, nessa obra, as seguintes palestras: A Reforma do Ensino Rural em São Paulo (1931), A Guerra à Zona Rural (1933), Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural (1934) e O pensamento de Alberto Torres (1939).

3.5.1. A Reforma do Ensino Rural em São Paulo

Palestra proferida durante a IV Conferência Nacional de Educação, realizada de 13 a 20 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro.

Nessa palestra, Sud trata, inicialmente, sobre a dificuldade de diálogo e de entendimento entre os professores e pais de alunos das escolas rurais.

Relata que, de um lado, encontram-se os colonos, ignorantes e analfabetos, que, de forma intuitiva, rejeitam as escolas oficiais do Estado, justificando que estas não contribuem com a vida campesina, ao contrário, alegam que são como um corpo estranho no ambiente.

E de outro, encontram-se os educadores, que se defendem dizendo que “é sempre melhor possuir uma escola má do que não ter nenhuma.” (MENNUCCI, 1946, p.136). Para ele:

A antipatia e ojeriza dos habitantes do campo pela sua escola só pode provir da incapacidade de ajustamento desta às necessidades daqueles. Nenhum homem do mundo, por mais bronco e tapado, deixou de se render à evidencia dos benefícios que lhe pode prestar a instrução e a educação. Logo, se o campesino refuga o ensino que gratuitamente lhe oferece o Estado, se refoge de seus mestres e mentores é porque intuiu que esses mestres e esse ensino só lhe podem fazer mal. E na forma por que o estamos ministrando, esse ensino faz mal, sem nenhuma dúvida. (MENNUCCI, 1946, p.138)

Todavia, esse conflito de relação, por sua vez, trava uma luta perigosa entre dois ambientes diversos, escola e campo.

Partindo de tal pressuposto, defende novamente suas ideias em favor da formação de professores para o ensino rural. Ressalta que enquanto continuarem a mandar para os campos professores formados no ambiente das escolas Normais urbanas, fomentarão essa violenta relação. Relata ainda que os professores enviados para a zona rural não ministram aulas, vivem em constantes licenças, mantendo-se a maior parte do tempo afastados de suas classes.

Após a introdução do problema, prossegue sua fala apresentando suas ideias para o ensino rural no Estado de São Paulo. Uma delas se refere à organização do quadro de professores em três classes: da cidade, do campo e do litoral.

Quanto à organização das escolas de formação de professores para a classe rural, defende uma organização com base no tripé: pedagógico-sanitário-agrícola. Para ele, somente por meio desse tripé, haveria, além dos professores propriamente ditos (pedagógicos), professores-médicos e professores-agrônomos, os quais estariam aptos para, então, formar uma mentalidade agrícola.

[...] isto é, de quem sabe que o campo é a esperança atual única do Brasil e de que mesmo que o nosso país, através do ferro e do petróleo, venha a ser uma grande potência industrial, nunca se libertará dos trabalhos agrários e que deles o seu povo precisará sempre, porque só a terra dá alimentos e só ela cria produtos. A indústria, por muito que faça, apenas os modifica. (MENNUCCI, 1946, p.142)

Em tese, propõe nessa conferência que a reforma do ensino rural em São Paulo deve partir de um programa de formação de professores. Formar professores com maior eficiência para o campo, de tal modo que se constituam enquanto líderes e empreendedores do núcleo rural, incentivando, assim, experiências inovadoras de educação e trabalho.

3.5.2. A Guerra à Zona Rural

Registro da conferência realizada por Sud Mennucci no dia 8 de maio de 1933, no salão nobre da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, a convite da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Nessa conferência, o autor chama a atenção para a falta de consciência de todas as raças e civilizações que travaram uma guerra legítima, persistente e sem quartel, ao campo e a todas as atividades que ali se exercem.

Considera que o inimigo do campo sempre foi a escravidão, a qual estabeleceu o trabalho rural como função exclusiva dos servos. Assim foi, por exemplo, com as civilizações greco-romanas, cristã, europeia e brasileira. Tais civilizações confirmam que “a formação da mentalidade urbanista dos povos é uma consequência lógica da instituição legal da escravatura” (MENNUNCI, 1946, p.20).

O autor relembra ainda que desde o início da civilização, inúmeros escritores perceberam o conflito existente entre o campo e a cidade. Columela (4 d.C – 70 d.C), escritor romano dedicado à agricultura, já no início da era cristã, escreveu sobre o seu lamento em ver que a arte agrícola fora transformada em trabalho escravo. Com base no pensamento de Columela, Mennucci complementa que:

[...] a escravidão engendrava a repugnância pelas labutas rurais, reduzidas estas ao primitivismo educativo compatível com a condição servil, e isso, por sua vez, incentiva, por contragolpe, o aparecer de um sentimento urbanista, profundo e inalterável, levando as massas em ânsia para as cidades. E para o interesse exclusivo destas, se voltavam todos, enquanto se formava o sentimento ostensivamente contrário ao interesse do campo. (MENNUNCI, 1946, p. 23)

Com o fim da escravidão e o início da industrialização, nasceu o desprezo e, consecutivamente, o isolamento dos campos. Por meio de teorias e legislações visceralmente urbanistas adentrou-se uma nova fase de guerra à zona rural.

Para Mennucci, muitos teóricos, filósofos e pensadores privilegiaram as cidades em suas teses e compêndios. Exemplifica seu posicionamento, analisando a teoria materialista de Karl Marx. Em síntese:

Marx, nascido, criado, formado na cidade, era um espírito eminentemente citadino e urbanista. Entendeu assim que a concentração industrial, que lhe parecera o ideal da vida em comum nos grandes centros, serviria também para resolver o problema da vida rural. E cuidou que reunindo em determinados pontos, os núcleos de população campesina, para os trabalhadores daí se dirigessem cotidianamente para as suas fábricas regulares, dar-lhes-ia as vantagens da vida coletiva das cidades, sem as tristezas do isolamento e do desconforto do campo. E errou. (MENNUNCI, 1946, p. 25)

O privilégio da cidade sobre o campo não foi diferente no Brasil, sobretudo, em São Paulo. Para Mennucci, desde a legislação aos serviços de saúde, justiça, bancários, segurança e utilidade pública, como energia elétrica, água, esgoto, telefone, as reformas educacionais são predominantemente urbanistas.

Esse urbanismo desmedido, que se apresenta ora puro e indisfarçado, pode ser constatado nos menores salários para os professores rurais, nos mais altos vencimentos para os promotores e delegados das comarcas das cidades, no terrível desconforto e sacrifício da falta de luz e água para quem mora no campo. Assim, exemplifica seu pensamento:

No largo da Taquara existe uma bica pública, poste cilíndrico com uma torneira onde pela manhã, crianças, homens e mulheres vão buscar o precioso líquido, em latas de querosene, potes, barriletes, barris em carros puxados por bois e mesmo barricas transformadas em rodo ou rolo, conduzidas por um só boi. As crianças, mulheres e homens transportam a vasilha na cabeça e muitas vezes nos ombros, ou por meio de um pau tendo em cada extremidade uma lata: no entanto, os canos adutores passam por toda essa região. (MENNUNCI, 1946, p. 35)

Utilizando-se desse exemplo, descortina o descaso com o campo e aponta que se vive, há muito tempo, em meio a uma guerra à zona rural. Guerra que foi declarada quando os legisladores privilegiaram apenas a zona urbana. Esqueceram que a zona rural, além de ser responsável pelo reabastecimento de matéria prima e mercadorias do país, representa um espaço demográfico de que as cidades não dispõem para absorver o número de operários decorrentes do êxodo rural.

Dessa forma, considera que o Brasil precisa, em caráter de urgência, reabilitar o campo, oferecendo-lhe o mesmo grau de conforto e cultura que é oferecido para as cidades, para que, então, seja possível compreender a zona rural como cerne de uma nação.

3.5.3. Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural

O livro compila o registro da conferência de encerramento, feita por Sud Mennucci, no Congresso Pedagógico Regional, em 28 de março de 1934, no Teatro Santo Estevão, em Piracicaba. Compareceram a esse evento representantes dos municípios que compõem a Delegacia Regional de Ensino de Piracicaba, para discutirem questões para o aperfeiçoamento dos trabalhos educacionais da região.

Em sua conferência, Mennucci, inicialmente, fala sobre a importância de contar a história do movimento precursor em favor do ensino rural, ora realizado pelo município de Piracicaba.

Primeiramente, lembra os esforços e dificuldades de Luiz de Queiroz, desde 1901, para implantar uma escola de ensino superior agrícola. Escola que, somente depois de trinta e três anos, foi reconhecida como uma instituição de referência para o ensino superior de agricultura na Universidade de São Paulo.

Prossegue relatando fatos sobre o pioneirismo de Piracicaba com o ensino rural, sobretudo, com relação ao período em que atuou como Delegado Regional de Ensino desse município (1921-1923). Conforme Mennucci, desde essa época, em que as cidades estavam lotadas de escolas, a zona rural permanecia esquecida, sendo oferecidas para a população campesina apenas algumas escolas isoladas. Para muitos, uma espécie de *mal necessário*, pois as escolas isoladas eram oferecidas mediante a impossibilidade de criação de um grupo escolar. Relata que em sua gestão, embora confrontando-se com a politicagem e as vaidades locais, um total de vinte e cinco (25) municípios foram beneficiados com a criação e ampliação do número de escolas rurais.

Afirma que para a implantação das vinte e cinco escolas rurais, vivenciou dificuldades que envolviam desde a edificação do prédio, contratos de aluguéis, a problemas de acesso da população às escolas.

Ora, era um córrego que se espraiava pelo leito da estrada, inundando-a à mais leve chuva e impedindo a passagem quando o mau tempo se prolongava um pouco; ora, era uma curva muito ampla do caminho

que obrigava as crianças de certos bairros a longas e desnecessárias pernadas de muitos quilômetros; ora eram estradas em aberto, sem cerca, que punham a vida dos alunos em constante perigo nos trechos percorridos obrigatoriamente pelo gado; ora eram trechos que se transformavam facilmente em atoleiros (...) e as reclamações choviam... (MENNucci, 1946, p.169-170)

Mediante as inúmeras reclamações recebidas, esclarece que muitas pontes sobre os córregos, cercas para as estradas e atalhos foram criados. Entretanto, afirma que “se há uma política sistemática de conservação dos caminhos *carroçáveis* em nossa terra, cuidado com um afã que antes não existia, não será exagero declarar que é a proliferação das casas de ensino pelo município que ela se deve.” (MENNucci, 1946, p.170-171).

Partindo do pioneirismo de Piracicaba para com o ensino rural, seguido de sua economia baseada na policultura, com destaque para a criação do algodão, da cana de açúcar, de cavalos, de cereais, de milho, arroz, cevada, trigo, dentre outras, Mennucci justifica publicamente, nessa conferência, a escolha desse município para sediar a criação da primeira Escola Normal Rural do Brasil. Conquista assegurada por meio do Decreto 6.047, de 19 de agosto de 1933 (anexo 2), durante sua segunda gestão na Diretoria Geral de InSTRUÇÃO Pública do Estado de São Paulo.

Entretanto, relembra as lutas e barreiras encontradas para alcançar a formação da consciência agrícola desse município. Inicialmente, contra os fazendeiros, que não apoiaram a criação da Escola Superior de Agronomia (ESALQ), mas “o agrônomo vencera o fazendeiro. Impusera-lhe a segurança de seus conhecimentos e a soberania de sua cultura especializada. A prática, a elogiadíssima prática dos empíricos, dobrara o joelho ante a técnica dos condecorados, que jogavam com a ciência nos seus embates com a realidade” (MENNucci, 1946, p.180-181).

Por fim, encerra sua conferência destacando, com certo saudosismo, as belezas de Piracicaba e o lugar que lhe confere o título de zona mais fortemente ruralista do Estado de São Paulo.

3.5.4. *O pensamento de Alberto Torres*

Trata-se do registro da conferência realizada por Sud Mennucci, no dia 16 de agosto de 1939, na Faculdade de Direito de São Paulo, a convite do Grêmio Universitário “Alberto Torres”.

Com base no pensamento de Alberto Torres, Mennucci defende a tese de que o sucesso da política de um país deve partir do conhecimento de sua história e geografia. Salienta que o conhecimento da geografia deve ser trabalhado para além dos dados descritivos. Deve, por sua vez, enfatizar a sua natureza dinâmica e funcional, compreendendo a diversidade geográfica, mineralógica, cultural, econômica e social do país.

Para ele, a história do Brasil foi construída por “colônias dispersas, e pela sucessão, meramente política, de episódios militares e governamentais” (MENNucci, 1946, p.55). Considera que para se alcançarem as vicissitudes históricas, é necessária a renovação da civilização. Esta, por sua vez, deverá partir do estudo da terra, da valorização do homem e da organização da política. Em suas palavras, justifica-se sua teoria:

Estudar a terra será para prepará-la a uma exploração racional que preveja o futuro e mantenha alta a preocupação de entregá-la aos pôsteros em melhores condições do que aquelas em que recebemos. Se a terra é, em última análise, a fonte da alimentação do homem e se somente a ela se deve a persistência da nossa espécie sobre o planeta, não há como fugir de seu estudo continuo e sistemático [...] (MENNucci, 1946, p. 58)

Para Mennucci, os cuidados com a terra implicam a retenção da umidade por meio da conservação das matas, dos morros, dos vales e das serras, os quais produzem sombras fundamentais para a conservação da pouca água existente. Lembra que o Estado de Ceará já fora uma vasta floresta e que a exploração desenfreada do algodão devastou o território cearense, transformando-o numa terra seca e quente, onde se queimaram os esforços e esperanças de um povo. Essa conservação deveria ser entendida como um serviço de reflorestamento sistemático de responsabilidade da União, Estados, Municípios e particulares.

Com relação à valorização do homem, o autor pondera que o maior obstáculo para a formação de uma consciênci a nacional, bem como para a formação do senso de responsabilidade educativa, pública e social, está posto na condição de submissão do homem brasileiro ao estrangeiro. Para ele: “Seremos sempre “colonos” no espírito e constitucionalmente, quando não sejamos, como até agora, na economia de fato” (MENNucci, 1946, p.63).

Partindo de tal pressuposto, Mennucci considera impossível pensar numa obra de educação para o trabalho diante de uma sociedade que vive alinhada na monocultura latifundiária, que não conhece o rendimento de suas terras, tampouco os meios científicos para potencializá-las. Uma sociedade que vive isolada, sem comunicação, e que ainda só consegue perceber o trabalho por meio da mecânica do braço humano.

Para ele, foi dessa forma que o Brasil se colocou e se mantém, economicamente, na condição servil de mero exportador. Em seu pensamento, aninha-se a sua crítica: “O brasileiro, não encontrou, em nosso meio, desde os primeiros dias de infância, a escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho; não recebeu a lição de laborosidade e de resistência; não adquiriu a consciência da vida social” (MENNucci, 1946, p.66).

Prosegue afirmando que enquanto predominar a falta de conhecimento do homem sobre o cultivo da terra, bem como a falta de uma política de organização do trabalho da terra, o Brasil estará condenado a dissolver-se, a desagregar-se, e será conquistado pelo surto de um povo mais forte e mais bem governado.

Diante desse problema, embasa-se em Alberto Torres para defender um plano conjunto entre Estados, Municípios e particulares para a organização do trabalho agrícola no Brasil, tendo como base a sinergia superorgânica das forças políticas.

No entanto, segundo Mennucci, um dos maiores empecilhos para a viabilização dessa proposta está na grande propriedade, dado o vício inveterado da monocultura pelo latifundiário brasileiro. Reconhece que esse vício não será vencido instantaneamente; no entanto, os abusos que oprimem a formação da pequena propriedade devem ser enfrentados, progressivamente, por meio da sinergia superorgânica.

Tanto Alberto Torres quanto Sud Mennucci acreditam que a monocultura latifundiária, além de ser um mal, produz efeito desastroso para a economia do país, impedindo, assim, o progresso de uma nação. Ambos autores defendem a policultura como formação estável de exploração lucrativa. Para eles, somente por meio de uma profunda pulverização da propriedade territorial é que se atingiria a melhoria agrária e econômica do país.

Além da sinergia superorgânica das forças políticas e da policultura agrária, Torres (1938) e Mennucci (1946) defendem a educação para o trabalho agrícola: “Porque a realidade, provada pela experiência, é que todas as raças degeneram quando não recebem educação para o trabalho” (MENNucci *apud* TORRES, 1946, p. 86).

Com efeito, Torres e Mennucci previam os problemas que seriam desencadeados pela falta de investimento na zona rural. Para eles, problemas como a formação de uma população ociosa e miserável nos campos e nos sertões brasileiros, sem trabalho, sem leis, sem saúde, sem educação, conduziriam a uma migração em massa para as regiões centrais do Brasil. Essa população carregaria o estigma da miséria e permaneceria à margem do trabalho, da saúde e da educação. Todavia, os autores lembram que essa população não inventou a si mesma; ela é fruto das organizações que a criaram e a mantêm nessas condições. Para Mennucci:

Nunca tivemos política econômica, educação econômica, formação de espirito industrial, trabalho de propaganda e de estimulo para a aplicação das atividades. Organizamos, pelo contrário, uma “instrução pública”, que da escola primária às academias, não é senão um sistema de canais de êxodos da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo. (1946, p.89)

O autor considera que as organizações políticas, econômicas, sociais e, sobretudo, educacionais, historicamente, têm fomentado o êxodo dos campos. Para ele, tanto as organizações quanto os reformadores educacionais não compreenderam a educação em função da economia, como propulsora, agente e reagente da organização do trabalho.

Por fim, encerra a conferência defendendo que a fórmula conciliadora de justiça social está na educação pelo e para o trabalho; essa fórmula só poderá existir por meio da organização política e administrativa dos governantes.



(PABLO PICASSO – Guernica – 1937)

O mundo padece tanto do mal do desastre econômico como da crise psicológica que o desastre determina: como obviá-lo? Como freíá-lo nas suas já longas e incomodas consequências?

Educando a massa geral da humanidade. Explicando-lhes os fenômenos sociais sem preconceitos, sem idéias performadas, sem segundas intenções. Revelando que a situação atual da sociedade, só depende em boa parte, da vontade presente dos vivos, reflete através destes e de sua sensibilidade a vontade ancestral dos seus antepassados. (Mennucci *apud* D'Avila, s/d)

CAPITULO IV - OS PRINCIPAIS PROBLEMAS

Minha inspiração para organizar este capítulo partiu da estrutura e formatação do livro *Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil* (Nosella, 2012). Para o autor, problematizar uma pesquisa implica, inicialmente, a identificação dos seus problemas fundamentais para, então, caracterizá-los e, assim, apresentar hipóteses explicativas e possíveis alternativas. Vale dizer que tais problemas e tentativas de análises não são verdades absolutas, mas revelam a liberdade de pensamento do autor que aqui se apresenta. Dentre estes, destaco:

- Primeiro Problema: A identidade profissional de Sud Mennucci
- Segundo Problema: A postura filosófica
- Terceiro Problema: A questão política
- Quarto Problema: A questão pedagógica

4.1. Primeiro problema: A identidade profissional de Sud Mennucci

Diplomado pela antiga Escola Complementar de Piracicaba, cujo título habilitou-o como professor primário, de fato, Mennucci não teve grande formação acadêmica ou profissional. Foi professor, jornalista, escritor, crítico literário, estudioso de geografia e de estatística.

Professor

Iniciou sua carreira, aos dezoito anos, como professor de ensino rural. Logo em seguida, aos vinte e um anos, foi nomeado Delegado Regional de Ensino dos municípios de Campinas e Piracicaba. Foi um dos fundadores e dirigentes do Ginásio Moura Santos, Ginásio Paulistano e Centro do Professorado Paulista/CPP; foi Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo por três gestões (1931-1932; 1933; 1943-1945). Participou e ministrou inúmeras palestras e conferências em diferentes estados brasileiros em defesa do ensino rural.

Jornalista

Desde jovem atuou como jornalista, escrevendo para inúmeros jornais e revistas da sociedade paulistana e carioca. Trabalhou como redator-chefe no Jornal *O Estado de São Paulo* (1925-1931) e no *Correio Paulistano* (1941-1943). Foi um dos fundadores e

o diretor das revistas *Arlequim* (1927) e *Revista do Professor*, esta última vinculada ao Centro do Professorado Paulista/CPP (1934 - 1946).

Foi diretor da *Imprensa Oficial do Estado* durante dezessete anos (1931-1948). Também dirigiu o *Diário Oficial* (1933) e assumiu o cargo de diretor superintendente do jornal *O Estado de São Paulo* (1943-1945).

Foi membro fundador da Associação Paulista de Imprensa/API, e, em 1939, foi nomeado diretor do Serviço de Publicidade do Ministério da Agricultura.

Escritor e Crítico literário

Sua bagagem como escritor evidencia-se pela publicação de seus livros e artigos sobre educação, com destaque para questões sobre o ensino rural. Com relação aos livros, destacam-se as obras: *Crise Brasileira de Educação* (1930); *A escola paulista* (1930); *Cem anos de instrução pública (1822-1922)*; *O que eu fiz e pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma de ensino* (1932); *Aspectos piracicabanos do ensino rural* (1934); *Pelo sentido ruralista da civilização* (1935); *Ruralização* (1944); *Discursos e conferências ruralistas* (1946). Cabe ainda lembrar que uma outra parte considerável de seus trabalhos encontra-se em jornais e revistas na forma de artigos, ensaios e entrevistas.

Com relação ao campo literário, foi membro da Academia Paulista de Letras/APL, igualmente com uma vasta obra de publicação por meio de livros e ensaios críticos. Dentre seus livros, podemos citar: *Alma contemporânea* (1918); *Humor* (1923); *Rodapés* (1927); *O precursor do abolicionismo: Luiz Gama* (1938); *À margem das cartas chilenas* (1942); *Machado de Assiz* (1943); *História do Diário Oficial* (1934). Com destaque para os seguintes ensaios: *Ferdinand Denis, um pioneiro; Maria Campos, a poetisa esquecida; O humor na obra de Amadeu Amaral; O testamento de uma geração; O sete de setembro e a independência.*

Estudioso de Geografia e Estatística

Tanto a geografia quanto a estatística também foram campos de atuação de Sud Mennucci. Seu primeiro estudo recebeu o título *O veritiginoso crescimento de São Paulo*, publicado na Revista Educação (1929). Foi membro da Comissão de Divisão Territorial, trabalhando em favor da reorganização dos Estados brasileiros e também dos Municípios e Estado de São Paulo. Dentre os estudos e pesquisas realizados por Mennucci nesse campo de conhecimento, destacamos os livros: *Brasil Desunido* (1932);

A análise do traçado de São Paulo-Rio Grande (1943); Crítica ao Porto do Rio Grande; Uma nova Rio-São Paulo; O conceito estrutural do município; Memorial sobre o café; Contrasensos nacionais (1939) e Corografia do Estado de São Paulo (1947).

No que se refere ao campo da estatística, Mennucci realizou o Censo Escolar do Estado de São Paulo (1920) e do Distrito Federal (1927). No período de 1940 a 1941, foi Delegado Regional da Comissão Censitária Nacional em São Paulo e chefe do Recenseamento do mesmo Estado.

Honras e Homenagens

Foi homenageado como Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Sul Rio-grandense de Letras.

Seu nome foi dado ao Grupo Escolar de Porto Ferreira, à Escola Normal de Piracicaba, à Biblioteca Pública Municipal de Penápolis e Jaboticabal, à praça da cidade de Bauru, a ruas na cidade de São Paulo, Campinas, Osasco, Mogi das Cruzes, dentre outras, e ao antigo Distrito de Pioneiros, hoje, Município Sud Mennucci, reconhecido pelas suas ações em favor do meio ambiente.

A Academia Paulista de Letras, jornais e o Centro do Professorado Paulista também lhe concederam inúmeras homenagens; este último fundou, em 1997, o Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, o qual dispõe de uma biblioteca com um rico acervo de livros, revistas e artigos à disposição do público.

Mas, afinal, quem foi Sud Mennucci? Um professor primário? Crítico Literário? Jornalista? Estudioso de História e Geografia? Qual a sua definição profissional? Teria ele uma personalidade poliédrica? Qual a razão acadêmica e/ou ideológica de certa marginalização na história da educação brasileira?

Com efeito, Sud Mennucci, no seu tempo histórico, político e social, foi um visionário de um outro Brasil, no qual ele situou seu projeto, pensamentos e ideais em favor da ruralização, seja ela na educação ou na economia. Foi autor de uma obra que é intelectual, política, educacional e literária, que retrata a sociedade brasileira no início do século XX. Muito de seu pensamento permaneceu no cenário intelectual ao longo de quatro décadas, iniciando em 1910 e se estendendo até 1946.

Aplaudido por muitos, mas incompreendido por outros nas suas atitudes intelectuais, políticas e pedagógicas, consideramos que Sud Mennucci foi,

essencialmente, um educador, complementarista e autodidata, que estudou muito sobre o pensamento de vários autores brasileiros e estrangeiros, sobre educação, geografia e economia. E talvez, mediado por seus estudos e identidade profissional, destacou-se como um educador de caráter nacionalista.

Podemos ainda inferir que, à sua maneira e perspectiva, foi um visionário que propôs um projeto de ensino rural, da educação básica ao ensino superior, com destaque para a formação de professores.

Nas palavras de Cecília Meirelles, Sud Mennucci foi um ilustre professor paulista, de clara visão e decidida energia, que o Brasil inteiro deveria conhecer e meditar. (*Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1931).

Para Julio Mesquita Filho, companheiro de ideais, em alguns momentos da sua vida, foi um gestor equilibrado e corajoso. Em suas palavras: “Você é dentre os rapazes da minha geração, o único que eu vejo nas condições de tomar-lhe um dia a direção. Tem V. o talento equilibrado e profundo que requer a chefia de uma casa como esta.” (GIESBRECHT, s/d. p.37).

Para D’Avila (s/d), foi um teimoso, de coração mole na generosidade e com a cabeça dura na fidelidade aos seus ideais. Senhor de uma dialética ferina, como demonstrou no debate com Renato Jardim sobre a Escola Paulista, destroçou estatísticas erradas nos censos escolares e criticou métodos de ensino-aprendizagem. Enquanto os “papas” da educação discutiam a implementação da escola nova no Brasil, consideravam Mennucci na contramão da história, preocupado com a ruralização do ensino.

Todavia, para nós, a marginalização de Sud Mennucci tem suas razões academicistas, que, historicamente, alimentam-se de um certo tipo de vaidade para reconhecer como *douto saber* apenas aqueles que incorporam o corporativismo acadêmico.

Acreditamos também que a rotulação da proposta pedagógica de Sud como ruralização do ensino esconde um certo menosprezo, uma vez que a elite brasileira, cuja ideologia subjacente reivindicava o escolanovismo educacional e a industrialização das grandes cidades, não via com bons olhos aqueles que defendessem ideias ruralistas.

4.2. Segundo problema: a postura filosófica

O segundo problema que se apresenta ao analisarmos a vida, obra e pensamento de Sud Mennucci é referente à sua postura filosófica. É possível identificá-lo com alguma corrente filosófica? De onde vem essa concepção da antropologia geográfica? Da consciência agrícola? Como se forma o perfil filosófico dessa teoria ruralista proposta para a educação brasileira?

Sem dúvida, há um ecletismo filosófico no perfil de Sud Mennucci, assim como a arquitetura, a academia, a arte e a cultura brasileira da época eram ecléticas. Analisamos que muito de seu perfil filosófico se aproxima da perspectiva teórica estrutural-funcionalista sistematizada nas ideias de Émile Durkheim (1858-1917), sobretudo, no que diz respeito ao estudo das relações sociedade-instituições e das relações interindividuais, com destaque para a formação de uma consciência coletiva. Quando Sud defende a formação de uma consciência agrícola, sinalizando que esta só poderá ser formada pela tarefa educativa das escolas, inferimos que ele se fundamenta em Durkheim. Sobretudo, quando afirma que a escola, seja na face urbana, seja na face rural, deve ser compreendida como fruto e reflexo da organização do trabalho da sociedade a que serve, identifica-se com um pressuposto básico do pensamento de Durkheim.

Além de Durkheim, outros pensadores, como Charles Darwin (1809-1882), Karl Marx (1818-1883), Friedrich Nietzsche (1844-1900), Frederick Taylor (1856-1915), John Dewey (1859-1952) e Henry Ford (1863-1947), fundamentaram suas leituras e pensamento, tanto no sentido de aproximação quanto de distanciamento.

Em busca de uma identidade nacional, muito do pensamento de Mennucci se aproxima da corrente filosófica da chamada “Trindade Fluminense”, especialmente na figura de Alberto Torres. Para Monarcha (2014), muitos professores primários e militantes da educação, como Sud Mennucci, Lourenço Filho e outros, foram formados pela “Trindade Fluminense”, representada por Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Alberto Torres. Esses três autores, em conjunto, tiveram uma profunda influência sobre o professorado primário, no sentido de transmitirem uma visão nacionalista do Brasil.

Das obras de Euclides da Cunha (1866- 1909), Sud agrega a ideia da existência de dois Brasis. Quando Euclides, em seu livro Os Sertões (1902), fala sobre a existência de uma sociedade litorânea completamente diferente da sociedade interiorana, Sud parte dessa percepção para tratar o distanciamento entre a civilização urbana e a civilização

rural. Para ele, são dois Brasis que não se conhecem, não conversam entre si, pois não encontraram a sua sinergia orgânica.

De Oliveira Viana (1883–1951), ele absorve a ontologia geográfica do homem brasileiro, caracterizando-o em três tipos: o homem urbano, rural e marítimo. Partindo dessa concepção, analisa que pelo primeiro se fazia tudo, pelo segundo, quase nada e, pelo terceiro, nada. O pensamento de Oliveira Viana, apresentado maiormente nas obras: Populações meridionais do Brasil (1920) e Evolução do povo brasileiro (1923), não o influenciou apenas na organização da tipificação do homem brasileiro, mas também na formação de seu pensamento ruralista.

Por fim, em Alberto Torres (1865-1917) Sud encontra sua principal identidade política e filosófica, defendendo a tese agrocêntrica de que a República brasileira deveria ser uma República agrícola. Para tanto, defende a policultura agrária por meio da subdivisão de terras, pois acredita que a monocultura latifundiária representaria o desastre da economia do país.

Outra tese que Mennucci defende, à luz do pensamento de Alberto Torres, é um plano de trabalho com alto investimento científico, cultural, educativo e social para a zona rural, com base na sinergia orgânica das forças políticas, no caso, as esferas governamentais e setor privado.

E ainda, embasado no pensamento social brasileiro de Alberto Torres, sustenta sua tese profética de que a falta de investimento na zona rural conduziria a um crescimento esquizofrônico das grandes cidades, ao desemprego, à miséria e às condições desumanas de muitas pessoas que foram expulsas do campo devido ao seu isolamento.

Dessa forma, concluímos que as raízes filosóficas do pensamento ruralista e nacionalista de Sud Mennucci, não só da educação, mas do Brasil, formaram-se sob a influência de Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Alberto Torres, os quais se constituem como ícones do pensamento brasileiro, que sustentaram a ascensão nacionalista do país.

Além desses autores, é necessário destacar o nome de Thales de Andrade (1890 - 1977), escritor e professor complementarista, que é, sem dúvida, parte da base do pensamento de Sud. Thales, amigo de infância de Piracicaba, foi seu grande apoiador e incentivador no que diz respeito ao conhecimento sobre a relação entre homem, campo e cidade. Contudo, dedicou-se mais ao estudo de métodos de alfabetização para escolas da zona rural, produzindo, inclusive, materiais didáticos reconhecidos como verdadeiros

best sellers nas escolas brasileiras. Dentre esses, podemos citar o clássico livro *Saudade* (1922).

Assim, a filosofia de Sud Mennucci sobre o homem, sobre o Brasil e sobre o futuro se define pelo etnoconhecimento, posto na correlação entre o homem e o território que ocupa, na pulsão da comunidade com a geografia e na sua linguagem terra.

4.3. Terceiro problema: a questão política

A educação e a política constituem um campo de debate onde existem lutas, brigas e competições. Nessa relação dialética, existem algumas nuances que necessitam ser mais bem analisadas. Dentre essas, destacamos a relação entre campo e cidade. Como resgatar a unidade entre esses dois territórios? Simbolicamente, poderíamos pensar: Como se solda a união entre a foice e o martelo? Esta é a questão política que precisa ser resolvida.

A sutura entre campo e cidade necessita ser resolvida. Teoricamente, não são duas realidades diferentes, e tampouco são dois Brasis desarticulados. Mas, na prática, existe uma dicotomia.

O fantasma do êxodo rural não deve ser compreendido como uma mera questão de livre migração. O colono não sai da roça simplesmente por uma questão de escolha, ele é enxotado. Todavia, ele também quer ser urbano. Não que ele queira viver na cidade, mas deseja ter os mesmos benefícios do homem citadino. Ex: as adolescentes também querem desfilar em belos parques públicos, querem lavar seus cabelos com bons shampoos e descobrir a fragrância de novos perfumes. Querem conhecer os teatros e a beleza de ouvir uma ópera. Desejam boas escolas, universidades, cultura e lazer.

Nesse sentido, lembramos Gramsci quando ele nos fala que a cidade forma os seus intelectuais, mas o campo, embora ofereça valores morais, não os forma, porque não dispõe da estrutura educacional que a cidade oferece. No histórico e crescente fenômeno migratório do Brasil, comprovamos a tese de que o campo não produz os seus intelectuais orgânicos, muito pelo contrário, expulsa-os para as grandes cidades.

Mas, como fixar o homem no campo? Será por meio de políticas assistencialistas que oferecem enxadas e sementes para enraizá-lo num deserto verde? Aliás, nem se deve falar de “fixar”, uma vez que este verbo é impositivo. Melhor dizer, oferecer condições para que livremente o colono opte por permanecer no campo.

A alternativa política proposta por Sud Mennucci é a desagregação do latifúndio e o fim do isolamento da zona rural. Para ele, nos regimes latifundiários, existe sempre, não se sabe bem por quê, nem com que vantagens, a obsessão de possuir enormes superfícies que jazem, quase sempre, senão mesmo por acaso, na mania de não quererem os seus donos se desfazer nem mesmo das partes inaproveitáveis. (1930b, p. 79). A solução por ele encontrada é a distribuição equitativa desses milhões de hectares cultiváveis, de modo a radicar o homem no seu habitat. Mas, como chegar lá sem fazer violência aos atuais possuidores de terra?

Podemos observar, entretanto, que a alternativa política proposta por Mennucci não resolveu a dialética entre campo e cidade, talvez porque ele não tenha analisado exaustivamente o problema que está na antiga disputa entre os homens. Nesse sentido, acreditamos, com Gramsci, que a união entre a foice e o martelo se dará somente pela organização política entre o operário e o camponês. Mas, como unificá-los?

Nossa tese é que a unicidade se dará por meio da industrialização da zona rural, que não é a política do latifúndio, e tampouco a política assistencialista da enxada de cabo liso ou de bombas de fertilização criadas para espalhar veneno pelos campos. É neste ponto que a alternativa política de Sud Mennucci merece ser valorizada, sobretudo, quando ele propõe o fim do latifúndio e o investimento cultural, educativo, econômico e social para a zona rural. Em suas palavras:

O que o Brasil precisa, urgentíssimo, é de reabilitar a sua roça. Mas só o fará hoje em dia, se souber dar-lhe conforto idêntico ao que concedeu às cidades, se adotar uma política diversa, tenaz e imutável, de incorporar, de uma vez por todas, a zona rural à nação, dando-lhe o mesmo grau de cultura que almeja para os meios urbanos. (MENNUNCI, 1930b, p. 204)

Para nós, industrializar o campo significa viabilizar investimentos em indústrias de alto nível que beneficiem o homem, para que não seja mais preciso os pais enviarem seus filhos para estudar na capital. Por isso, o campo tem que se urbanizar dentro da sua própria produção, por meio de ciência e tecnologia. Contudo, para uma ciência e tecnologia elevadas, é preciso investimento em uma educação de qualidade. Para tanto, será necessária uma iniciativa educacional que tenha como princípio a valorização da cultura local incorporada à modernidade técnico-científica.

4.4. Quarto problema: a questão pedagógica

A tese central do pensamento pedagógico de Sud Mennucci ficou conhecida como a ruralização do ensino ou ruralismo pedagógico. Seu objetivo principal foi a criação de uma escola rural que lutasse contra a mentalidade colonial escravagista com relação ao trabalho agrícola, pois, na sua compreensão, o desenvolvimento econômico do Brasil estava embasado na produção agrícola.

Em síntese, Mennucci defendeu um projeto pedagógico voltado para o campo, para o homem em seu território. Posicionou-se contrário à “obsessão pela cópia” do homem brasileiro em reproduzir tudo o que vem de fora. Nesse aspecto, sua proposta de ruralização do ensino representou uma alternativa pedagógica e, de certa forma, um contraponto político para as ideias escolanovistas da época.

Sua alternativa pedagógica propôs a criação, estrutura e funcionamento de escolas primárias e Normais rurais diferentes das escolas urbanas. Para ele, as escolas rurais deveriam funcionar em tempo integral, com aulas teóricas e práticas, com laboratórios, material didático, calendário escolar, métodos de ensino-aprendizagem condizentes com a realidade local.

Como já visto, a educação deveria ser organizada a fim de atender às necessidades do campo, fixando o homem no meio campesino e fornecendo, assim, conhecimento para uma maior produtividade na agricultura. Defendeu o valor educativo do trabalho organizado em função da sociedade a que serve. Nesse contexto, as escolas rurais, desde o ensino primário, deveriam oferecer no currículo disciplinas voltadas para o trabalho agrícola, seguidas de técnicas, práticas e programas de melhor aproveitamento das matérias primas da zona rural, de cooperativismo, de solidariedade e amor pela terra, “para que o aluno não saia da escola, depois de quatro anos de curso, com idoneidade técnica de um verdadeiro capataz” (MENNUNCI, 1930b, p. 157).

Prossegue em seu pensamento garantindo que o professor deveria ensinar aos alunos maneiras eficientes de aumentar o rendimento agrícola, incentivando experiências inovadoras. Assim o autor reafirma o seu posicionamento:

O professor guiará os pequenos, que se destinam a substituir, amanhã, seus pais nas labutas campesinas, para que estes obtenham conhecimentos melhores que seus antecessores. E todos esses ensinamentos se farão exclusivamente por intermédio do trabalho, pela aplicação do esforço individual,

pois é um erro, e erro grave, querer separar, em nossos tempos, o ensino primário do ensino profissional. (MENNucci, 1930b, p. 156-157)

Nessa perspectiva, observamos que o limite pedagógico do pensamento de Sud Mennucci parece estar em duas direções: na dificuldade de articular escola rural e urbana e na precoce profissionalização do trabalho. Enfim, falta a Sud a proposta de uma escola única. Mas, como se constrói uma escola única diante de duas escolas desarticuladas? Como a escola forma o aluno para a sociedade a que serve? Seria por meio da oferta do ensino profissionalizante na educação básica?

O ponto alto do pensamento de Sud é a relação existente entre território e educação, bem como a necessidade de ritmos e mecanismos didáticos diferentes entre campo e cidade. Exemplo de possível solução, recorremos à Pedagogia da Alternância, cujo objetivo, segundo Nosella (2014), é desenvolver nos alunos o saber e o amor ao seu território sem abandonar a modernização tecnológica.

Surgida no berço do movimento de educação do campo, tal Pedagogia rejeita a tradicional escola técnica organizada para fixar o homem no campo, e também a escola de cultura geral urbana, que estimula o êxodo dos melhores alunos para os grandes centros. O autor assim sintetiza a proposta:

Didaticamente, a pedagogia da alternância não é a justaposição de espaços e de tempos. Seu currículo, ao contrário, visa a integrar esses polos formativos ao despertar nas consciências dos alunos, das famílias, das instâncias políticas e técnicas um ousado e complexo projeto de desenvolvimento territorial, sustentável, integrador dos valores locais, nacionais e internacionais. Seus principais instrumentos didáticos específicos são: o plano de formação e de estudo; a colocação em comum; o caderno de síntese da realidade; as fichas didáticas; as visitas culturais e as viagens de estudo; os serões, as palestras, os debates, as visitas às famílias dos alunos; os projetos e experiências profissionais; a avaliação contínua. (NOSELLA, 2014, p.8)

Prossegue o autor esclarecendo que o objetivo da Pedagogia da Alternância, do Ensino Fundamental ao Médio, é trabalhar com os alunos valores fundamentais do humanismo, auxiliando-os na identificação de suas inclinações intelectuais, morais e sociais, por meio de uma orgânica e refletida articulação entre escola, família e território.

Algumas questões da proposta pedagógica de Mennucci apresentam pontos de aproximação com a Pedagogia da Alternância, principalmente, quando ele propõe uma alternância entre momentos na sala de aula, momentos na família e na lida do campo e, sobretudo, quando propõe uma escola voltada para a valorização da cultura local juntamente com os avanços tecnológicos.



(CHARGE – O prato do dia – Revista O Malho – Fonte: <http://www.saopauloantiga.com.br/sud-mennucci>)

É inútil querer fazer ruralismo sem apoio governamental, que seja a consequência de uma política oficial disposta a mudar o rumo. (Sud Mennucci, 1944, p. 47)

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS: ARCAICO OU PROFETA?

O que eu aprendi com este estudo

Posso dizer que no decorrer desta pesquisa, muitas coisas fizeram expandir minha mente e dilatar meu espírito. Dentre elas, destaco que o estudo sobre a vida e o pensamento do educador Sud Mennucci trouxe reflexões acerca do entendimento da humanidade e de mim mesma.

Por muito tempo em minha juventude, pensei que sair do campo em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades era um movimento natural, dadas as suas condições de abandono. Mas, ao mesmo tempo em que convivia com a fatalidade do êxodo rural, sentia-me culpada por desejar mais cultura, mais educação e a realização profissional que o campo não me oferecia. Vivia um sentimento de esperança de um futuro melhor enviesado pela culpa de deixar para trás minha história, família, amigos e demais pessoas que lá permaneceram, num campo atrasado, muito aquém dos avanços científicos, educacionais, culturais e econômicos.

De que forma resolver esse problema? Será que os melhores alunos e as pessoas que têm oportunidade devem abandonar o campo para construir sua vida e realizar suas aspirações nos grandes centros? E aqueles que não dispõem de capital intelectual ou financeiro? Estarão condenados a viver na estagnação arcaica? E, se todos abandonarem o campo, o que acontecerá com o país?

Nesse universo de inquietações, Sud Mennucci e os demais autores estudados, Gramsci (1978, 1987), Nosella (2012, 2014a, 2014b) e Santos (2011) contribuíram para reorganizar minhas recordações pessoais e colocar em pauta discussões sobre propostas e possíveis alternativas para os problemas da zona rural, ou melhor, para o Brasil.

No decorrer deste estudo, apreendi que não é natural o colono ter que deixar seu território em busca de melhores oportunidades nos grandes centros, pois o campo deve produzir estrutura para formar e manter os seus intelectuais, e não expulsá-los como historicamente tem feito.

Para tanto, o campo deve ser unificado à realidade brasileira, por meio de políticas públicas e uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável aliado aos valores da territorialidade.

Apreendi também que não se separa campo de cidade, *homo faber* de *homo sapiens*, camponês de operário, pois nem o homem nem a nação devem ser estilhaçados por critérios geográficos ou educacionais, conforme estratégia política tradicional das direitas. Tampouco devem ser uniformizados, de acordo com o pensamento político do igualitarismo das esquerdas. Contudo, devem ser compreendidos e valorizados nas suas particularidades culturais e identitárias de cada território.

As principais conclusões

Desde a década de 1930 Mennucci defendia a necessidade de integralização da zona rural à realidade brasileira. Para ele, a política nacional, historicamente, favorece apenas o crescimento das grandes cidades. Em sua análise, o problema não está em beneficiar as cidades, mas em beneficiar somente elas, esquecendo o território que lhes fica em volta, que não é desabitado e nem pode ser desabitado sob pena de desaparecerem também os grandes centros.

Para ele, a falta de investimento na zona rural acarretará a formação de uma população miserável e ociosa nos campos, que migrará em massa para os grandes centros e permanecerá à margem da educação, do trabalho, da cultura e de seus direitos.

Além desses problemas, os estudos empreendidos por Mennucci (1946) apontam que o descaso com a zona rural desencadeará problemas geográficos, como a falta de água e luz, por exemplo, uma vez que o crescimento desmedido das grandes cidades, das mirabolantes construções arquitetônicas, de viadutos, de moradias nas ruas, vilas e favelas implicam a ausência de conservação das matas, dos morros, de vales e serras, responsáveis pela produção de sombras e fundamentais para a conservação da pouca água que temos.

Uma das causas pela qual Sud Mennucci lutou durante sua vida foi pela formação de uma consciência agrícola, destacando que essa se dará por meio da tarefa educativa e do fim da monocultura latifundiária. De acordo com o autor, enquanto predominar a falta de conhecimento do homem sobre o cultivo da terra, bem como a falta de uma política educacional de organização do trabalho, o Brasil estará condenado

a dissolver-se, a desagregar-se, e será conquistado pelo surto de um povo mais forte e mais bem governado.

Nem teoricamente, e muito menos politicamente, o Brasil resolveu a dicotomia entre campo e cidade. Tenho a sensação de que Sud Mennucci produziu uma sinfonia inacabada, até porque a história é algo inacabado. Ela está sempre se construindo. Nessa sinfonia inacabada, os primeiros toques desse alerta soaram anunciando que o Brasil está no caminho errado. Por ora, acreditamos que o ambiente cultural da época e as disputas de poder no tabuleiro político e ideológico não lhe permitiram um aprofundamento teórico e nem a viabilização de tal proposta

Ao analisarmos nações mais desenvolvidas e mais unitárias, como, por exemplo, França e Inglaterra, percebemos a existência de uma organicidade razoável entre campo e cidade. Existem cidades prósperas que foram criadas e se mantêm por meio da produção local, sem isolacionismo e medo da modernidade técnico-científica.

Mennucci, em suas obras (1930, 1944, 1946), falava em uma reforma agrária baseada no modelo francês da pequena propriedade, e não da coletivização da terra proposta pelo modelo soviético. Na época em que Mennucci defendia, no Brasil, a integralização entre campo e cidade, de alguma forma, esse modelo, já estava sendo implantado em alguns países europeus. Concordo com Sud que a República Brasileira deveria ser uma república agrícola, e penso que é inconcebível como a humanidade passou por cima disso como um trator.

Tenho a sensação de que a mentalidade colonial brasileira e o tradicional pensamento político de nossos dirigentes lutavam apenas por uma nova e moderna São Paulo, e não por um país unitário baseado na organicidade entre campo e cidade, conforme propunha Mennucci. Este é o ponto que revela a riqueza de seu pensamento.

Nesse sentido, Gramsci (1987) e Nosella (2014) enriquecem a sinfonia inacabada de Mennucci ao defenderem a tese de que a união entre campo e cidade acontecerá pela organização política e solidária entre operários e camponeses. Consideram ainda que o problema existencial entre os homens e seus territórios será resolvido por meio de uma industrialização de alto nível científico e tecnológico para o campo de acordo com a sua produção local.

Mennucci (1930), por sua vez, também defendia um campo com acesso às tecnologias, rádio, luz, telefone, cinema, teatro e escolas condizentes com a sua realidade local, mas distanciou-se da organicidade entre os homens ao propor uma escola exclusivamente para o homem do meio rural, outra para o homem urbano, e uma

outra para o homem litorâneo. De acordo com Santos (2011), o território expressa a identificação econômica, social e cultural do homem, mas a divisão territorial do trabalho cria uma nova hierarquia que redefine a capacidade de atuação das pessoas e instituições.

Por isso, a escola básica tem que ser uma escola unitária do trabalho, de elevada qualidade, com um currículo que auxilie nas inclinações profissionais do estudante sem separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Uma escola humanista, cujo princípio educativo fundamental seja o trabalho moderno enquanto busca da liberdade de todos os homens, sejam eles dirigentes ou dirigidos.

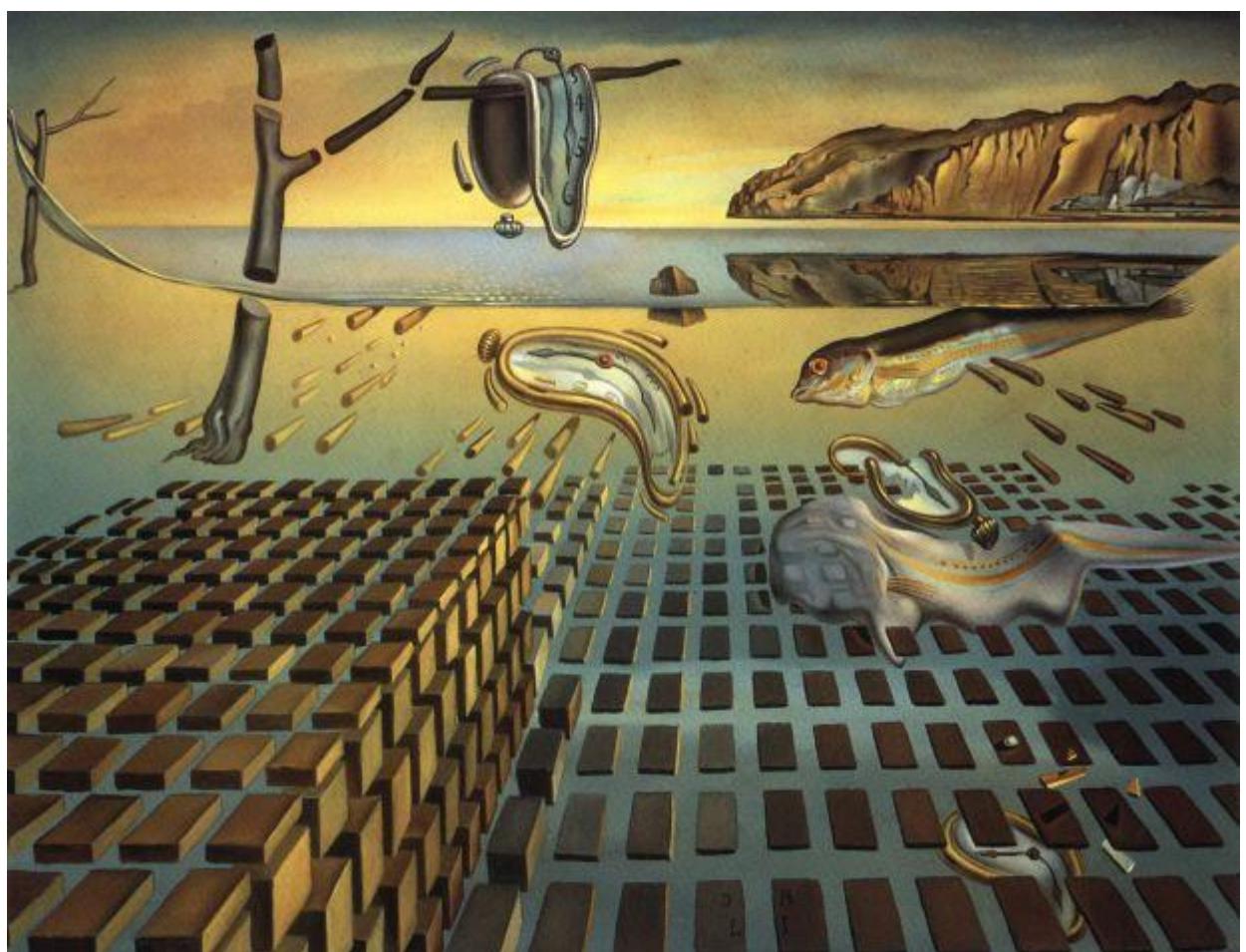
Por fim, percebo uma linha de aproximação entre a questão pedagógica de Sud Mennucci, a Pedagogia da Alternância e a Escola Unitária de Gramsci. Mesmo com suas particularidades diferenciadas, todas representam propostas alternativas de política cultural-educacional para o Estado.

Os problemas futuros

Seria, então, Sud Mennucci arcaico ou profeta? Seria ele um profeta daquele presente na nossa atualidade? A atualidade do pensamento de Sud é do seu próprio tempo, ou é possível trazê-lo para o nosso presente? Responder a tais questões nos endereçou, inicialmente, a pensá-las no próprio tempo de sua obra intelectual. Acreditamos que o homem é um ser inter-relacional, resultado de suas práticas históricas postas na cultura, sociedade e na sua própria natureza.

Com efeito, Sud Mennucci vale a pena ser revisitado, mais bem estudado, analisado, até porque é necessário ampliar a discussão entre a correlação escola e territorialidade, entre campo e cidade, entre camponês e operário. Enfim, são questões de profundo dilema que não foram resolvidas.

Por fim, consideramos que o pensamento de Sud Mennucci contribuiu de forma significativa para a educação brasileira, colocando em pauta questões sobre a organicidade entre campo e cidade, sobre as condições de vida do colono e sobre a necessidade de repensar uma escola voltada para a modernidade científica, cultural e econômica do território. Dessa forma, verifica-se a atualidade de seu pensamento e justifica-se seu estudo, ao lado dos demais educadores brasileiros de sua época, que contribuíram para escrever a nossa história.



(SALVADOR DALI – A desintegração da persistência da memoria – 1952 – 1954)

Para alumiar eu me consumo. (Sud Mennucci)

CRONOLOGIA

Sud Mennucci (1892 – 1948)

1888 – Chegada de Amedeo Mennucci e Teresa Lari Mennucci, ao Porto de Santos no dia 28 de junho de 1888.

1892 – Nascimento de Sud Mennucci em Piracicaba/SP.

1899 - Estudou na Escola Particular Italiana Prof. Aldo Padovani onde permaneceu ate concluir o 3º ano do ensino primário.

1902 - Estudou no Grupo Escolar Moraes de Barros em Piracicaba.

1908 - Formou-se como Professor Primário pela Escola Complementar de Piracicaba mas só pode assumir o cargo ao completar 18 anos. Neste período (1908 – 1910) teve aulas particulares de francês e contabilidade.

1910 - Nomeado Professor da Escola Masculina do bairro Alvarenga, zona rural do município de Cravinhos. Nesse ano iniciou também sua carreira de jornalista nos jornais: *Piracicabano*, *O Jornal* e *A Gazeta*.

1911 - Transferência para Piracaia onde lecionou na 1ª Escola Urbana Masculina de Arte.

1912 - Foi nomeado professor substituto do Grupo Escolar de Dourados e assumiu a direção de dois jornais: *A Fita* e *O Imparcial*.

1913 – Foi nomeado, aos 21 anos, Professor da Escola Aprendizes de Marinheiro do Para, dirigida pelo Prof. Arnaldo de Oliveira Barreto. Escrevia artigos ao jornal de Piracaia e Paulistanos intitulados *Cartas a Belém*. Amazônia em crise pelo final do ciclo da borracha.

1914 - Nomeado professor do Grupo Escolar de Porto Ferreira. Assumiu a direção do Jornal *A Folha*. Tornou-se amigo de Lourenço Filho e Thales de Andrade.

1917 - Casou com Maria da Silva Oliveira, normalista, filha de imigrantes portugueses, tiveram cinco filhos: Astarté, Astréa, Aécio, Lélia e Nézia.

1918 - Veio para São Paulo para lançamento de seu primeiro livro: *Alma Contemporânea: ensaios de estética*.

1920 – A convite de Sampaio Dória (Diretor Geral de Ensino, 1920-1921), assumiu a diretoria do Escritório Central de Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo.

1921 - Assumiu a Delegacia Regional de Ensino de Campinas e Piracicaba.

1923 – Lançamento de seu segundo livro: *Humor*.

1925 - Chegada em São Paulo. Exonera-se do cargo de Delegado Regional de Ensino para assumir, a convite de Júlio Mesquita Filho, a diretoria da redação do jornal *O Estado de S.Paulo*. Trabalhou no Inquérito Situacional do Ensino Público no Estado de São Paulo, juntamente com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Renato Jardim e outros.

1926 – Lançamento do terceiro livro: *Rodapés*.

1927 - A convite de Fernando de Azevedo, chefiou o Movimento Censitário Escolar do Rio de Janeiro, com Renato Jardim, Paulo Maranhão e outros.

1929 - Eleito membro da Academia Paulista de Letras, cadeira nº15, cujo patrono foi Luiz Gama. Nesse mesmo ano foi convidado para participar da Comissão Executiva Paulista da III Conferencia Nacional de Educação, realizada em São Paulo, em setembro de 1929, promovida pela Associação Brasileira de Educação/ABE. Polemica com Renato Jardim, publicada com o nome de A Escola Paulista, no jornal *O Estado de S. Paulo* e *Revista Educação*. Rompimento da amizade com Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

1930 – Desliga-se do Jornal *O Estado de S. Paulo*. Assume a direção do jornal *O Tempo* (Legião Revolucionária – fundada com os bens do Jornal *Correio Paulistano*). Funda o Centro Professorado Paulista/CPP com Cymbelino Freitas. Lançamento do livro: *A crise brasileira de educação*. Morte de seu pai.

1931 – Nomeado por Manoel Rabelo, assume pela primeira vez a Diretoria Geral de Ensino (novembro de 1931 a maio de 1932), em substituição a Lourenço Filho. Participou da IV Conferência Nacional de Educação (RJ - 13 a 21/12/1931) como Delegado do Governo de São Paulo apresentando plano de ensino rural, mas não do Manifesto dos Pioneiros. Assumiu a diretoria da *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo* e a presidência do CPP. Foi homenageado pelo CPP, Imprensa Oficial e Academia Paulista de Letras no Teatro Municipal.

1932 - Reorganiza a Instrução Pública no Estado de São Paulo por meio do Decreto 5.335 de 07 de janeiro de 1932, ora anulado depois da Revolução de 32. Pede demissão do Cargo de Diretor Geral de Ensino SP e Desligamento do PPP. Publicação de três obras: *O que eu fiz e pretendia fazer*: defesa e fundamentação da reforma de ensino de 1932. *Cem anos de Instrução Pública (1822-1922)* e *Brasil Desunido*.

1933 – Retoma as atividades como Diretor da Imprensa Oficial e da Diretoria do CPP e logo após pede afastamento para assumir pela segunda vez a Diretoria Geral de Instrução Pública, seu mandato durou apenas 17 dias, de 07 a 23 de agosto. No dia 19 de agosto foi promulgado o Decreto 6.047 Instala uma Escola Normal Rural em Piracicaba e dá outras providências. Recebe o prêmio da Academia Brasileira de Letras pelo livro: *A Crise Brasileira de Educação*.

1934 - Publicação dos livros: *Aspectos piracicabanos do ensino rural. A historia do Diário Oficial* (1891- 1933) e da *Revista do Professor*, esta ultima vinculada ao Centro do Professorado Paulista/CPP.

1935 - Publicação dos livros: *Pelo Sentido Ruralista da Civilização*: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo (1892 – 1935). *Corografia do Estado de São Paul e Memorial sobre o café*.

1936 – Assume a Secretaria de Agricultura e organiza o Departamento Clube do Trabalho onde permaneceu até 1938.

1938 – Quando os Clubes do Trabalho foram migraram para a Secretaria de Educação em 1938, Sud foi transferido para Secretaria de Justiça, ficando responsável pelas redações das regulamentações de leis e decretos. Concomitantemente, continuou na direção do CPP e da Imprensa Oficial. Neste ano, quando se comemorava o cinquentenário da abolição da escravatura no Brasil, Sud publicou o livro: *O precursor do abolicionismo no Brasil* (Luiz Gama). Foi nomeado como sócio da Academia Rio-grandense de Letras.

1939 – No final deste ano afastou-se da Imprensa Oficial para assumir a direção do Recenseamento Geral do Brasil no Estado de São Paulo, cuja sede foi no CPP.

1942 – Reassume a Diretoria da Imprensa Oficial. Foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Participou do 8º Congresso Nacional de Educação, em Goiania, apresentando o trabalho: O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência. No final deste ano publicou o livro: *À Margem das cartas Chilenas*. Por problemas de saúde, ficou afastado de suas atividades profissionais.

1943 – Retoma suas atividades profissionais, sendo nomeado pelo governo como diretor superintendente do jornal *O Estado de S.P*, que já estava sob a intervenção do governo desde 1940. Publica o livro: - Machado de Assiz.

1944 - Assume pela terceira vez a Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo. Agora denominada Diretoria Geral do Departamento de Educação, concomitantemente com os cargos de Diretor da Imprensa Oficial e do jornal *O Estado de S.Paulo*. Publicação do livro: *Ruralização*.

1945 – Getúlio Vargas foi deposto. Sud desliga-se dos cargos de Diretoria Geral do Departamento de Educação e do jornal *O Estado de S.Paulo*. Permaneceu na direção da Imprensa Oficial e do CPP.

1946 – Foi homenageado como professor catedrático de história, geografia e sociologia da recém fundada Faculdade de Ciências Econômicas da USP, no entanto não assumiu a cadeira, por motivos de crítica a sua falta de formação acadêmica.

1947 – Foi convidado para assumir o cargo de diretor geral do departamento estadual de Estatística, concomitante ao cargo de diretor da Imprensa Oficial e do CPP. Publicação do livro: *Discursos e conferencias ruralistas*.

1948 – Por motivo de saúde foi afastado de seus cargos, vítima de pressão alta maligna, e excesso de trabalho intelectual, morreu no dia 22 de julho de 1948, aos 56 anos.



(HENRI DE TOULOUSE- LAUTREC - La Danse au Moulin Rouge – 1890)

Os autores com os quais dancei.

REFERÊNCIAS

Obras de Sud Mennucci

MENNUCCI, Sud. *Alma Contemporânea*: ensaios de estética. São Paulo: Editora Cultura Brasileira, 1918.

MENNUCCI, Sud. *Humor*. São Paulo: Piratininga, 1923.

MENNUCCI, Sud. *Rodapés*. São Paulo: Piratininga, 1927.

MENNUCCI, Sud. O vertiginoso crescimento de São Paulo: estudo anthropo-geographic. São Paulo: *Revista Educação*, agosto de 1929.

MENNUCCI, Sud. O ensino do vernáculo nas escolas primárias: ensaio a favor da intuição analytica. São Paulo: *Revista Educação*, outubro de 1929.

MENNUCCI, Sud. *A Escola Paulista*. Polêmica com Sr. Renato Jardim. São Paulo: COPAG, 1930.

MENNUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. São Paulo: Piratininga, 1930.

MENNUCCI, Sud. *O que eu fiz e pretendia fazer*: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932. São Paulo: Piratininga, 1932.

MENNUCCI, Sud. *Cem anos de Instrução Pública (1822 – 1922)*. São Paulo: Typografia Siqueira. Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1932.

MENNUCCI, Sud. *Brasil Desunido*. São Paulo: Typografia Siqueira. Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1932.

MENNUCCI, Sud. *Aspectos piracicabanos do ensino rural*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1934.

MENNUCCI, Sud. *A historia do diário oficial (1891- 1933)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

MENNUCCI, Sud. *Memória da Diretoria Geral do Ensino no Estado de São Paulo*.

São Paulo: s.n.t. 1939.

MENNUCCI, Sud. *Pelo Sentido Ruralista da Civilização*: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo (1892 – 1935). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

MENNUCCI, Sud. *Memorial sobre o Café*. s.n.t. São Paulo, 1936.

MENNUCCI, Sud. *Luiz Gama*: precursor do abolicionismo no Brasil. São Paulo: Brasiliiana, 1936.

MENNUCCI, Sud. *Corografia do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936.

MENNUCCI, Sud. *À Margem das cartas Chilenas*. São Paulo: s.n.t. 1942.

MENNUCCI, Sud. *Machado de Assiz*. São Paulo: São Paulo, 1943.

MENNUCCI, Sud. *A Ruralização*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1944.

MENNUCCI, Sud. *Discursos e Conferências Ruralistas*. São Paulo, 1946.

Referências sobre Sud Mennucci

BERTELLI, Luiz Gonzaga. *Sud Mennucci*: um educador que não pode ser esquecido. Disponível em:

http://www.apedu.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=191:sud-mennucci-um-educador-que-nao-pode-ser-esquecido&catid=3:artigos&Itemid=43
[Acesso em 02/09/2013]

BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá ; WERLE, Flávia Obino Corrêa . Sud Mennucci e as concepções educacionais que deram origem às escolas normais rurais no Brasil. In: 12º Encontro Sul-Rio-Grandense da ASPHE, 2006, Santa Maria. 12º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, *Anais*. 2006.

COBRA, Angelo Manoel. Memória e Preservação da EE Sud Mennucci. *Monografia Especialização em Gestão Educacional*. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. 2007.

D'ÁVILA, Antônio. *Sud Mennucci*: O complementarista. São Paulo: Arquivo Histórico do Instituto Sud Mennucci, s.d. material não publicado.

FONSECA, Henrique de Oliveira. Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional nas décadas 1920 e 1930. *Dissertação de Mestrado em Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2014.

FONSECA, Henrique de Oliveira. *Os rastros de Sud Mennucci*. Disponível em <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Henrique.pdf> acesso em 07 de maio de 2012.

FRUTUOSO, Maria de Lourdes. Mensageiros da Ordem e do Progresso: A reforma Educacional Realizada pelo “Renovadores” e o Início da Estruturação do Sistema Público de Ensino no Estado de São Paulo (1930-1937). Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Sud Mennucci: memórias de Piracicaba*, Porto Ferreira, São Paulo: Imprensa Oficial, s/d.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; VARELA, S. B. L. . Ruralismo Pedagógico: Sud Mennucci e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, VITÓRIA. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. VITÓRIA: UFES, *Anais*. 2011.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. 2004.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. *Cem anos de Instrução Pública (1822-1922)*: um balanço do educador Sud Mennucci. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis11/art12_11.htm acesso em 10 de maio de 2012.

MONARCHA, Carlos. Convocando os Hermenêuticas da República Iliterada: o prêmio Francisco Alves. Porto Alegre: *Revista História da Educação* [Online] v.18. n.44. set/dez.2014. p.149-164.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Sud Mennucci. Publicação do programa de Pós-graduação em Educação – UFScar, *Encarte*, maio-junho/2000. pg. 1-4.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Unesp, 2009.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco Pereira. Crise da Educação Brasileira: problema da Educação Rural (São Paulo, Década de 1930). *Revista História da Educação*: Porto Alegre. Vol.15, nº35, set/dez.2011, p.74-99.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. Semeando ideias para ruralizar o ensino: a atuação de Sud Mennucci na organização do campo educacional paulista (1926-1944). *Tese Doutorado em andamento*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SCHWETER, Isis Sanfins. Organização e Imprensa Estudantil do Instituto de Educação Sud Mennucci (11952-1954). *Dissertação de mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. 2015.

SCHWETER, Isis Sanfins. A atuação dos alunos da Escola Normal Sud Mennucci na década de 1950. *Monografia de Especialização* em Historia, sociedade e cultura. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. 2013.

SOUZA, Rosa Fatima de; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva de. As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). *Revista Historia da Educação*. Porto Alegre, vol. 18, nº43, maio/agosto.2014, p.13-32.

SILVA, Ademir. O perfil empresário de Sud Mennucci. *Monografia de Especialização* em Gestão empresarial e controladoria. Faculdades Integradas Urubupunga, FIU, 2005.

Referências gerais

ANDRADE, Thales. *Saudade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada*. 2^a. edição, São Paulo, Melhoramentos, 1960.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Fernando de Azevedo...[et al]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010. Domínio público disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> [acesso em 07/11/2013].

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*: historia de Deuses e Heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BASSO, Jaqueline Daniela; GOBATO, Ana Tatiana Sataine Cardoso; ROSA, Julia Mazinini. O contexto da educação no meio rural no Estado de São Paulo. *Revista HISTEDBR* [Online]: Campinas, n.46, p.145-160, jun2012.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito*: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. *A Educação Negada*: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 3º Ed. São Paulo. Editora Cortez. 2001.

BUFFA, Ester. NOSELLA, Paolo. *Instituições Escolares*. Por que e como pesquisar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVALIERE, Ana Maria. *Entre o pioneirismo e o impasse*: a reforma paulista de 1920. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1.pdf> [acesso em janeiro 2013].

CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Laemmert, 1902.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TENCA, Sueli Cotrim e TENCA, Álvaro. *Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. Cad. Pesqui.* [online]. 1985, n.52, pp. 61-72.

DORIA, Antonio Sampaio. *Questões de Ensino: a reforma de 1920*, em S. Paulo. Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.

DORIA, Antonio Sampaio e SILVEIRA, Alarico. *Recenseamento Escolar: relatório*. Estado de São Paulo, Brasil, 1920.

DOURADO, Fernanda Oscar; MONARCHA, Carlos (Coord.) *Levantamento da Revista Educação: 1931-1932*. Marilia, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012,

FÁVERO, Maria de L. A. e BRITO, Jader de M. (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

FERNANDEZ, Florestan. *A revolução burguesa do Brasil*. 2^aed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FILHO, Casemiro dos Reis. *A educação e a ilusão liberal: Origens da Escola Pública Paulista*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1995.

GARCIA, Walter (org). *Educadores Brasileiros do século XX*. (Vol. 1). Brasília: Plano Editora, 2002.

GARCIA, Walter (org). *Educadores Brasileiros do século XX*. (Vol. 2). Brasília: Liber Livro, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Caderno 12*. Tradução e comentários Paolo Nosella (Mimeo).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.86, n.212, p.163-178, jan/abr.2005.

LUGLI, Rosário S. G. Um estudo sobre o CPP e o movimento de organização dos professores (1964-1990). São Paulo, 1997. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Educação, USP.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. 9a. ed., São Paulo: Editora Melhoramentos, 1967.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol.1. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MEIRELLES, Cecilia. Pagina de Educação, seção Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 10/04/1931. In: MENNUCCI, Sud. A crise brasileira de educação, 1930 (p. 220 – 221).

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. São Paulo: Record, 2002.

MELO, L.C. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. *Joel Martins: O tempo vivido entre o mundo e a experiência*. Dissertação (Mestrado). Universidade Nove de Julho, 2009.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. *Joel Martins: resgatando a memória de um educador paulista*. Anais: IX Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares: História e atualidade do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Universidade Nove de Julho: São Paulo. 19 a 21 de julho de 2013.

MENEZES, Maria Cristina (org.). Anísio Teixeira, 1900 – 2000. *Provocações em educação*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora do Brasil*. 3^aed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MERCADO, Edna A. *A educação no jornal O Estado de S. Paulo: 1890 -1920*. Dissertação (Mestrado) — Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, Universidade Católica. São Paulo, São Paulo, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. *Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo*. Brasília/DF: Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2019.

MONARCHA, Carlos. Participação banca de qualificação Doutorado em Educação. Sud Mennucci – Educador Paulista: Arcaico ou Profeta? Lis Menezes. Universidade Nove de Julho. (07/12/2014)

MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONARCHA, Carlos. *História da Educação Brasileira*. Ijuí, RS: Unijuí, 1999.

MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>

MORAES, Fernando. *Chatô*: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOSELLA, Paolo. *Filosofia da Educação*. Multiculturalismo e interculturalismo. Artigo no prelo. 2014 (a).

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*: 22 anos depois. Artigo no prelo. 2014 (b).

NOSELLA, Paolo. *Infância, Historia, Sociedade e Cultura Contemporânea*. São Paulo: UNINOVE, (apostila) 2013.

NOSELLA, Paolo. *Origens da pedagogia da alternância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2012.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. São Paulo: Cortez, 2010.

PASSADOR, Claudia Souza; LOPES, José Eduardo Ferreira. Educação do campo no Estado de São Paulo: análise do nível de ruralidade das escolas no desempenho escolar. *Revista do Serviço Público Brasília*, v.1, n.65, p.87-113, jan/mar2014.

POZENATO, José Clemente. *O Quatrilho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*: origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petropolis: Vozes, 1987.

ROMANI, Carlo. [A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. IN Carlos Augusto ADDOR e Rafael DEMENICIS \(org.\) Historia do anarquismo no Brasil. volume 2. Achiame: Rio de Janeiro, 2009.](#) Disponível em:
http://www.academia.edu/1225748/A_revolta_de_1924_em_Sao_Paulo_uma_historia_mal_contada._IN_Carlos_Augusto_ADDOR_e_Rafael_DEMENICIS_org._Historia_do_anarquismo_no_Brasil_volume_2._Achiame_Rio_de_Janeiro_2009 acesso em 01/08/2013

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. Topoi. *Revista de História*, volume 12, nº23, julho-dezembro 2011. Disponível em:
http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23.php acesso em 01/08/2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal/ 20º edição- Rio de Janeiro: Record, 2011 (a).

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. 15ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2011 (b).

SAVIANI, Dermeval. *Historia das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: São Paulo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a atualidade de Anísio Teixeira. In: SMOLKA, Ana Luiza e SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Marilda Aparecida. Reformas do ensino primário paulista na Primeira República: passagens da História da Educação Brasileira. In: *Percursos Históricos*, Ano I, vol. maio, série 25/05b, 2011. Disponível em:
<http://percursoshistoricos.blogspot.com.br/2011/05/reformas-do-ensino-primario-paulista-na.html> [acesso em 27/08/2013]

SOUTO, Rosiley Teixeira. *Recrutamento e Qualificação de professores primários na instrução pública paulista (1892 – 1933)*: Um estudo das tecnologias de Estado. Tese Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. A foice e o martelo: História e significado do símbolo comunista. *Anais*. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. 12, 13 e 14 de maio de 2009, Londrina-PR.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 2^a ed., São Paulo, Nacional; Brasília: INEP/MEC, 1976.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIVIANI, Luciana Maria; GIL, Natalia de Lacerda. A expansão e a eficiência da escola rural em São Paulo: atuação e posicionamento de Almeida Jr. a partir de estatísticas oficiais. *Revista História da Educação*: Porto Alegre. v.15; n.34; Maio/ago.2011; p.147-170.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional*: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). Formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural. Brasil, final do século 19. *História da Educação*, v. 12, n. 24, 2008, p. 121-153.

Documentos

ESTADO DE SÃO PAULO. ESCOLA NOVA. Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. São Paulo. De outubro de 1930 a 1931.

ESTADO DE SÃO PAULO, Revista Educação. Órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, São Paulo. De 1931 a 1933.

ESTADO DE SÃO PAULO. Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, Typ. Irmãos Ferraz. 16 v. De 1930 a 1935.

ESTADO DE SÃO PAULO. Anuário de Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936, Typ. Irmãos Ferraz.

ESTADO DE SÃO PAULO. Anuário de Ensino do Estado de São Paulo: 1936-1937, Typ. Irmãos Ferraz.

ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório geral das atividades escolares da 1^a Delegacia Regional do Ensino da Capital (1944). Organizado por Sud Mennucci, Diretor Geral do Departamento de Educação.

Legislações

LEI N. 1.750, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1920. *Reforma a Instrução Pública do Estado*. Disponível em
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei%20n.1.750,%20de%2008.12.1920.htm> [acesso em 26/08/2013]

DECRETO N. 3.356, DE 31 DE MAIO DE 1921. Regulamenta a Lei n.1750, de 8 de Dezembro de 1920, que refôrma a Instrução Pública. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto%20n.3.356,%20de%2031.05.1921.html> [acesso em 26/08/2013]

Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921. *Regulamenta a Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que reforma a Instrução Pública*. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto%20n.3.356,%20de%2031.05.1921.html> acesso em julho 2013.

Decreto nº5.335, de 7 de janeiro de 1932. *Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providencias*. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html> [acesso em março de 2013]

Decreto nº6.047, de 9 de agosto de 1933. *Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias*. Disponível em
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6047-19.08.1933.html> [acesso em março de 2013]

Decreto nº. 6.694, De 21 de setembro de 1934. *Declara de utilidade publica o Centro do Professorado Paulista, com sede nesta Capital.* Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6694-21.09.1934.html> [acesso em março de 2013]

Acervos Consultados

Arquivo Público do Estado de São Paulo. SP/BR.

Biblioteca da Faculdade de Educação na USP. São Paulo/SP/BR.

Biblioteca Mario de Andrade. São Paulo/SP/BR

Instituto de Estudos Pedagógicos Sud Mennucci do Centro do Professorado Paulista. São Paulo/SP/BR.



(HENRY MATISSE – Polinésia – 1947)

O que foi possível documentar

ANEXOS

ANEXO 1.

DECRETO N. 5.335, DE 7 DE JANEIRO DE 1932

Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 5.335, DE 7 DE JANEIRO DE 1932
Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências.

O CORONEL MANOEL RABELLO, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, art. 11, §1.º,

Decreta:

Art. 1.º - Para o efeito da orientação e fiscalização do ensino, o corpo de inspeção da Diretoria Geral do Ensino compreenderá:

- a) - 18 assistentes técnicos, residentes na Capital, distribuídos pelas várias especialidades, dentre os quais será escolhido um assistente administrativo;
- b) - 22 delegados escolares, responsáveis pelos trabalhos das 22 regiões em que se dividirá o Estado, sendo duas com sede na Capital - a do Norte e a do Sul - e as demais localizadas nas seguintes cidades: Araraquara, Bauru', Botucatu', Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté;
- c) - 24 inspetores escolares para servirem nas duas regiões da Capital;
- d) - 70 inspetores escolares das delegacias do interior.

Art. 2.º - Só podem ser providos nos cargos de assistentes técnicos, de delegados e de inspetores escolares, normalistas de comprovada capacidade.

§ único - Os cargos vagos de delegados e inspetores escolares serão preenchidos pelo critério de promoção, na proporção de 80 % das vagas, reservando-se as restantes para a nomeação de outros professores normalistas, de reconhecida competência, por proposta do Diretor Geral do Ensino.

Art. 3.^º - As delegacias escolares terão um secretario, que será um professor em exercicio na região, comissionado nesse cargo e percebendo, além de seus vencimentos, a gratificação "pro-labore" de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis) anuais.

Art. 4.^º - O Serviço de Psicologia Aplicada terá dois sub-assistentes, dois adjuntos e dois auxiliares efetivos para as secções do estatística e arquivo, medidas mentais, medidas do trabalho escolar e orientação profissional, sob a direção do assistente tecnico de psicologia aplicada.

§ 1.^º - Será aproveitado num dos lugares de sub-assistente o atual encarregado do Gabinete de Psicologia do Instituto "Caetano de Campos", cujo cargo fica suprimido.

§ 2.^º - Serão admitidos, mediante concurso de psicologia educacional, vinte auxiliares em comissão.

Art. 5.^º - Fica creado o Serviço de Antropometria Pedagogica, com um chefe, um tecnico, um tecnico adjunto, dois auxiliares e trinta professores em comissão, escolhidos, estes, dentre os que se distinguirem como educadores sanitarios.

§ unico - Esses professores poderão ser efetivados no cargo de auxiliar á medida que derem provas de capacidade especializada e por proposta do chefe do serviço.

Art. 6.^º - Fica creada, com séde nesta Capital, a delegacia geral do ensino privado, para efeito do serviço de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos de ensino particular, tendo, além do delegado geral, dez inspetores escolares, com jurisdição em todo o Estado.

§ unico - A Secretaria da Educação e da Saude Publica codificará as disposições esparsas, relativas a esse serviço, introduzindo nelas as modificações e ampliações que julgar necessarias.

Art. 7.^º - A partir de 1.^º de janeiro de 1932, consideram-se dispensadas as substitutas efetivas que regem classes tresdobradas nos grupos escolares da Capital do interior.

§ 1.^º - As vagas ocasionadas por essa dispensa, na Capital, serão preenchidas por professores em exercicio na capital ou no interior, cujas classes ou escolas possam ser, direta ou indiretamente suprimidas, sem prejuízo para o ensino.

§ 2.^º - O preenchimento a que se refere o § anterior se fará por meio de uma classificação processada na Diretoria Geral do Ensino, dividindo-se os candidatos em duas categorias: na primeira serão atendidos os professores que provem, por motivo de familia, ou outros julgados de justiça, a criterio do Governo, a necessidade de sua permanencia na Capital, reservando-se-lhes um terço das vagas existentes; na segunda os que desejem identicos favores, mediante classificação e escolhas pelo tempo de exercicio e pelo merecimento.

§ 3.^º - Só poderão concorrer, nesta categoria, candidatos com um minimo de dez anos de magisterio publico.

§ 4.^º - As regalias a que se referem os §§ anteriores, beneficiarão, tambem, aos professores dos grupos oficializados da Capital, em exercicio de conformidade com o decreto n 4.852, de 27 de Janeiro de 1931, que já tenham sido adjuntos em grupos escolares do interior.

Art. 8.^º - Os estabelecimentos de ensino primario do Estado que possuam oito ou mais classes serão classificados como grupos escolares de primeira ordem, passando

a denominar-segrupos escolares de segunda ordem os que possuam de quatro a sete classes.

Art. 9.^º - Continuam a ser os mesmos os vencimentos dos professores dos grupos escolares e das escolas reunidas que, por efeito do art. anterior, passem a grupos escolares de 2.^a ordem, até que se proceda á organização das novas tabelas para todo o magisterio publico.

Art. 10. - Nos grupos escolares de segunda ordem não haverá porteiro, respeitados os direitos adquiridos, para os funcionarios atualmente em exercicio.

Art. 11. - Os estabelecimentos com tres classes agrupadas continuam a denominar-se "escolas reunidas", cabendo a direção, cumulativamente, a um dos professores em exercicio.

Art. 12. - Fica suprimida a gratificação de 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais destinada aos auxiliares de inspeção.

Art. 13. - O numero de alunos de cada classe de grupo escolar e de escolas reunidas é fixado num minimo de 36, não podendo estabelecimento algum desse genero ter mais de duasclasses com matricula Inferior áquela e nenhuma inferior a 30.

§ unico - A matricula e frequencia minimas legais das escolas isoladas urbanas são fixadas, respectivamente, em 32 e 26 alunos, e em 28 e 32 as das escolas rurais.

Art. 14. - A Diretoria Geral do Ensino fica autorizada a modificar o regime de férias em vigor, afim de que haja tres trimestres letivos durante o ano e atendendo á maior conveniencia das diversas zonas de produção do Estado.

Art. 15. - Para a matricula de alunos nos estabelecimento de ensino estaduais, municipais ou particulares, tanto do curso primario como do pre-primario, profissional e secundario, éobrigatorio requerimento, isento do reconhecimento de firma, dos pais ou tutores dos candidatos

§ unico - Haverá tantos requerimentos quantos forem os candidatos.

Art. 16. - A renda proveniente do art. anterior será aplicada na maior difusão do ensino rural e profissional.

Art. 17. - As escolas isoladas de cada municipio do Estado passarão a ter numero de ordem em lugar do nome do bairro a que servem.

Art. 18. - A Secretaria da Diretoria Geral do Ensino passa a ter o seguinte pessoal;

- 1 Secretario-geral;
- 1 Tesoureiro;
- 1 Bibliotecario;
- 3 Chefes de Secção;
- 6 1.^ºs escriturarios;
- 12 2.^ºs escriturarios;
- 15 3.^ºs escriturarios;
- 1 Cartografo (contratado).
- 1 Porteiro;

3 Continuos;
4 Serventes;
4 Motoristas.

§ 1.º - Ficam extintos os cargos de diretor da Secretaria, de seis terceiros escriturarios e um de servente.

§ 2.º - Para os cargos novos serão aproveitados todos os funcionarios existentes.

Art. 19. - A Secretaria da Educação e da Saude Publica fará publicar, dentro de seis meses, um regulamento estabelecendo efetivamente a carreira do magisterio publico, classificando os diversos cargos em categorias de acesso, e estipulando a forma e o processo das promoções sob o criterio conjugado da antiguidade e do merecimento e dividindo o Estado em entrancias.

Art. 20. - Fica creada a caderneta de identidade da professor que será entregue juntamente com o diploma de formatura.

§ unico - Essas cadernetas conterão, além do respetivo diploma, impresso nas suas paginas iniciais, todas as informações sobre a vida do professor de modo que se possa sempre aquilatar, com rapidez, de sua idoneidade e eficiencia.

Art. 21. - Para generalizar imediatamente o seu uso, a Diretoria Geral do Ensino distribuirá as cadernetas de identidade, ainda neste ano a todos os professores em exercicio.

Art. 22. - De dois em dois anos a Diretoria Geral do Ensino fará publicar o "Almanaque do Magistério Publico Paulista" com os dados abreviados acerca da carreira de todos os professores.

Art. 23. - Na escrituração escolar de todos os estabelecimentos do Estado, aplicar-se-á, nos diversos arrolamentos, tanto quanto possível, o sistema de fichas.

Art. 24. - Fica instituido, na Diretoria Geral do Ensino, o serviço geral de classificação de todos os estabelecimentos de ensino do Estado, com mapas das regiões e plantas dos municipios, cidades e localidades em que se encontrem, fotografias e plantas dos edificios, dados referentes á lotação das salas e mais informações necessarias.

§ unico - Cada uma das 22 delegacias escolares do Estado terá arquivo identico relativo á sua região.

Art. 25. - Os assistentes tecnicos, delegados e inspetores escolares só serão dispensados dos seus cargos, por quebra habitual dos seus deveres, provada em processo administrativo.

Art. 26. - Os delegados escolares serão obrigados a residir nas sédes das respetivas regiões e os inspetores onde lhes determinar o Diretor Geral do Ensino, podendo uns e outros serremovidos pelo Governo.

Art. 27. - Os vencimentos dos funcionários de que, trata este decreto são os constantes da tabela anexa.

§ unico - Os vencimentos dos diretores de grupos escolares e escolas reunidas, relativos ao mês de janeiro corrente, serão os mesmos de dezembro ultimo.

Art. 28. - Só terão direito á gratificação correspondente ao terço dos vencimentos, durante as férias, os professores que tenham lecionado mais da metade do trimestre letivo.

Art. 29. - Ficam suprimidas as gratificações "pro- labore" dos diretores de todos os estabelecimentos agrupados ou reunidos e a classificação, por categorias, dos grupos escolares.

Art. 30. - Fica suprimida a cadeira de pedagogia do Ginasio do Estado, em Ribeirão Preto.

Art. 31. - As despezas resultantes das modificações decorrentes deste decreto não poderão exceder ao total da verbas consignadas no orçamento para o corrente exercicio, referentes á Diretoria Geral do Ensino e suas dependencias.

Art. 32. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 7 de janeiro de 1932.
CORONEL MANOEL RABELLO,
Salles Gomes Junior.

Tabela de vencimentos

Venc. anual

Assistente tecnico.....	21:600\$000
Delegado Geral do Ensino Privado.....	21:600\$000
Delegado Escolar.....	18:000\$000
Inspetor Escolar da Capital.....	14:400\$000
Inspetor Escolar do Ensino Privado.....	14:400\$000
Inspetor Escolar do Interior.....	13:200\$000
Serviço tecnico de psicologia aplicada	
Sub-assistente.....	12.000\$000
Adjunto.....	9:000\$000
Auxiliar.....	7:200\$000

Serviço de antropometria pedagogica

Chefe.....	18:000\$000
Tecnico.....	14:400\$000
Tecnico-adjunto.....	12:000\$000
Auxiliar.....	6:600\$000
Secretaria geral da diretoria do ensino	
Secretario-geral.....	21:600\$000
Tesoureiro.....	14:400\$000
Bibliotecario.....	14:400\$000
Chefe de Secção.....	14:400\$000
1.º escriturario.....	12:000\$000
2.º "	9:600\$000
3.º "	7:200\$000

Cartografo	12:000\$000
Porteiro	6:300\$0000
Continuo	4:500\$000
Servente	3:750\$000
Motorista	4:800\$000
Diretores de grupos escolares de 1. ^a ordem	
Da Capital:	
Grupo de 4 períodos	13:200\$000
Grupo de 3 "	12:000\$000
Grupo de 2 "	10:800\$000
Grupo de 1 período	9:600\$000
Do interior:	
Grupo de 4 períodos	12:000\$000
Grupo de 3 "	10:800\$000
Grupo de 2 "	9:600\$000
Grupo de 1 periodo	8:400\$000
Diretores de grupos escolar de 2. ^a ordem	
Grupo de 3 períodos	9:600\$000
Grupo de 2 "	9:000\$000
Grupo ele 1 periodo	8:400\$000
Do interior:	
Grupo de 3 periodos	9:000\$000
Grupo de 2 períodos	8:400\$000
Grupo de 1 periodo	7:800\$000

Diretor-professor de escolas reunidas

Na Capital	7:800\$000
No interior	7:200\$000
Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 7 de janeiro de 1932.	

CORONEL MANOEL RABELLO
Salles Gomes Junior.

Publicado, na Secretaria de Estado da Educação e da Saude Publica, em 7 de janeiro de 1932.

A. Meirelles Reis Filho

Fonte:

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>

ANEXO 2.

DECRETO N. 6.047 DE 19 DE AGOSTO DE 1933

Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 6.047 DE 19 DE AGOSTO DE 1933

Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias.

O GENERAL DE BRIGADA MANOEL DE CERQUEIRA DALTRO FILHO, Interventor Federal, Interino, no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930; e, considerando que há necessidade inadiável de formar um quadro de professores normalistas aptos a exercerem o magistério na zona rural: considerando que a preparação de tais professores exige um curso especializado, onde se exponham, além das materiais habituais das Escolas Normais, conhecimentos gerais de agronomia e higiene rural: considerando que, além da formação desses professores, urge iniciar a preparação de uma nova mentalidade escolar, francamente voltada para as lides agrícolas, despertando na criança o amor pelas causas da terra: considerando que tais objetivos consultam os vitais interesses do Estado e respondem às necessidades econômico-sociais da nacionalidade, evitando o êxodo dos campos e combatendo a desorganização da vida agrária que ora se processa, principal e inicialmente pelas escolas urbanistas que foram localizadas na zona rural: e considerando que essas medidas não trazem aumento de despesas para o total do orçamento vigente, destinado ao serviço da Instrução Pública, durante o corrente exercício;

Decreta:

Art. 1.º - O Governo do Estado de São Paulo instalará uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, que manterá íntima colaboração com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

Art. 2.º - A Escola Normal, Rural, de Piracicaba, compreenderá um curso complementar de três anos e um normal de quatro, com as seguintes cadeiras:
a) para o curso complementar: - 1.ª - Português; 2.ª - Francês e Inglês; 3.ª - Matemática (comprendendo Aritmética, Álgebra e Geometria); 4.ª - Geografia e História do Brasil; 5.ª - Ciências Físicas e Naturais; 6.ª - Agricultura prática; 7.ª - Desenho; 8.ª - Música; 9.ª - Educação Física e aulas de trabalhos manuais femininos, rurais.

b) para o curso normal: - 1.ª - Português; 2.ª Matemática (comprendendo Trigonometria retilínea e mecânica); 3.ª - Física; 4.ª - Química; 5.ª - Botânica. 6.ª - Geografia Económica e História da Civilização; 7.ª - Psicologia, pedagogia e didática; 8.ª - Tecnologia agrícola; 9.ª - Zootecnia; 10.ª - Agricultura geral; 11.ª - Agricultura especial; 12.ª - Economia rural; 13.ª Higiene, puericultura e profilaxia rural; 14.ª -

Desenho; 15.^a - Musica: 16.^a - Educação Fisica e aulas de trabalhos manuais femininos, rurais.

Art. 3.^º - Haverá um professor para cada cadeira do curso normal e um para cada cadeira do curso complementar, exceto as cadeiras de Português (1.a), Geografia Económica e Historia da Civilização (6.^a), de Desenho (14.^a), Musica (15.^a) e Educação Fisica (16.^a), cujos professores regerão também as caderas idênticas ou afins do curso complementar.

§ 1.^º - Os professores de que trata este artigo, com a regência cumulativa de cadeiras no curso complementar, terão a gratificação de dez mil réis (10\$000), por aula efetivamente dada nesse curso.

§ 2.^º - Haverá um assistente para cada uma das cadeiras de Química (4.^a); Psicologia, Pedagogia e Didática (7.^a); e Agricultura Especial (11.^a), do curso normal.

Art. 4.^º - Governo poderá fazer, livremente, a primeira nomeação dos professores e assistentes da Escola Normal Rural, considerados interinos durante dois anos. Quando poderão ser efetivados, mediante proposta do diretor da Escola, com parecer favorável da Inspetoria Técnica Rural.

§ 1.^º - Os professores e assistentes gozarão dos mesmos direitos e regalias ora concedidos aos professores e lentes das demais escolas normais do interior.

§ 2.^º - Excetuam-se do disposto neste artigo, as cadeiras de Física, Química, Botânica, Tecnologia, Zootécnica, Agricultura Geral, Agricultura Especial e Economia Rural, que serão providas mediante concurso, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, salvo quando a elas se candidatarem professores catedráticos de escolas superiores de agricultura do Estado, que lecionem nestas as mesmas cadeiras.

Art. 5.^º - A Escola Normal Rural de Piracicaba terá o seguinte pessoal administrativo: Diretor, Vice-diretor; Secretário; Inspetora-professora de trabalhos; Porteiro: 2 Continuos e 8 Serventes, que auxiliarão em todas as farnas agrícolas e de laboratório.

Parágrafo único - Como medida transitória, durante os anos de 1933 e 1934, poderão ficar sem preenchimento alguns dos cargos referidos neste artigo.

Art. 6.^º - Os vencimentos do pessoal da Escola Normal Rural serão os mesmos das Escolas Normais oficiais, do interior, regulando-se a forma de pagamento de acordo com os preceitos em vigor.

Art. 7.^º - A Escola Normal Rural dividirá os trabalhos escolares em dois períodos, a juízo do respectivo diretor, de maneira que haja uma parte prática, com aulas no campo e nos laboratórios, e outra de aulas teóricas, em classe, cabendo todas as de trabalhos à inspetora-professora.

Art. 8.^º - Para inscrever-se candidato ao exame de admissão ao 1.^º ano do curso normal, é condição indispensável ter 14 anos completos no dia da abertura das aulas.

§ 1.^º - O exame versará sobre matérias do curso complementar, acrescido de provas que revelem a vocação do candidato para a especialidade de professor rural.

§ 2.^º - Desse exame, as provas de Português e Aritmética são eliminatórias, e a prova de vocação terá um coeficiente de julgamento nunca superior a 25 por cento sobre o total apurado.

Art. 9.^º- Terão direito á matricula no primeiro ano do curso normal os alunos que houverem concluido o curso complementar.

Art. 10 - Aplicam-se aos candidatos ao exame de admissão ao 1.^º ano do curso complementar, que deverão ter 11 anos de idade, completos no dia da abertura das aulas, e cujo exame constará de Português Aritmetica, Geografia do Brasil, Historia do Brasil, Noções Comuns e Prova Vocacional, as disposições do § 2.o do artigo 8.o deste decreto.

Art. 11 - Para a pratica e observação dos alunos a Escola Normal Pural terá um Grupo Escolar Rural como Escola de Aplicação, constituido de duas ou mais classes, até o maximo de oito, com um diretor privativo, sob a superintendencia do Diretor da Escola Normal.

§ unico - Além da Escola de Aplicação e ainda para pratica e observação dos alunos, a Escola Normal Rural poderá ter sob a imediata dependencia do diretor desta, duas a quatro escolas isoladas vocacionais, rurais, disseminadas pelo municipio, servindo de preferencia a zonas de produções diferentes.

Art. 12 - O Governo Instalará grupos escolares e escolas vocacionais rurais, tendo em vista a formação de uma mentalidade escolar francamente voltada para as atividades agricolas e pastoras e, na zona maritima, para as fainas marinhas e ribeirinhas.

§ 1.^º - Nesses grupos escolares e escolas isoladas o ensino será ministrado com horarios e programas especiais, determinados pela Diretoria Geral do Ensino.

§ 2.^º - As nomeações para os cargos de diretores e professores desses estabelecimentos de ensino ficam reservadas aos professores diplomados pela Escola Normal Rural.

§ 3.^º - enquanto não houver professores diplomados por essa Escola Normal, poderá o Governo nomear professores formados por outras Escolas Normais do Estado; que provem, a Juizo da Diretoria Geral do Ensino, decidido pendor para o ensino rural.

§ 4.^º - Os professores nomeados do acôrdo com os .§ .§ 2.^º e 3.^º deste artigo e que voltarem ou passarem a exercer a sua atividade em estabelecimentos de ensino primario, que não sejam rurais, terão automaticamente os vencimentos estatuidos pelo decreto n. 5.432, de 5 de março de 1932.

§ 5.^º - Os vencimentos dos professores e diretores de grupos escolares rurais e escolas vocacionais rurais serão, desde já, os constantes da tabela anexa.

§ 6.^º - Ficam imediatamente transformados em grupos escolares rurais os atuais grupos escolares de Butantan e "Arnaldo Barreto" de Tremembé, ficando os respectivos diretores e professores com os vencimentos estabelecidos na tabela anexa a este decreto.

§ 7.^º - O Governo poderá transformar em rurais, nos moldes deste decreto, outros estabelecimentos de ensino, dando-lhes uma orientação rural ou rural-profissional, de conformidade com os ensinamentos que a pratica aconselhar.

Art. 13 - Para efeito da fiscalização e inspeção do serviço criado por este decreto, tanto para o ensino primario rural como para o normal rural, fica criada a Inspeção Técnica do Ensino Rural, com os seguintes funcionários: um inspetor-chefe, obrigatoriamente diplomado em agronomia, com os vencimentos de chefe de serviço da Diretoria Geral do Ensino: um inspetor-agronomo; um inspetor-medico, e um inspetor-escolar para cada dez grupos escolares rurais.

§ 1.^º - Os funcionários de que trata este artigo, exceto o inspetor-chefe, terão os vencimentos de inspetor escolar desta Capital.

§ 2.º - Para esses lugares poderão ser comissionados funcionários de outras repartições ou Secretarias de Estado, uma vez que satisfaçam os requisitos exigidos.

Art. 14 - Entre as funções dos Inspetores técnicos ao ensino rural inclue-se a de facilitar os meios de transformar as escolas rurais atuais, de tipo comum, em escolas vocacionais rurais, propondo ao Diretor Geral do Ensino as medidas que, nesse particular, lhes pareçam mais adequadas á realização desse fim.

Art. 15 - Fica oficializado em todos os grupos escolares do Estado o "Clube Agrícola Escolar", nos moldes da instituição existente, em Piracicaba, em 1925, com a denominação de "Clube do Milho".

§ 1.º - O "Clube Agrícola Escolar" destina-se a despertar, em todos os aglomerados urbanos, nas crianças, o gosto e o respeito pelas fainas agrícolas e a compreender os esforços realizados pelos nossos cultivadores e agricultores, no amanho da terra e sua colaboração na riqueza do país.

§ 2.º - A orientação e fiscalização desses clubes incumbem a um auxiliar de inspeção, designado pelo Diretor Geral do Ensino, com a gratificação mensal de cem mil réis (100\$000).

§ 3.º - Essas funções só poderão ser exercidas por professor normalista que tenha trabalhos já realizados nesse sentido, pela implantação e vulgarização das aludidas associações Infantis escolares, provando, a juízo da Diretoria Geral do Ensino, o seu decidido pendor para o ensino rural.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta da verba disponível, proveniente do comissionamento, sem onus para o Estado, dos professores em exercício, que estão cursando a Escola de Professores do Instituto "Caetano de Campos", reforçada na hipótese de sua insuficiência, pela dotação para aquisição de material do almoxarifado do Ensino.

Art. 17 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de agosto de 1933.

GENERAL MANOEL DE CERQUEIRA DALTRÔ FILHO A.

Meirelles Reis

TABELA DE VENCIMENTOS

Cargos	Vencimentos mensais
Diretor do grupo escolar rural	1:200\$000
Professores:	
de 0 a 5 anos de exercício	500\$000
de mais de 5 a 10 anos de exercício ..	600\$000
de mais de 10 a 15 anos de exercício ..	700\$000
de mais de 15 a 20 anos de exercício ..	800\$000
de mais de 20 a 25 anos de exercício ..	850\$000
de mais de 25 anos	900\$000

Palacio do Governo do Estado de São Paulo aos 19 de agosto de 1933

GENERAL MANOEL DE CERQUEIRA DALTRO FILHO A.

Meirelles Reis

Publicado na Secretaria Estado da Educação e Saude Publica, aos 19 de agosto de 1933.
Alfredo C. Costa.

Fonte:

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6047-19.08.1933.html>

ANEXO 3.

DECRETO N. 6.694, DE 21 DE SETEMBRO DE 1934

Declara de utilidade publica o Centro do Professorado Paulista, com sede nesta Capital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 6.694, DE 21 DE SETEMBRO DE 1934

Declara de utilidade publica o Centro do Professorado Paulista, com sede nesta Capital.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto federal n.º ... 19.398, de 11 de novembro de 1930, considerando que são de innegável significação cultural e social os fins a que se destina o Centro do Professorado Paulista:

Decreta:

Artigo 1.º - E' considerado de utilidade publica o Centro do Professorado Paulista, com sede nesta Capital.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de setembro de 1934.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Marcio P, Munhós,

Publicado na Directoria do Expediente do Expediente do Palacio Governo, aos 22 de setembro de 1934.

Cassiano Ricardo, Director do Expediente.

Fonte:

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6694-21.09.1934.html>



(FOTO: Fatima Plein – Santa Maria – Verão - 1982)

(...) Sou caipira, Pirapora/Nossa Senhora de Aparecida/ Ilumina a mina escura e funda/
O trem da minha vida/ (...) Me disseram, porém/ Que eu viesse aqui/ Prá pedir de
romaria e prece/ Paz nos desaventos/ Como eu não sei rezar/ Só queria mostrar/ Meu
olhar, meu olhar/ Meu olhar... (Renato Teixeira – Romaria - 1976)

SAUDADE